

**WORLD UNIVERSITY ECUMENICAL
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

ROSANGELA DO NASCIMENTO SCARCELLA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DA
SEMIPRESENCIALIDADE: UM ESTUDO DE CASO NO CEJA ADELINO
ALCÂNTARA FILHO NA CIDADE DE FORTALEZA-CEARÁ**

**WORLD UNIVERSITY ECUMENICAL
SCHOOL OF EDUCATION**

2023

ROSANGELA DO NASCIMENTO SCARCELLA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DA
SEMIPRESENCIALIDADE: UM ESTUDO DE CASO NO CEJA ADELINO
ALCÂNTARA FILHO NA CIDADE DE FORTALEZA-CEARÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências da Educação, da WUE – World Ecumenical University, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências da Educação.

Orientador: Prof^ª. Dra. Sonia Medeiros de Azevedo

**WORLD UNIVERSITY ECUMENICAL
SCHOOL OF EDUCATION**

2023

SCARCELLA, Rosangela do Nascimento

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DA SEMIPRESENCIALIDADE: UM ESTUDO DE CASO NO CEJA ADELINO ALCÂNTARA FILHO NA CIDADE DE FORTALEZA-CEARÁ

Número de páginas= 133 f: in.

Tese de Doutorado – (Pós-Graduação Strito Sensu em Ciências da Educação) apresentada a WUE - Word Ecumenical University.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Centro de Educação de Jovens e Adultos, semipresencialidade. e-book.

Orientador: Profa. Dra. Sonia Medeiros de Azevedo

Rosangela do Nascimento Scarcella

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA DESDE QUE CITADA A FONTE.


ROSANGELA DO NASCIMENTO SCARCELLA


ROSANGELA DO NASCIMENTO SCARCELLA

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DA SEMIPRESENCIALIDADE: UM ESTUDO DE CASO NO CEJA ADELINO ALCÂNTARA FILHO NA CIDADE DE FORTALEZA-CEARÁ

Tese apresentada e aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação, da WUE – World University Ecumenical, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências da Educação.

Aprovada em: 25 / 05 / 2023.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Jorge Luís Pereira correia (Presidente)

Prof. Dr. Francisco José Rodrigues (examinador interno)


Prof. Dr Iure Coutre Gurgel (examinador interno)

WORLD UNIVERSITY ECUMENICAL - WUE
Registered with the Florida Department of Education
Authorized by the Commission for Independent Education
N17000001622 ORCID 0000-0002-5040-2660



Dedico esse trabalho à minha mãe e aos meus filhos.

AGRADECIMENTO

Meu Deus! Obrigada por tudo!

Agradecimento bem especial a minha mãe, com quem aprendi a ser firme.

Aos meus filhos e netos que me relembram todos os dias a necessidade de ser melhor.

Ao Núcleo Gestor, corpo docente, corpo discente e funcionários da escola pesquisada, pela atenção e disponibilidade.

À professora Doutora Sonia Medeiros de Azevedo, por todos os ensinamentos. Aos colegas de Doutorado e de profissão Christian Moreira de Souza, Fabiana Batista Passos, Kátia Vitor e Paulo Henrique Barbosa, por compartilhar ideias e angústias.

Educar é impregnar de sentido o que fazemos a cada instante!
Paulo Freire

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1-	Quanto ao gênero	63
Gráfico 2-	Alunos Quanto ao nível de ensino	64
Gráfico 3-	Alunos Faixa Etária	65
Gráfico 4-	Alunos Interesse principal no CEJA	66
Gráfico 5-	Alunos Quanto a renda familiar	67
Gráfico 6-	Alunos Quanto a área de trabalho	68
Gráfico 7-	Alunos Como soube do CEJA	68
Gráfico 8-	Alunos Frequência pretendida	69
Gráfico 9-	Alunos Quanto à participação em grupos sociais	70
Quadro 1-	Mapa de provas do CEJA Adelino Alcântara Filho	61
Quadro 2-	Depoimento dos pesquisados	74
Figura 1-	Eixos do e-book “A semipresencialidade no CEJA Adelino Alcântara Filho	96
Imagem 1-	Capa do e-book	97
Imagem 2-	Apresentação do e-book	98
Imagem 3-	Sobre a frequência dos estudantes	99
Imagem 4-	Sobre matrícula	100
Imagem 5-	Sobre o livro didático e a caminhada do estudante do CEJA	101
Imagem 6-	Modalidades ofertadas no CEJA	102
Imagem 7-	Oferta de merenda escolar e aproveitamento de disciplinas	103
Imagem 8-	Tempo previsto para orientação dos cursos e orientações sobre as provas	104
Imagem 9-	Orientações sobre o processo avaliativo e infrequências	105
Imagem 10-	Orientações sobre o reingresso e certificação	106
Imagem 11-	Informações sobre o planejamento do professor e documentos necessários para matrícula inicial	107
Imagem 12-	Mapa curricular do CEJA	108
Imagem 13-	Roteiros para o Ensino Fundamental	109
Imagem 14-	Roteiros para o Ensino Médio	120

LISTA DE ABREVIATURAS

CEB	Câmara de Educação Brasileira
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
CES	Centro de Estudos Supletivos
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CODEA	Coordenadoria do Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem e Inclusão Educacional
CREDE	Centro Regional de Desenvolvimento da Educação
EAD	Educação à Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
INEP	Instituto Nacional de Educação e Pesquisa
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
ONU	Organização das Nações Unidas
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRONATEC	Programa nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEDUC	Secretaria de Educação
SEFOR	Superintendência das Escolas de Fortaleza
SESC	Serviço Social do Comércio
SIGE	Sistema de Gerenciamento Escolar
SISACOMPA	Sistema de Acompanhamento do Aluno
SISUTEC	Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica
UEX	Unidade Executora
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMO

O presente estudo tem como foco apresentar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto da semipresencialidade, mais precisamente numa escola pública estadual, em Fortaleza-Ceará, apresentando essa abordagem de ensino direcionada ao aluno da EJA. Diante de tal realidade surge a problemática geradora desta pesquisa: Como a estrutura pedagógica e organizacional da EJA no âmbito da semipresencialidade desenvolvida no CEJA Adelino Alcântara Filho em Fortaleza- Ceará, pode contribuir para o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes? Para tanto, faz-se necessário atingir o seguinte objetivo geral: desenvolver um e-book apresentando a estrutura pedagógica e organizacional do CEJA, no âmbito da semipresencialidade, capaz de orientar o aluno matriculado e/ou motivado em frequentar a escola pesquisada, bem como toda a comunidade interessada. Como objetivos específicos temos: descrever um panorama histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e no Ceará; discutir a EJA no contexto atual; e, apresentar o CEJA como equipamento importante para a oferta e consolidação de aprendizagens que possam garantir a continuidade dos estudos e a conclusão dos cursos ofertados. A partir desta perspectiva, faz-se necessário dialogar sobre a semipresencialidade e como ela pode alavancar a matrícula, a permanência e o sucesso do aluno na EJA. O caminho metodológico para a realização deste trabalho foi a pesquisa explicativa e qualitativa indicando uma pesquisa de campo, com coleta de dados na própria instituição pesquisada, apresentando a dinâmica do CEJA e como se dá o movimento do aluno na escola. A fundamentação teórica considerou autores como: Campos (2010), Freire (2013), Gadotti (2014), dentre outros. Por fim, existe a compreensão de que o CEJA, com sua abordagem semipresencial é um equipamento importante para o acesso, a permanência e o sucesso do aluno na vida escolar.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Centro de Educação de Jovens e Adultos. Semipresencialidade. Aprendizagem. E-book.

ABSTRACT

The present study focuses on presenting Youth and Adult Education (EJA) in the context of semi-presentiality, more precisely in a state public school, in Fortaleza- Ceará, presenting this teaching approach directed to the EJA student. Faced with this reality, the problem that generated this research arises: How can the pedagogical and organizational structure of EJA in the context of semi-presentiality developed at CEJA Adelino Alcântara Filho in Fortaleza-Ceará, contribute to the access, permanence and success of students? Therefore, it is necessary to achieve the following general objective: to develop an e-book presenting the CEJA's pedagogical and organizational structure, within the scope of blended presence, capable of guiding the student enrolled and/or motivated to attend the researched school, as well as the entire community concerned. As specific objectives we have: to describe a historical overview of Youth and Adult Education in Brazil and Ceará; discuss EJA in the current context; and, present the CEJA as an important equipment for offering and consolidating learning that can guarantee the continuity of studies and the conclusion of the courses offered. From this perspective, it is necessary to discuss blended presence and how it can leverage student enrollment, permanence and success in EJA. The methodological way to carry out this work was the explanatory and qualitative research indicating a field research, with data collection in the researched institution itself, presenting the dynamics of the CEJA and how the student's movement in the school takes place. The theoretical foundation considered authors such as: Campos (2010), Freire (2013), Gadotti (2014), among others. Finally, there is the understanding that CEJA, with its blended approach, is an important tool for access, permanence and success of students in school life.

Keywords: Youth and Adult Education. Youth and Adult Education Center. Blended presence. Learning. E-book.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA DE JOVENS E ADULTOS	16
2.1 EJA NO CENÁRIO BRASILEIRO	16
2.2 A LDB 9394/96 E A EJA	24
2.3 EJA NO CENÁRIO CEARENSE	30
3 SITUANDO O CEJA E A ABORDAGEM SEMIPRESENCIAL DE ENSINO	34
3.1 O SURGIMENTO DO CEJA	34
3.2 A OFERTA DA EJA NO CEARÁ	40
3.3 A SEMIPRESENCIALIDADE EM FOCO E SUA RELAÇÃO COM A EVASÃO	43
4 OS CAMINHOS DA METODOLOGIA	49
4.1 TIPO DE ESTUDO	49
4.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	51
4.3 CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA	51
4.4 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS	58
4.5 RECOLHA E PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS	68
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	69
5.1 ANÁLISE DOS DEPOIMENTOS	70
5.2 A CONSTRUÇÃO DO E-BOOK	90
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	127
ANEXOS	132

1 INTRODUÇÃO

De 1991 a 1993, fui lotada na Educação de Jovens e Adultos, turmas presenciais, e algumas questões já me sensibilizaram: a dura jornada diária de trabalho dos alunos, associada a uma latente vontade de aprender, mas que sucumbia ao cansaço e conseqüentemente à evasão escolar, o que gerava um ciclo nada saudável.

Ao longo dos anos, esse ciclo não foi extinto e agora tem-se a oportunidade de apresentar o ensino semipresencial na Educação de Jovens e Adultos, especificamente no Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA Adelino Alcântara Filho, em Fortaleza-Ceará, dialogando sobre as suas particularidades e nuances, suas possibilidades e como uma alternativa para aqueles que não conseguem frequentar a escola presencial.

Esse movimento de matrícula e evasão, conseqüentemente de não concluídos cursos, coloca o aluno da EJA num lugar muito vulnerável, já por conta da distorção série versus idade e do que isso significa para toda a comunidade e sociedade.

Assim, o público da EJA, que é bastante diversificado, e que, por uma série de fatores, se distancia da escola, merece um olhar diferenciado, numa tentativa de oportunizar a escolarização qualificada, num modelo que possa privilegiar a sua realidade e todo o seu contexto de vida, de tempo e de ritmos.

Nesse sentido, entendemos ser necessária uma investigação que permita compreender a metodologia da semipresencialidade no CEJA, enfatizando a possibilidade de ininterruptibilidade dos estudos na EJA. Surge então a problemática geradora desta pesquisa: como a estrutura pedagógica e organizacional da EJA no âmbito da semipresencialidade desenvolvida no CEJA Adelino Alcântara Filho em Fortaleza-Ceará, pode contribuir para o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes?

Para tanto, faz-se necessário atingir o seguinte objetivo geral: desenvolver um e-book apresentando a estrutura pedagógica e organizacional do CEJA, no âmbito da semipresencialidade, capaz de orientar o aluno matriculado e/ou motivado em frequentar a escola pesquisada, bem como toda a comunidade interessada. Diante disso, apresentamos os objetivos específicos: descrever um panorama histórico da

Educação de Jovens e Adultos no Brasil e no Ceará; discutir a EJA no contexto atual; e, apresentar o CEJA como equipamento importante para a oferta e consolidação de aprendizagens que possam garantir a continuidade dos estudos e a conclusão dos cursos ofertados.

É importante salientar que para alcançar os objetivos é indispensável dialogar com os atores da escola, num movimento de observância da dinâmica escola, da visitação e análise dos documentos oficiais como: o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar, o Mapa Curricular, a Proposta de conteúdo, e os livros didáticos adotados.

Compreender a função social do CEJA Adelino Alcântara Filho e possibilitar reflexões sobre a sua abordagem de ensino devem ser questões prioritárias na EJA e no CEJA por trazer a proposta de semipresencialidade como um desafio constante que inclusive supera a concepção de evasão. Além de fundamentar o estudo nas referências bibliográficas, a metodologia foi por um caminho de estudo de caso, já que existe a necessidade de compreender como se dá o ensino semipresencial nessa escola, que não tem delimitado início e final de ano letivo, já que para o aluno, a matrícula inicial é realizada em qualquer época do ano e o reingresso também.

Freire (2013) abrilhanta a literatura anunciando a escola como espaço de construção e consolidação de saberes e chamando atenção sempre para o contexto da EJA; Gadotti (2014) reflete sobre questões de responsabilização do poder público e do caráter filosófico e sociológico da educação e da EJA, numa perspectiva crítica e democrática. Comum entre Freire (2013) e Gadotti (2014) é a certeza de que há muito a ser feito para que a qualidade da educação e da escola seja crescente, valorizando a inclusão, tendo a pessoa humana como sujeito dessa transformação.

Dentro da perspectiva apresentada acima e para melhor compreensão dos leitores, esse trabalho está organizado em cinco partes: onde a primeira destina-se aos aspectos introdutórios do estudo, apresentando a problemática, objetivos e justificativas deste estudo, a segunda parte discute as questões destinadas a educação de jovens e adultos contemporânea, ressaltando a EJA no contexto brasileiro e suas leis e ainda, a oferta desta modalidade de ensino no estado do Ceará. Na terceira parte tem como foco as reflexões sobre a existência dos CEJA e a oferta da semipresencialidade de ensino que é o eixo da nossa pesquisa, bem como as discussões referentes a evasão escolar, tão presente na EJA; na quarta parte apresentamos a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa,

destacando o tipo de pesquisa, o lócus do estudo, sujeitos e instrumentos utilizados para coleta e análise dos dados. Dando prosseguimento, tem-se as considerações sobre a pesquisa, onde retomamos os principais achados do estudo, as questões relacionadas a problemática elaborada no início desta pesquisa, que culminaram na construção do e-book “A semipresencialidade no CEJA Adelino Alcântara Filho”.

Por fim, espera-se que este estudo traga uma investigação que permita compreender a metodologia da semipresencialidade para a continuidade dos estudos na EJA, que além de recuperar a trajetória de vida desses alunos, seja meio para outras tantas experiências exitosas.

2 REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA DE JOVENS E ADULTOS

Essa seção do trabalho traz os marcos legais da Educação de Jovens e Adultos apontando para um quadro referencial que é interessante até mesmo para possibilitar compreensão das discussões nos aspectos históricos e sociológicos da EJA. Aqui não se pretende um estudo acabado no que se refere a EJA, mas sim oferecer alguns elementos importantes que possam contribuir nas discussões que ora propomos e também que sirva de suporte para quem se interessar por esse tema.

Assim, tem-se que “São bastante conhecidas as imagens ou modelos do país cujos conceitos operatórios de análise se baseiam em pares opostos e duais: “Dois Brasis”, “oficial e real”, “Casa Grande e Senzala”, “o tradicional e o moderno”, capital e interior, urbano e rural, cosmopolita e provinciano, litoral e sertão assim como os respectivos “tipos “que os habitariam e os constituiriam. (LEAL, 2007, p.175)

E assim o sistema de ensino público brasileiro se desenvolve ao longo dos tempos em meio a essa dualidade e a legislação aparece como uma necessidade de atender aos anseios da comunidade e da sociedade que clamam para que os direitos dos indivíduos sejam considerados e que isso seja revertido em melhoria da qualidade de vida.

2.1 EJA NO CENÁRIO BRASILEIRO

“As disposições legais não são apenas um exercício dos legisladores. [...] expressam a multiplicidade das forças sociais. Por isso mesmo, as leis são expressões de conflitos histórico-sociais”. (LEAL, 2007, p.182). Nesse momento lembramos do processo de humanização do indivíduo, em paralelo a sua condição de ser social, no sentido de afirmar que quanto mais acontece o aprimoramento educativo do indivíduo, conseqüentemente mais a sociedade evolui, dadas as suas inquietações e efervescências.

Leal (2007) registra em seus estudos que a Constituição Imperial de 1824 reservava a todos os cidadãos a instrução primária gratuita (Art. 179, 32). Só que a titularidade da cidadania era restrita aos livres e aos libertos.

Num país pouco povoado, agrícola, esparso e escravocrata, a educação escolar não era prioridade política e nem objeto de uma expansão sistemática. Se isto valia para a educação escolar das crianças, quanto mais para adolescentes, jovens e adultos. A educação escolar era apanágio de destinatários saídos das elites que poderiam ocupar funções na burocracia

imperial ou no exercício das funções ligadas à política e ao trabalho intelectual. Para escravos, indígenas e caboclos – assim se pensava e se praticava – além do duro trabalho, bastaria a doutrina aprendida na oralidade e a obediência na violência física ou simbólica. O acesso à leitura e à escrita eram tidos como desnecessários e inúteis para tais segmentos sociais. (LEAL, 2007, p. 182).

Ainda considerando os ensinamentos de Leal (2007) toda a legislação está imbuída da história de um povo, de uma nação, acentuando os contrastes e desigualdades. Façamos então a reflexão sobre como a educação brasileira está assentada, sobre os avanços, os desafios, sobre cada período da história e de como houve tanto sofrimento e dor para a caminhada até aqui.

Vieira (2007) destaca que a Constituição de 1824 foi a de mais longa duração no Brasil, regulando a vida nacional por cerca de 65 anos, ou seja, até o final do império, e que de maneira geral, os constituintes de 1823 teceram críticas à falta de escolas, inexistência de recursos e baixos salários nas diferentes províncias, ao discutirem um plano da instrução primária. O registro acima ilustra que a crise envolvendo a educação brasileira é antiga.

Em 1891, a primeira Constituição Republicana é proclamada, e no seu Art. 70, § 2º, condiciona o exercício do voto à alfabetização, colocando um holofote na conjuntura da época, com milhares de pessoas que não sabiam sequer assinar o nome. De acordo com Vieira:

A Constituição Federal de 1891 é produto do alvorecer de uma República marcada por contradições. Proclamada pelo Exército, tendo a frente um monarquista, desde seu nascedouro é assinalada por conflitos entre deodoristas e florianistas, representantes dos dois segmentos das forças militares que tomam o poder. (VIEIRA, 2007, p. 12)

A passagem do Império para a República não garante legislação que consolida educação como direito e mais uma vez o perfil excludente se manifesta, no qual nem a gratuidade e nem a obrigatoriedade da instrução primária são consideradas, num desdobramento nada satisfatório para o povo.

A partir da Revolução de 1930, com todos os aspectos políticos e econômicos envolvidos, além dos processos de urbanização e industrialização, surge à exigência da consolidação da escolarização para jovens e adultos. A Carta Magna de 1934 é a primeira a dedicar espaço significativo à educação, com dezessete artigos em que onze dos quais com capítulo específico sobre o tema e pela primeira vez são definidas vinculações de receitas.

O curioso é que sempre que se falava em EJA se voltava imediatamente para essa oferta pensando meramente na alfabetização, numa perspectiva assistencialista e compensatória; ideia que permeou boa parte das políticas públicas, até meados de 1970. Seria necessário encontrar meios mais democráticos para a EJA que a potencializasse de forma efetiva, algo além do que estava proposto. “Uma nova política de educação de Jovens e Adultos teria como objetivo principal superar a perspectiva restrita de uma simples e apressada alfabetização de rudimentos do ler e escrever”. (GADOTTI, 2014, p. 07).

A Constituição do Brasil de 1937 chega com meios de continuidade do conservadorismo, como é expresso por Vieira:

É clara a concepção da educação pública como aquela destinada aos que não puderem arcar com os custos do ensino privado. O velho preconceito contra o ensino público presente desde as origens de nossa história permanece arraigado no pensamento do legislador estadonovista. (VIEIRA, 2007, p. 28)

A Carta Magna de 1946 faz ressurgir o tema da educação como direito de todos e é a primeira vez que a expressão ensino oficial aparece em um texto legal [...] Na organização da educação escolar, mantém-se a orientação de que os Estados e o Distrito Federal organizem seus “sistemas de ensino”, cabendo à União organizar o “sistema federal de ensino e dos Territórios, tendo este um caráter supletivo, estendendo-se a todo o País nos estritos limites das deficiências locais (VIEIRA, 2007, p. 33).

Vieira (2007) lamenta que com os tempos inaugurados com a ditadura, a Constituição Brasileira de 1967 representou um retrocesso quando desvinculou os recursos para a educação. Enquanto pelas Constituições de 1934 e 1946 eram previstos percentuais por parte da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento dos sistemas educativos, na Carta de 1967 tal obrigação desaparece.

A partir da década de 1980, iniciou-se uma nova configuração para a EJA, sendo admitida como política de direito humano e não de simples compensação pelo tempo perdido, indicando que os estudantes da EJA tenham a oferta voltada para a garantia do acesso e permanência dos jovens e adultos, dando importância à continuidade de seus estudos.

Mas, para garantir acesso e permanência dos alunos da EJA na escola, é importante observar vários aspectos sociais tais como: horário dos alunos, associando trabalho x escola, metodologia própria e adequada na abordagem dos conteúdos, a questões de avaliação do processo ensino-aprendizagem, a formação dos professores e gestores escolares, dentre outros, que influenciavam muito para a trajetória escolar do estudante da EJA (TORRES, 2000).

Os estudos mostram e é importante ressaltar que os discursos em defesa da EJA adquirem definitivamente substância a partir da década de 1960, com a figura de Paulo Freire que militava com grande expressão no cenário progressista da educação, passando a inspirar os principais programas de alfabetização do país, bem como norteando reflexões e metodologias para a EJA. Nesse cenário, não se pode negar os muitos esforços que foram empreendidos a favor da Educação de Jovens e Adultos.

Nesse sentido Torres (2000), argumenta que negligenciar a educação de adultos equivale a ignorar a necessidade de educação, a importância da família como fonte fundamental de apoio como um fator importante para o aprendizado nas escolas. Para alcançar a Educação Básica é essencial educar os adultos da comunidade, incluindo pais e outros adultos.

A história se desenvolve e a EJA vai conseguindo se afirmar enquanto parte importante no cenário brasileiro, concomitantemente os acontecimentos no século XX trazem uma efervescência nos pensamentos e muitas reflexões sobre o mundo, a tecnologia, a sociedade e o próprio homem circulavam com constância em todos os debates e situavam as relações humanas e toda a sua complexidade, principalmente na educação.

Conforme Campos (2010), são inegáveis as mudanças que a sociedade brasileira passou entre as últimas décadas do século XX e o início do século XXI. Talvez a grande transformação evidenciada nesses últimos cinquenta anos seja o processo de transição democrática.

Tais mudanças favorecem reflexões sobre todo o cenário de educação incluindo a Educação de Jovens e Adultos, que ganha visibilidade e reforça que a EJA tem status de necessária, influenciando discussões e pontuando as fragilidades do sistema ao mesmo tempo que cria uma literatura que aponta para possíveis caminhos de continuidade, de intenções e de atendimento das necessidades de um povo, sem ações estanques e sem retrocessos, numa política de Estado e não de Governo.

Sendo assim, o grande desafio para se alcançar a qualidade social na educação estaria ligado ao desenvolvimento da comunidade e da sociedade, como instâncias que necessitam ser cuidadas pelas instituições de maneira ampla, holística, sem perder de vista o indivíduo. Essas condições criam uma particularidade para a Educação de Jovens e Adultos, que requer uma proposta de intervenção pedagógica, articulada com vários saberes.

Compreendendo que na EJA o estudante traz uma bagagem de adversidades e anseios da vida, Carvalho defende:

Os perfis dos jovens que buscam por meio da EJA, a elevação da escolaridade, são daqueles que acreditam que ela poderá assegurar um futuro melhor. Veem como resultado, ao retorno aos estudos, o melhorar de vida, acreditando que o mundo do trabalho exige tal qualificação. (CARVALHO, 2009, p. 8)

A citação de Carvalho colabora para uma profunda reflexão sobre as questões de educação e sinaliza sobre as devidas peculiaridades desse complexo fenômeno e todas as camadas da população envolvidas nesse processo. É verdade que há um fator bem relevante em toda a conjuntura: o fator econômico; mas de qualquer maneira, percebeu-se que a educação da população é fator condicionante para avanços em qualquer setor.

Campos afirma:

A organização do sistema educativo na sociedade capitalista tem o seu desenvolvimento na contradição que se explicita na relação com o mercado. O fortalecimento da economia capitalista defende, entre outros fatores, a competência dos indivíduos como força de trabalho. Essa força de trabalho melhor servirá à empresa capitalista se for qualificada. (CAMPOS, 2010, p. 38)

Então, por que não romper com essa lógica de mercado? Freire (2011) defende a ideia de que não basta aprender, mas aprender a aprender a partir de sua realidade, ao mesmo tempo em que a transforma. Ele situa a educação como uma possibilidade de o homem perceber-se no mundo, transpondo limites colocados pelo próprio mundo em que vive.

Todos esses eventos e movimentos recentes, que abordam educação, direitos, democracia, responsabilidade social e financeira, colocam o sistema educacional na mesa de conversa e o incita a se posicionar diante de toda a história. É interessante notar que a educação e os sistemas que a compõem, desenvolveram esforços para

proporcionar aos jovens e adultos uma educação mais real e democrática, onde se observava os seus modos, comportamentos e pensamentos. Como resultado, o valor central da Educação de Jovens Adultos é aquele que está relacionado à própria vida do sujeito.

Nesse sentido, Gadotti defende:

Não há sociedades que tenham resolvido seus problemas sociais e econômicos sem equacionar, devidamente, os problemas de Educação, e não há países que tenham encontrado soluções para seus problemas educacionais sem equacionar, devida e simultaneamente, a Educação de adultos e a alfabetização. (GADOTTI, 2014, p.16)

A trajetória da EJA no Brasil é norteadada por uma multiplicidade de questões que envolvem o âmbito social, político, econômico e pedagógico. No que concerne à alfabetização, Moura (2007) explica que a historicidade da Educação de Jovens e Adultos no Brasil é marcada por períodos fundamentais que são pertinentes para a compreensão dos avanços dessa modalidade no cenário nacional. De acordo com a autora, desde o início do Brasil Colonial até a década de 1950, a alfabetização se deu como um “processo de aquisição de um sistema de código alfabético.” (MOURA, 2007, p. 19).

De maneira similar, Porcaro (2011) afirma que a EJA progrediu de uma ação assistemática, iniciada ainda no período colonial, para um processo mais sistematizado como o atual. De acordo com a autora, no período colonial a intenção da educação destinada a adultos era predominantemente voltada para fins religiosos, facilitando o processo de colonização, assumindo o educativo um quesito secundário.

Sobre esta questão, Di Rocco, afirma que:

Os padres jesuítas, em sua missão catequética foram não só os iniciadores da educação brasileira, mas, inclusive, os primeiros educadores de adultos no Brasil, ao ministrarem aos índios, já adultos, as primeiras noções da religião católica, bem como da cultura ocidental. (DI ROCCO, 1979, p.42-43)

Portanto, durante o período colonial, a educação ofertada a adultos tinha como finalidade o ensino dos princípios católicos e culturais do ocidente, no entanto não existia uma preocupação em alfabetizar os índios adultos. Ribeiro (2007) reforça essa ideia salientando que o objetivo da educação nesse período era a “conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e pela instrução” (RIBEIRO, 2007, p. 18). Conforme a autora, a organização do ensino nacional era totalmente articulada ao avanço do processo colonial, e como não foi constatada uma predisposição dos

indígenas ao sacerdócio, eles foram direcionados para a aprendizagem de “outras funções essenciais à vida da colônia” (RIBEIRO, 2007, p. 22).

Ribeiro (2007) cita ainda que a expulsão da Companhia de Jesus por Marquês de Pombal se configurou em uma nova forma de segregação do sistema nacional de ensino que continuou sem uma política voltada para a escolarização e alfabetização de adultos no âmbito nacional. Segundo ainda a referida autora, as implicações da reforma pombalina na educação nacional visavam:

Formar o perfeito nobre, agora negociante, simplificar e abreviar os estudos fazendo com que um maior número se interessasse pelos cursos superiores; propiciar o aprimoramento da língua portuguesa; diversificar o conteúdo, concluindo o de natureza científica; torna-los os mais práticos possíveis (RIBEIRO, 2007, p.22)

Dessa forma, apesar de o estado iniciar o processo de construção de uma escola pública, essa foi feita somente para atender ao contingente da elite e aos interesses da mesma, não atendendo a grande massa, que continuou sem acesso a educação formal, tanto em nível de alfabetização quanto no que concerne a continuação dos estudos. Sobre o período imperial, Di Rocco (1979) explica que ocorreram ações voltadas para o ensino e aprendizagem de adultos, que a partir do desaparecimento de Rui Barbosa, passou a ser organizada de modo diferenciado nas províncias. A autora salienta que “Rui não previu a educação continuada, mas mostrou interesse pela educação de adultos e pela formação profissional, o que na época constituiu uma grande inovação.” (DI ROCCO, 1979, p. 43).

Avançando no contexto histórico, Paiva (1970) *apud* Gadotti (2007) imerso em seus estudos, traz que a Educação de Adultos no Brasil tem efetivamente três momentos. A primeira data de 1946 a 1958 e se refere ao período em que aconteceram as grandes campanhas iniciadas pelo estado que tinham por princípio “erradicar o analfabetismo, entendido como uma chaga, uma doença como a malária.” (GADOTTI, 2007, p. 35). Ao longo desses anos, o indivíduo analfabeto era responsabilizado pelas problemáticas econômicas e sociais em que o país estava imerso, sendo usualmente enxergado como alguém sem saberes que se configurava em um peso para a sociedade.

Assim sendo, era predominante nesse período a ideia de que o analfabetismo era a causa dos problemas nacionais existentes, e o indivíduo analfabeto era culpabilizado por todas as dificuldades ocasionadas no Brasil. Portanto, até o presente

período, não existia um interesse na criticidade desses sujeitos alfabetizados, havendo mudanças nesse processo somente no final da década de 1950 e perdurando até a metade dos anos sessenta.

Já no segundo momento que data de 1958 a 1964, a Educação de Jovens e Adultos bem como o indivíduo analfabeto passaram a ser vistos sob um novo prisma. Conforme Paiva (1970) *apud* Gadotti (2007), com a realização do 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, em 1958 e a participação de Paulo Freire no mesmo, originou-se a ideia de “um programa permanente de enfrentamento do problema da alfabetização que desembocou no Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Freire e extinto pelo Golpe de Estado de 1964.” (GADOTTI, 2007, p. 35-36).

Sobre esse momento, Moura afirma que a alfabetização de adultos passou a ser entendida:

Como um ato político e um ato de conhecimento, por isso mesmo como um ato criador. [...] O processo educativo de Freire tinha uma concepção de sujeito “professor/aluno de educação. [...] A Educação de adultos continua sendo desenvolvida através de campanhas, só que nesse período o caráter político foi o mais acentuado. (MOURA, 2007, p.20)

Evidências sugerem que a alfabetização adulta nessa conjuntura histórica passou a ser vista pelo indivíduo como uma afirmação de sua condição de sujeito. Com a influência de Freire (2011), a pessoa adulta e analfabeta passou a se ver e servista como sujeito, com saber e compreensão a serem considerados, bem como com capacidade de criar conhecimentos e ressignificar o conhecimento existente. No entanto, o plano durou apenas um ano antes de ser abruptamente interrompido pelo regime militar, o que paralisou o processo de conscientização e mudou os rumos da EJA no Brasil.

Sobre a alfabetização de adultos no período de 1964 a 1980, Moura (2007) afirma que essa assumiu um caráter de despolitização, de amenização das questões sociais e passou a ser voltada para a colaboração com o desenvolvimento econômico. Foi ainda nesse período que o governo criou o MOBREAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização - que tinha a finalidade de “alfabetizar em massa toda a população do país”. (MOURA, 2007, p. 20). Sobre esse momento Gadotti (2007) afirma que o MOBREAL “foi concebido como um sistema que visava basicamente ao controle da população (sobretudo a rural)” (GADOTTI, 2007, p. 36).

Moura (2007) acrescenta que na década de 1980 houve uma revisão do ideário da metodologia freiriana e uma “busca por novos referenciais teórico-metodológicos de apoio.” (MOURA, 2007, p. 20). Foi a partir de então que a psicogênese da Lecto- Escrita e os estudos da Teoria Histórico-Cultural passou a ser forte influência nos processos de alfabetização nacional. Ainda nesse período de redemocratização, a autora destaca que a “juvenilização da educação de adultos exige a ampliação do atendimento, passa a denominar-se EJA.” (MOURA, 2007, p. 20).

Pode-se compreender, então, que o movimento desencadeado desde a década de 1940, causou efervescência entre vários segmentos da sociedade com forte engajamento dos estudantes e dos sindicatos.

2.2 A LDB 9394/96 E A EJA

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da Educação Básica “destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.” (BRASIL, 1996, art. 37). Portanto, a EJA atende a jovens, adultos e idosos que por diversas questões de ordem social e financeira não iniciaram ou não concluíram os estudos. Em geral, são pessoas com a maior parte do tempo dedicado ao trabalho e as atividades familiares que se esforçam para dar conta de todas as suas atribuições e simultaneamente estudar

Esse talvez seja um dos avanços mais significativos trazidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96, a inclusão da EJA como modalidade de ensino. Com isso, além das garantias pedagógicas, a EJA também passa a contar com garantias financeiras, embora que ainda não tenha caráter igualitário quando comparado ao ensino fundamental.

Dessa forma, compete ao Estado propiciar situações de ensino e aprendizagem adequadas “as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.” (BRASIL, 1996, art. 37). Além disso, também é de competência do poder público criar estratégias que estimulem o acesso e a permanência dos trabalhadores no processo de escolarização. Sobre isso, Romão e Gadotti afirmam que “é necessário oferecer escola pública para todos, adequada a realidade onde está inserida, para que seja de qualidade.” (GADOTTI, 2007, p.128)

A EJA, então, configura-se como modalidade de ensino que deve estar voltada para estimular o pensamento do estudante nas esferas social, cultural e econômica. Também deve encontrar inspiração no ambiente educacional para o desenvolvimento da criatividade, imaginação e capacidade crítica, sempre conectando os conceitos estudados aos próprios pensamentos, experiências e a vida no trabalho; evitando estereótipos e o conceito de pensamento padrão.

Assim, revisitando a LDB 9394/96, vê-se que no artigo 4º, há recomendações importantes para a EJA; indicando possibilidades de tempo e espaços, inclusive com recomendações de ambientes escolares nos locais de trabalho, garantindo aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1996).

Já o artigo 5º, preconiza que para a garantia do cumprimento da obrigatoriedade do ensino, o Poder Público criará alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente de escolarização anterior. (BRASIL, 1996). O artigo 37 traz o caráter de oferta obrigatória e adequada, no qual se lê: “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho; “o estímulo ao acesso e permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si” (BRASIL, 1996). Assim, compreende-se que o saber adquirido de maneira informal pelo adulto será finalmente considerado.

O artigo 38 traz a idade mínima para exames, sendo no ensino fundamental, 15 anos, e no ensino médio, 18 anos. Esse parâmetro, até hoje, é motivo de críticas e interpretações, pois alguns estudiosos afirmam que esse padrão etário parece um equívoco já que os jovens em uma dessas faixas etárias, quando necessitam estudar, procuram os cursos de EJA, geralmente supletivos, por estarem na população de distorção idade/série. Mesmo assim, em 2010, essas idades foram confirmadas com a publicação das diretrizes operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. (BRASIL, 1996)

Na atual LDB, identifica-se que há uma preocupação com o currículo escolar e que este deve agregar toda a história de vida do estudante, para que a expectativa de melhoria de vida dele seja real. Dessa maneira, a Educação de Jovens e Adultos aparece como um anseio legal, social e econômico, numa dimensão de necessidade humana de qualidade de vida. (LEAL, 2007)

O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, sociais e Culturais da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, em 16 de dezembro de 1966 e ratificada pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992, traz em seu texto que se deve fomentar e intensificar, na medida do possível, a educação de base para aquelas pessoas que não receberam educação primária, ou não concluíram o ciclo completo da educação primária.

Assim, promover a inclusão social e a inserção no mercado de trabalho de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade própria, proporcionar condições para que essa parte da população construa sua cidadania e possa ter acesso à qualificação profissional e aumentar as taxas de escolarização, deixariam de ser meros discursos, para tornar-se política pública, embasadas e fundamentadas em leis federais e a sua implementação sendo avaliada por instituições internacionais.

Isso tudo tem ligação direta com a educação para a democracia que permeia todas as modalidades, desde a educação infantil até a EJA, é uma questão de justiça. “Fazer justiça é considerar a diversidade, pois o critério da equidade restabelece a igualdade respeitando as diferenças. Não é sem razão que o símbolo da justiça é, precisamente, uma balança”. (BRASIL, 1998)

Nesse instante, faz-se importante e necessária reviver a consciência da função da educação de jovens e adultos, seja ela a função reparadora – a que garante não somente “o direito a uma escola de qualidade, mas também ao reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante.” (MEC, 2002, p.18); a função equalizadora – para a qual “a EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades”. (MEC, 2002, p.18) e a função qualificadora – que “refere-se à educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode ser atualizado em quadros escolares ou não-escolares” (MEC, 2002, p.18).

Na função reparadora, é indispensável um modelo educacional que crie situações pedagógicas satisfatórias para atender às necessidades de aprendizagem específicas de alunos jovens e adultos. Como diz o Parecer CNE/CEB Nº 04/98 (1998): nada mais significativo e importante para a construção da cidadania do que a compreensão de que a cultura não existiria sem a socialização das conquistas humanas. O sujeito anônimo é, na verdade, o grande artesão dos tecidos da história.

É importante também destacar que a função equalizadora se relaciona à igualdade de oportunidades, que possibilite oferecer aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços das estéticas e nos canais de participação. Nessa linha, a EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura.

Por sua vez a função qualificadora reafirma o caráter inacabado do homem, que sempre pode aprender e ampliar os seus saberes, basta para isso oportunidades. Essa função é um apelo ao processo de criação e transformação do homem, principalmente na sociedade contemporânea, onde o uso e o acesso a meios eletrônicos de comunicação dita a modernidade. Sinaliza também para uma busca permanente de professores e instituições que trabalham com a EJA para que se faça uma ponte entre os saberes do dia a dia e a inserção das novas tecnologias.

E todas essas funções foram realçadas por conta do reconhecimento da EJA como modalidade. A esse respeito, Mamed esclarece:

a existência de uma modalidade pressupõe a existência de uma organização maior à qual pertença, pois, modalidade significa modo particular de ser, uma subcategoria dentro de uma categoria. Entender a EJA como uma modalidade, ou uma subcategoria, do ensino fundamental ou médio é assumir que ela faz parte de um ou outro nível e abordá-la como possuidora de todas as qualidades e benefícios que caracterizam estes níveis, mas que não ferem suas especificidades garantidas em Lei. (MAMED, 2004, p. 161)

Dessa forma, a EJA é uma modalidade de ensino que deve ser voltada a estimulação do pensar do estudante, em âmbitos sociais, culturais e econômicos, e deve encontrar no ambiente escolar motivação para o desenvolvimento de sua criatividade, imaginação, senso crítico, sempre associando aos conceitos trabalhados o pensar do sujeito, sua experiência de vida, de trabalho. É importante que na escola sejam dissipados estigmas e estereótipos nos quais estudantes jovens e adultos são comumente enquadrados e que prevaleça a ideia de que é um público com saberes e conhecimentos e que sejam incluídos em produções sociais, econômicas e culturais de sua comunidade.

Essa visão é de primordial importância para fortalecer a autoestima desses sujeitos, possibilitando a realização de indagações, questionamentos e a busca de novos conhecimentos, enriquecendo assim a progressão da aprendizagem dos

mesmos e continuidades nos estudos, uma vez que “vivemos em uma época de esclarecimentos, de emancipação, de libertação” (PUCCI, 1994, p. 23).

Além disso, a Educação de Jovens e Adultos deve estar comprometida, principalmente, no que diz respeito à qualidade do ensino que é ofertado. O estado tem a responsabilidade de garantir essa primazia, ofertando um ambiente democrático em que o processo de ensino e aprendizagem ocorra pautado na reciprocidade e numa proposta de educação que seja libertadora e vise a autonomia de seus educandos.

Em consonância com essas afirmações Di Rocco explica que o termo Educação de Jovens e Adultos também pode ser entendido como:

Um processo destinado a suprir a carência escolar daqueles que não usufruíram do processo comum de escolarização, e, portanto, não utilizamos meios mais simples de comunicação escrita. A segunda dimensão tem por objetivo o aperfeiçoamento e/ou reciclagem de adultos que já dominam os mínimos indispensáveis da comunicação escrita e que se utilizam do processo como uma forma de aprimoramento ou especialização. (DI ROCCO, 1979, p. 9).

Dessa forma, a Educação de Jovens e Adultos se caracteriza como uma modalidade de ensino voltada não somente para indivíduos analfabetos, mas também para sujeitos já alfabetizados que querem retomar e dar continuidade aos estudos. Portanto, as propostas curriculares da modalidade devem ofertar embasamento para a continuidade dos estudos nas modalidades subsequentes da Educação Básica bem como no Ensino Superior.

Portanto, a Educação de Jovens e Adultos caracteriza-se como uma abordagem educacional voltada tanto para indivíduos analfabetos quanto para sujeitos já alfabetizados que desejam retomar e dar continuidade aos estudos. É fundamental então, que as propostas curriculares para esta modalidade devam dar suporte para sequenciar todas as etapas da Educação Básica até chegar no Ensino Superior.

Conforme Freire (2003), o modo como a Educação de Jovens e Adultos é entendida, tanto política quanto socialmente, têm amadurecido e passado por transformações qualitativas, sendo uma dessas as relações estabelecidas entre o conceito de EJA e o conceito de Educação Popular “na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras.” (FREIRE, 2003, p. 15).

Nesse sentido, os estudantes da EJA têm sede de descobrir o conhecimento e reconstruí-lo de forma crítica. Para tanto, eles se sacrificam numa carga horária árdua e cansativa e muitas vezes não conseguem acompanhar os conteúdos programáticos, pois estes nem sempre estão voltados para atender às suas características.

O público da EJA é historicamente sofrido e são oriundos de comunidades simples, geralmente excluídos da sociedade, tanto de maneira econômica, quanto culturalmente, e por causa das responsabilidades e necessidades se envolvem bastante no trabalho preenchendo todo o seu tempo, e isso reforça o ciclo de desigualdades e de uma sufocante realidade.

Diante de toda essa conjuntura, é necessário que os docentes aliem sensibilidade e competência científica para alcançar esses sujeitos. Freire (2013) afirma que é indispensável “a compreensão crítica dos educadores”. A concepção do professor sobre a EJA deve ser influenciada pelo contexto social em que os estudantes estão inseridos, portanto devem estar atentos aos interesses, preferências locais frequentados pelos discentes para colocá-los como sujeitos agentes no processo de construção do conhecimento. É um trabalho pedagógico, que requer uma boa dose de investigação sobre esse público, inclusive tendo a compreensão das cicatrizes que ele carrega e da necessidade de verificação do currículo como suporte para essa demanda tão repleta de fragilidades.

Todas essas reflexões corroboram com Freire quando argumenta que é preciso primeiro conscientizar, para então poder libertar, nesse processo educativo dos sujeitos da EJA:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. (FREIRE, 2013, p. 42)

Com o esclarecimento das funções da EJA verifica-se que essa modalidade de educação ganha um sentido de valorização da própria vida e do indivíduo como cidadão. No próximo tópico, apresentamos o lugar da EJA no cenário cearense.

2.3 EJA NO CENÁRIO CEARENSE

Ao refletir sobre a história da educação é sempre prudente (re) visitar os textos da nossa legislação e pensar no entorno social, político e econômico do país e na conjuntura a qual se encontrava. Isso dá a dimensão de como andava as relações do homem com o homem, do homem com o mundo e de todas as interações dessas forças.

Segundo Vieira, o fato é:

Nas primeiras Constituições pode-se observar uma ausência quase absoluta de referências à educação o que bem ilustra sua pequena relevância para a sociedade da época. A partir de meados do século XX, quando aumenta a demanda por educação, a presença de artigos relacionados ao tema cresce significativamente nos referidos textos. (VIEIRA, 2007, p. 7)

Vieira (2007) afirma que a Constituição do Estado do Ceará de 1891 apresenta alguns dispositivos que tratam direta ou indiretamente da Educação e também são abordados temas que tratam da liberdade de ensino, princípios republicanos que ganham força e dão uma conotação histórica ímpar para a educação brasileira. A autora continua registrando que na Constituição Política do Estado do Ceará de 1921, a Carta está entre aquelas que dispensam reduzida atenção à matéria educativa, o que refletiu também na Constituição Política do Estado do Ceará de 1925. Mesmo assim, a década de 1920 representa um momento fértil da educação brasileira e cearense.

Sendo assim, Vieira cita:

Nesse período são realizadas importantes reformas educacionais nos Estados, sob a liderança de educadores que vão continuar em destaque no período subsequente. As mudanças nos sistemas estaduais começam pelo Ceará, sob a coordenação do educador paulista Lourenço Filho. (VIEIRA, 2007, p.22)

Como podemos perceber, o Ceará é apontado como uma unidade promissora da Federação que dava indícios de que tinha potencial para ideias e ideais de repercussão para todo o Brasil, que veio se confirmar anos depois com o estabelecimento de programas e projetos inovadores.

Quando nos debruçamos nas leituras de Vieira (2007) sobre o texto da Constituição do Estado do Ceará de 1935, vemos declarado que o texto estadual de 1935 absorve o espírito da Carta Magna Federal, expressando uma sintonia, elemento útil para uma força motriz, que chama atenção para a criação de conselhos técnicos

como órgãos autônomos em cooperação com os poderes do Estado e que se propagaram para as áreas da Assistência Social, Educação, Cultura, Ordem Econômica e Financeira.

Começando a respirar ares de democracia, a Constituição do Estado do Ceará de 1945 retrata muitas semelhanças comparada à Carta Nacional, mas é no texto da Constituição do Estado do Ceará de 1947 que há a tradução de um momento significativo da educação do Ceará incorporando elementos de espírito redemocratizador, o mesmo espírito que pairava sobre o campo nacional, explicitando expectativas acerca do papel do Estado no campo escolar.

Chegamos, então, a década de 1960, e a Constituição cearense de 1967, que inclusive foi promulgada no mesmo ano da Constituição Federal. É concebida sob o regime militar, fator que causava apreensão aos atores do cenário da época, pois traduzia período de muitos medos e incertezas, no qual as elites encontravam alternativas para manter-se no poder. Isso é expresso em Vieira quando afirma:

Como no resto do país, embora tenha havido uma fase inicial de resistência ao golpe militar, o regime autoritário chega para ficar. Se no plano nacional vive-se o tempo dos generais, no âmbito local a fase é dos coronéis. [...] Durante os governos militares há uma expressiva subordinação das unidades federadas às decisões tomadas pelo poder central. (VIEIRA, 2007, p. 38)

O clima para a Constituição Federal de 1988 é de entusiasmo e esperança que reflete também no Ceará, correspondendo a um período de expectativas frente ao porvir. A Educação de Jovens e Adultos se tornou um direito para todos aqueles que não tiveram acesso à educação formal, à escolaridade. Cury (2006) coloca que a Educação de Jovens e Adultos - EJA representa, então, uma nova possibilidade de acesso ao direito à educação sob uma nova alternativa legal, acompanhada de garantias.

Agora é importante esclarecer que pela legislação que organiza a oferta de ensino no país (BRASIL, 1996), a criança deve ingressar aos 6 anos no 1º ano do ensino fundamental e concluir a etapa aos 14 anos. Na faixa etária dos 15 aos 17 anos, o jovem deve estar matriculado no ensino médio. O valor da distorção idade/série é calculado em anos e representa a defasagem entre a idade do aluno e a idade recomendada para a série que ele está cursando. O aluno será considerado em distorção idade/série quando a diferença entre a sua idade e a idade prevista para a série é de dois anos ou mais. Algumas causas são citadas para essa situação de

distorção idade/série como a evasão, o abandono, a repetência, dificuldades de aprendizagem e até mesmo a prioridade do trabalho sobre o estudo.

Alguns teóricos afirmam que ao analisar questões da educação acabam por analisar a própria sociedade, dadas as complexas relações entre as duas. Campos argumenta:

Talvez o grave problema da educação no Brasil não esteja na escola em si, mas no seu entorno. A pobreza e a miséria que marcam a vida do povo marcam também a escola. Ela é a expressão de conflitos de interesses que movem as relações sociais na sociedade capitalista. Compreender a relação educação/sociedade implica desenvolver a visão crítica sobre as complexas mediações e contradições da escola no âmbito da nossa sociedade. (CAMPOS, 2010, p. 27)

O que se registra nos anos seguintes ainda se apresenta como um grande desafio a ser superado. A Secretaria de Educação do Estado do Ceará (1994), em seus estudos sobre a educação de Jovens e Adultos, expressou que as ações de combate ao analfabetismo foram inconsistentes, sem acompanhamento efetivo e sem avaliação. Assim, conforme esses estudos, chegava-se à conclusão que era necessário o fortalecimento da educação de jovens e adultos.

O Plano Decenal (1993-2003) aparece como uma estratégia de governo para dar novos rumos à educação de jovens e adultos, já que, conforme os registros da própria Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará, desde a década de 1970, o fenômeno da distorção idade/série já preocupava e trazia efeitos devastadores para a educação, a sociedade e a economia.

Conforme Brandão (2002), diante a distorção idade/série, é importante lembrar que o atraso escolar acelera a desistência num futuro próximo, quando este aluno alcança a idade trabalhista, o que tem sido em nossa comunidade uma presença constante, uma vez que as necessidades familiares são maiores que manter o filho na escola com a idade de produção em atividades plena, e sua realidade que pede urgência na melhoria de sua renda familiar.

Ainda considerando os estudos de Brandão (2002), a escola com muitas retenções também perde com a distorção, pois compromete seu desempenho em relação a qualidade do ensino que oferece. O maior prejudicado, porém, é o aluno: além de refazer um ano inteiro, ele muitas vezes perde o estímulo para continuar os estudos.

Então, o que foi feito para a superação deste desafio? O governo do estado desenvolveu e lançou o Projeto Tempo de Aprender em 1996. Ele incluía os subprojetos Tempo de Ler, direcionado a crianças, e Tempo de Avançar, direcionado a alunos que apresentavam distorção de idade/sequência. O Projeto Tempo de Aprendizagem foi desenvolvido inicialmente em 40 comunidades e permaneceu por um tempo como uma alternativa para a população.

Além desses programas, desde 1974, o Governo do Estado do Ceará também oferece para a clientela os Centros de Educação de Jovens e Adultos, que funcionam como mais uma alternativa para a comunidade que ainda sofre com questões de distorção idade/série. Por algum tempo, de 1974 a 2000, os Centros de Educação de Jovens e Adultos, foram vistos como meros centros de certificação, mas a partir do ano de 2000, a configuração desses centros começa a se transformar dando um novo significado a essa escola e oportunizando uma trajetória diferente para os jovens e adultos.

3 SITUANDO O CEJA E A ABORDAGEM SEMIPRESENCIAL DE ENSINO

3.1 O SURGIMENTO DO CEJA

Em seus postulados, Cury (2000) registra que no século XX já com a forte influência europeia no Brasil, foram aprovados projetos de lei que tornaram obrigatório o ensino para adultos, porém, no íntimo dessas ideias houve uma forte influência política, já que a constituição federal de 1891 não permitia que pessoas consideradas analfabetas (sem domínio de leitura e escrita) tivessem o direito ao voto, sendo que a quantidade estimada da população girava em torno de 80% de analfabetos. Isto, segundo os censos brasileiros de 1892 e 1920, onde resultou uma busca por caminhos que levassem a alfabetização da população.

Considerando todos os momentos históricos, surgiram os CEJA para afirmar a criação de políticas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos e os avanços conquistados por elas. Sobre isso o parecer CEB 11/2000, elaborado pelo conselheiro Cury, esclarece:

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a ela e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e elevação de obras públicas. (CURY, 2000, p. 5)

Com essa perspectiva, os CEJA foram desenvolvidos com o objetivo de compensar o tempo perdido por aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram as aulas fundamentais no prazo comumente considerado. Essa caminhada então revela a luta pelo reconhecimento do direito à escolarização dos trabalhadores num panorama próprio no que se refere à oferta, organização e referenciais curriculares e didáticos.

Os Centros de Estudos Suplementares (CES), hoje denominados CEJA, são instituições de ensino que se situam em algumas regiões do país e que proporcionam aos jovens e adultos uma metodologia de ensino diferente das escolas ditas tradicionais; aceitam jovens e adultos a partir de 15 anos para o nível fundamental e a partir dos 18 anos para o nível médio.

No início da década de 1970, surgiram os CES, em meio à ditadura militar com forte preceito de servirem ao mercado de trabalho, jovens e adultos adequados, não somente para o uso da força, mas sim para tarefas que dependiam também de

certo conhecimento para o manuseio de máquinas e materiais. Em consonância com Oliveira (2016), portanto, a ideia de criar uma escola que formasse estas pessoas, sedeu para uma adequação da época já que a necessidade era a capacitação da mão de obra para atender a entrada do capital internacional das indústrias do país. Por fim, o pouco desenvolvimento educacional dos jovens e adultos trabalhadores exigia do estado brasileiro uma ação para acompanhar o crescimento econômico oriundo das multinacionais que chegavam ao Brasil.

Pela primeira vez, em 1971, a Lei de Ensino nº 5692/71 dedicava um capítulo ao Ensino Supletivo, definindo suas finalidades e formas de operação, tendo como finalidade no artigo 24, “suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria”. Outro elemento importante foi o parecer 699/72, do Conselho Federal de Educação elaborado pelo conselheiro Valmir Chagas, dedicado ao Ensino Supletivo, em conformidade com a referida Lei nº 5692/71, que define suas funções como: suplência, relativa à reposição de escolaridade; suprimento, relativo ao aperfeiçoamento ou atualização; aprendizagem e qualificação, referentes à formação para o trabalho e profissionalização.

Em conformidade com o parecer nº 699/72 do Conselho Federal de Educação, o Ensino Supletivo passa a integrar, como subsistema, o sistema educacional brasileiro de 1º e 2º graus. O Ensino Supletivo foi previsto na Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971 que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus.

Pelas suas semelhanças de ampla organização e flexibilidade onde, torna possível substituir a escolaridade regular e proporcionar estudos de aperfeiçoamento e atualização para jovens e adultos. É uma resposta à necessidade social de ampliação das oportunidades educacionais” (SESC, 1973, p. 37).

Sabemos que, na verdade, isso só funcionava no papel, e que a realidade é outra, até porque a sua clientela também é outra, é aquela trabalhadora, que entrou na escola apenas com a vivência do dia-a-dia, e que o ensino da EJA funciona de acordo com a sua clientela, adequando-se às possibilidades de tempo de cada um pois em sua maioria são trabalhadores, levando em conta também a defasagem no que diz respeito à capacidade de rendimento de cada um.

O Conselho Estadual de Educação do Ceará, na Resolução nº 333/94 da consolidação das normas de nº 2812/94, traz no artigo 67, que o Ensino Supletivo é uma modalidade do ensino fundamental e médio, destinado a uma clientela fora de

faixa etária prevista para a escolarização regular e que deve ser atingida por meio de metodologia própria e adequação de suas características e necessidades. O artigo 74 expressa que: "os cursos supletivos, para que produzam efeitos legais, deverão ter seus planos incluindo currículo, metodologia, aferição de resultados e qualificação de professores, previamente aprovados pelo Conselho de Educação".

Logo, o artigo 74, acaba por definir a filosofia de ensino como o conjunto de referências, métodos e ações que será orientação ao trabalho educativo, visando o atendimento de objetivos definidos, com um horizonte de ação que aponta para uma escola singular, visando o atendimento de uma clientela trabalhadora e com características próprias.

Portanto, o estudo supletivo foi idealizado buscando conquistar o interesse daqueles que não tiveram atendimento na época oportuna, assim como os que se distanciaram sem a conclusão devida. Portanto, não há competição com o Ensino Regular e sim, uma circulação de estudos entre os dois, que visa proporcionar uma correção de disfunção entre um e outro.

De acordo com os artigos 96 e 97, da resolução nº 317/93, os exames supletivos equivalentes ao ensino fundamental constarão das seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, História, Geografia, Matemática e Ciências Físicas e Biológicas. e do Ensino Médio: Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, Língua Estrangeira Moderna, História, Geografia, Matemática, Física e Biologia. Em sequência, o artigo 98 da mesma resolução afirma que na prova de língua portuguesa, no nível de ensino fundamental e médio, será incluído, obrigatoriamente, redação.

Ainda dialogando com a Lei 5692/71, vê-se os fins explícitos no art. 24 da Lei, qual seja, "suprir a escolarização regular" e proporcionar "estudos de aperfeiçoamento ou atualização", a forma supletiva de estudos compreende "cursos e exames" referentes ao núcleo comum que habilitam a continuidade no sistema regular. Os cursos seriam ministrados em classes ou através dos meios de comunicação disponíveis, quer sejam rádio, televisão, correspondência ou outros, de forma a atender as peculiaridades do aluno especial e, principalmente, respeitando-lhe o ritmo particular.

A referida Lei em seu art. 26, § 1º, faz referência à faixa etária: para a conclusão de 1º grau, os maiores de 18 anos e para a conclusão de 2º grau, os maiores de 21 anos. Observamos que a LDB 9394/96 alterou esses limites, reduzindo para 15 e 18 anos o ingresso no 1º e 2º graus, respectivamente.

Além das funções de suplência e suprimento de estudos, a Lei, em seu art. 27, abre perspectivas para cursos de aprendizagem e qualificação. A aprendizagem e a formação metódica no trabalho, organizada e ministrada pelas empresas ou instituições.

No processo de elaboração de uma nova legislação, para a educação nacional, aprovada em 1988, a nova Constituição procurou estabelecer uma concepção peculiar de educação, voltada para o universo do jovem e do adulto trabalhador, no qual definiu que o Estado deveria criar condições para que esse trabalhador como sujeito de direitos idênticos aos do restante da população.

Pelo exposto, percebemos a abrangência dos objetivos do Ensino Supletivo e sua importância como alternativa educacional. Educação aqui é compreendida como permanente processo de desenvolvimento e enriquecimento cultural humano, fortalecimento da cidadania, melhoria do bem-estar da sociedade. É, pois, o Ensino Supletivo, elo de ligação entre o trabalhador jovem e o conhecimento elaborado. Gadotti contribui com seus postulados, ao citar a LDB (1996):

Logo após a promulgação da Constituição de 1988, o Deputado Octávio Elésio de Brito, apresentou um projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 1258/88 que foi submetido à discussão nos mais diversos Fóruns Educacionais do país. A ampla mobilização levou, inclusive, à Constituição do Fórum Nacional de Defesa da escola pública, no qual se fizeram representar inúmeras entidades. (GADOTTI, 2001, p.43)

Alguns outros projetos surgiram, sendo que a quantidade de projetos e a variedade de seus conteúdos, de parlamentares dos mais diversos partidos e matizes políticos, reflete o jogo de interesses que a educação desperta. O relator, deputado Jorge Hage, tentou uma consolidação conciliatória, que consubstanciou no substitutivo publicado em agosto de 1989.

Com base no que diz o art. 208, incisos I, VI e VII, a lei garante aos jovens e adultos uma educação gratuita, regular com direito a material didático, transporte, alimentação e saúde. Nesse momento, Gadotti apresenta sua contribuição sua contribuição:

infelizmente sabemos que é uma grande idolatria, principalmente no que se refere a uma escola gratuita pois na verdade, pagamos impostos e é dever do Estado, união e município fornecer uma educação de qualidade e gratuita e como sabemos a educação do nosso país é de péssima qualidade, que ainda existem muitos educadores desqualificados e alienados, principalmente no ensino de educação de jovens e adultos. (GADOTTI, 2001 p. 47)

Os projetos para a EJA surgem, mas a qualidade desses projetos deixa muito a desejar, sendo muitas vezes de interesses parlamentares políticos que tem como finalidade apenas ganhar a credibilidade da população, e posteriormente não abraçam verdadeiramente a causa, perpetuando uma qualidade caótica e que precisa ser discutida de maneira séria e honesta.

Quando o autor coloca que o primeiro projeto da LDB tramitou por cerca de treze anos no Congresso Nacional, apenas reforça o que já sabemos, ou seja, o compromisso com a educação brasileira é rasteiro, as desculpas são diversas e o que queremos é ação, é uma educação de qualidade, pois temos anseios, aspirações, projetos e ideias, fazemos parte de uma sociedade ampla e diversificada, queremos qualidade e não quantidade.

O autor vai mais além quando diz: “não há, na história da Educação Mundial, qualquer país que tenha tido sucesso na Universalização da educação básica de seu povo”. (GADOTTI, 2001, p. 48). Esse contexto acaba por mostrar uma realidade vergonhosa e precária, pois a educação é cultura, é crescimento, é progresso e não há verdadeiramente uma preocupação em mudanças, vivemos sempre copiando, e como sabemos o que é bom para alguns, nem sempre funciona com outros. Sabemos que temos matéria-prima de qualidade, o que falta apenas é o incentivo, o apoio, a vontade e o compromisso de nossos representantes.

O fundamento do Ensino Supletivo é uma força da qual os critérios de grau, série, conteúdo, programa, sequência e horário entre outro estabelecido, *a priori*, cedeu a um efetivo ajustamento das atividades dos estudantes para simplesmente atender ao mercado. Destaca-se uma preocupação com o mercado de trabalho quando se trata do “aligeiramento” e da “certificação” que são palavras que ecoam até os dias atuais.

Conforme Di Pierro:

aprovada em pleno regime militar, a doutrina do Ensino Supletivo, como a denominaram seus formuladores, não incorporou as ricas contribuições que os movimentos de educação e cultura popular do início da década de 1960 legaram à educação de adultos, difundidas em todo mundo pela obra de Paulo Freire. (DI PIERRO, 2005, p.117)

As insatisfações com o tratamento dado ao público jovem e adulto repercutem nesse sentido, o governo federal, através do Ministério da Educação e Cultura (MEC) fez surgir o Departamento de Ensino Supletivo - DSU, cujo objetivo era coordenar o desenvolvimento de todas as atividades relacionadas à educação de

jovens e adultos, o que culmina na criação, na década de 1970, dos Centros de Estudos Supletivos (CES). Estes centros, hoje, denominados Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) são considerados a solução mais viável para sujeitos jovens e adultos, de modo a atender, ao mesmo tempo, ao trinômio: tempo (rapidez de instalação), custo (aproveitamento de espaços ociosos) e efetividade (emprego de metodologias adequadas).

A orientação metodológica do CEJA era baseada em módulos e nas avaliações visando um atendimento individualizado, com o auxílio daquele que ficou conhecido como orientador de aprendizagem, que atendia ao estudante em horários determinados. Ele ia à escola de acordo com o que julgasse necessário não havendo uma frequência obrigatória, sendo assim, a aprendizagem por módulos e as avaliações julgavam sua passagem para outro nível, resultando numa certificação rápida, muitas vezes, em detrimento do conhecimento através da pressão da sociedade e o grande clamor era que na ânsia não fosse considerado um ponto fundamental da educação que seria a formação humana.

Por muito tempo, os CEJA foram vistos por alguns como fábrica de certificados, o que leva a crer que o estudante vai sair minimamente preparado para seu papel na sociedade. Essa metodologia começa a ter certa resistência dentro dos próprios CEJA, ou seja, professores e gestores, com o passar dos anos e com os avanços sociais, começam a indagar se realmente esta formação ou orientações se tornam suficientes para os estudantes.

Em função dos anseios e questionamentos vindos de dentro dos próprios CEJA, surgiram movimentos na busca por novas ideologias dentro desta escola junto aos órgãos maiores da educação. Portanto, segundo Oliveira (2016), entre 2002 a 2009, professores e gestores trouxeram novos pensamentos no intuito de interromper essa visão que reduzia o CEJA à unidade certificadora.

Assim nos últimos anos a reformulação no ensino dos CEJA traz novas propostas que são incrementadas na modalidade: renovação dos laboratórios de informática, bibliotecas, sala de estudos, projetos, aulas, dentre outros, que tendem a levar o estudante a permanecer ou ir mais ao ambiente escolar com propostas que consolidam os saberes.

É interessante registrar alguns marcos importantes que vão ilustrar essas mudanças, não somente no método individual já que ainda hoje o acompanhamento

aos alunos é individualizado, mas também, no modo de pensar e fazer a educação nos Centros de Educação de Jovens e Adultos.

Em 1991, com a aprovação do Parecer nº 97/91, sobre o Plano de Estrutura e Funcionamento dos CEJA abria-se um leque que facilitava a criação de novos centros, proporcionando o aumento de acessos a esses locais. Viu-se como mais uma oportunidade de que o aluno tivesse acesso a estrutura da escola

Além de oferecer o Ensino Fundamental e o Ensino Médio como modalidade da educação básica, os CEJA também oferecem progressão parcial, popularmente chamada de dependência, revisão de estudos, nivelamento/sondagem. Na progressão parcial, os estudantes com reprovação em até três disciplinas podem cursá-las no CEJA simultaneamente a série regular; na revisão de estudos, o aluno regresso do ensino médio pode retornar aos estudos e usufruir de todo o espaço e materiais escolares; no nivelamento/sondagem é dada oportunidade aqueles que sabem ler e escrever, frequentar a escola, mesmo não tendo como comprovar a escolarização, nesse caso, os CEJA farão trabalho de resgate de conteúdo e inserção do aluno na série e nível conforme avaliação.

3.2 A OFERTA DA EJA NO CEARÁ

A Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará (2022) garante o acesso à educação básica na modalidade EJA presencial e semipresencial. O primeiro formato acontece em escolas da rede estadual, distribuídas na maioria dos municípios cearenses e no formato semipresencial a oferta ocorre em 34 Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), localizados em: Fortaleza (09) e no interior (25), em Itapipoca, Acaraú, Camocim, Granja, Tianguá, Ipu, Sobral, Canindé, Baturité, Horizonte, Crateús, Limoeiro do Norte, Jaguaribe, Quixadá, Senador Pompeu, Tauá, Iguatu, Icó, Crato, Juazeiro, Barbalha, Brejo Santo, Milagres, Caucaia e Maracanaú. Segundo o Censo Escolar, em 2022, os CEJA apresentaram uma matrícula superior a quarenta mil alunos.

A Coordenadoria do Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem Diversidade e Inclusão Educacional esclarece que a escolarização de Jovens e Adultos no formato presencial atende aos alunos nos turnos diurnos e noturnos, nos níveis fundamental e médio. A Secretaria também assegura escolarização, por meio de convênio com outras Instituições, para os seguintes públicos:

a) Atendimento escolar aos privados de liberdade em 42 unidades prisionais, com matrículas vinculadas aos Centros de Educação de Jovens e Adultos – CEJA, localizadas no interior do Estado e à EEFM Aloísio Léo Arlindo Lorscheider, cujas salas de aula funcionam em 10 unidades na Região Metropolitana de Fortaleza. Esta ação é desenvolvida por meio de um convênio de cooperação técnica com a Secretaria da Justiça e Cidadania.

b) Atendimento escolar aos beneficiários de penas alternativas com restrição de liberdade nos finais de semana, os quais, em vez de serem recolhidos, são encaminhados a frequentar aulas aos sábados e domingos no CEJA Paulo Freire, em Fortaleza. Esta ação é desenvolvida em parceria com a Vara de Execução de Penas Alternativas, formalizada por meio de Termo de Cooperação Técnica.

c) Atendimento escolar às pessoas em progressão de pena, regime semiaberto, com trabalho externo, as quais são encaminhadas por via judicial para matrícula no Projeto Aprendizagem de Liberdade, que ocorre durante os finais de semana no CEJA Prof. Gilmar Maia, em Fortaleza. O referido projeto é viabilizado por meio de Convênio entre a Secretaria da Educação, Secretaria de Justiça e Cidadania, Tribunal de Justiça do Ceará e 2ª e 3ª Varas de Execução Penal.

d) Atendimento escolar a jovens em conflito com a Lei, nas Unidades de Medidas Socioeducativas, com matrículas vinculadas aos Centros de Educação de Jovens e Adultos – CEJA de Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte, numa ação de cooperação técnica com a Superintendência Estadual do Sistema de Atendimento Socioeducativo.

A Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará (2022), através da Coordenadoria do Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem Diversidade e Inclusão Educacional, continua informando que também oferta EJA Médio presencial com Qualificação Profissional desde 2015, motivada pela necessidade de qualificar a oferta do ensino médio buscou redimensionar e contribuir para a implementação da política da educação de jovens e adultos, articulada com a qualificação profissional, comprometida com a inclusão e garantia do direito à aprendizagem ao longo da vida, além de favorecer outras aprendizagens preparatórias para o trabalho e para as práticas sociais.

Nessa perspectiva, as estratégias definidas pela SEDUC para fomentar a ofertada EJA articulada à qualificação profissional apresenta-se formatada numa proposta diferenciada pela metodologia e carga horária para o ensino médio, parte no formato

presencial e parte mediada pela educação a distância, implementadas a partir de 2016, iniciando pelas Crede 01, 09, 16 e 19. Contemplou 10 municípios da Região Metropolitana de Fortaleza e cinco municípios do interior do Estado.

A proposta é diversificada e com tempos pedagógicos flexíveis, atendeu inicialmente a 25 escolas e 1.457 educandos, contribuindo com os processos de constituição da autonomia de pessoas jovens e adultos e a inserção qualificada no mundo do trabalho. A ampliação da oferta, a partir de 2017, contempla todas as 20 CREDE e SEFOR, com a inclusão de 6.420 educandos matriculados em 118 escolas, localizadas em 75 municípios do interior além da Capital.

Essa proposta está sendo efetivada a partir de uma parceria entre as áreas da Coordenadoria do Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem – CODEA/ Diversidade e Inclusão Educacional e CODEA/ Protagonismo Estudantil/Projeto E- jovem. SEDUC (2022).

Quanto a escolarização de Jovens e Adultos no formato Semipresencial, é ofertado nos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) que oferecem Ensino Fundamental anos finais e o Ensino Médio, no formato semipresencial, mediado pela educação à distância, permitindo ao educando, portanto, cumprir parte da carga horária do nível de ensino em que está matriculado fora da escola.

Esses Centros contam com outra lógica na organização do ensino substituindo a sala de aula convencional por outros ambientes pedagógicos com a finalidade de diversificar as oportunidades de aprendizagem ou dar continuidade ao processo de formação dos jovens e adultos que o procuram, buscando adequar-se ao perfil dos sujeitos da EJA.

Por isso, essas unidades têm funcionamento ininterrupto de janeiro a dezembro, de segunda a sexta, no horário de 7h às 22h. Possibilitam, ainda, a atualização de conhecimentos para jovens e adultos que já concluíram o ensino médio, mas que desejam aprofundar seus conhecimentos ou revisá-los com o objetivo de participar de concursos públicos e vestibulares. O CEJA é responsável, também, pela emissão de certificados de conclusão do ensino fundamental e médio dos candidatos aprovados no ENCCEJA.

Segundo a Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará (2022), é importante refletir sobre a aprendizagem e educação de jovens e adultos, discutir e alinhar procedimentos para a organização da oferta da EJA no formato

semipresencial, por isso realizam encontros periódicos com gestores dos Centros de Educação de Jovens e Adultos – CEJA.

Os encontros promovem a retomada do diálogo com os CEJA, à reafirmação da EJA como um direito a ser assegurado ao longo da vida e o fortalecimento do caráter inclusivo da EJA e respeito à diferença e diversidade. A programação proporciona encontros com especialistas articulando áreas afins com a educação de jovens e adultos, que favorecem reflexão e adoção de novos procedimentos para a qualificação da oferta da modalidade.

Conforme essa expectativa Libâneo afirma:

A formação continuada pode possibilitar a flexibilidade e as mudanças na prática docente, ajudando os professores a tomarem consciência das suas dificuldades compreendendo-as e elaborando forma de enfrentá-las. De fato, não basta saber as dificuldades da profissão é preciso refletir sobre elas e buscar soluções, de preferência mediante ações coletivas. (LIBÂNEO, 2004 p. 227)

Tudo isso implica diretamente na valorização dos professores, na melhoria das condições de trabalho, na qualidade da estrutura física da escola, condições salariais dos professores e de todo o serviço de apoio à ação pedagógica, acompanhamento da aprendizagem dos alunos e do fortalecimento de todos os segmentos que compõem a escola.

3.3 A SEMIPRESENCIALIDADE EM FOCO E SUA RELAÇÃO COM A EVASÃO

Na Resolução 438/2012 do Conselho Estadual de Educação do Ceará, que dispõe sobre a Educação de Jovens e Adultos, traz em seu capítulo III, art. 4º, que os cursos na modalidade EJA para a conclusão da educação básica funcionarão da seguinte forma:

I – Presencial, em que educando e professores estão disponíveis e presentes nos horários e carga horária estabelecidos pelo curso, sendo o professor um elemento fundamental na mediação do processo de aprendizagem, favorecendo uma interação e contatos de maior proximidade;

II – Semipresencial, restritos ao segundo segmento do ensino fundamental e ao ensino médio, em que a relação ensino e aprendizagem se efetiva em diferentes espaços pedagógicos, mediados pela educação a distância, com a avaliação em processo e com a utilização das tecnologias da comunicação e informação;

III – desenvolvidos por meio da Educação a Distância – EAD, utilizando ambientes virtuais de aprendizagem, restritos ao segundo segmento do ensino fundamental e ao ensino médio, cujas características devem atender o disposto no art. 9º da Resolução CNE/CEB nº 03/2010.

§ 1º Para os cursos destinados à aquisição das habilidades básicas de leitura e escrita e demais componentes curriculares do primeiro segmento do ensino fundamental, será obrigatório o ensino presencial.

§ 2º Será sempre presencial a avaliação da aprendizagem feita em cursos ministrados com a mediação da educação à distância.

Nesse sentido, a Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará (2022) tem garantido a oferta de educação escolar para jovens e adultos com características específicas que atendam às suas necessidades e disponibilidade e que assegure sua capacidade de ingresso e permanência na escola. Esses alunos fazem parte de um público não convencional, que trata de uma demanda peculiar, com características específicas, que o diferencia do aluno que teve acesso à escola na idade própria, seja pela sua inserção no mundo de trabalho, sua experiência pessoal ou sua participação na vida social. Estas diferenças devem ser consideradas na oferta de cursos com matrícula para conclusão da educação básica, ampliação de conhecimentos e progressão parcial, entre outros, respeitando-se o princípio da equidade.

Na Educação de Jovens e Adultos é fundamental entender as características únicas de seu público-alvo em relação à diversidade racial, sociocultural, cognitiva, de gênero, geográfica, entre outras coisas, e traduzir essas características na garantia de acesso e a qualidade dos serviços socioeducativos necessários à sua emancipação.

De acordo com Libâneo,

A escola de hoje não pode limitar-se a passar informações sobre as matérias, a transmitir o conhecimento do livro didático. Ela é uma síntese entre a cultura experienciada que acontece na cidade, na rua, nas praças, nos pontos de encontro, nos meios de comunicação, na família, no trabalho etc., e a cultura formal que é o domínio dos conhecimentos, das habilidades de pensamento. Nela, os alunos aprendem a atribuir significados às mensagens e informações recebidas de fora, dos meios de comunicação, da vida cotidiana, das formas de educação proporcionadas pela cidade, pela comunidade. (LIBÂNEO, 2004 p.47)

No intuito de respeitar as questões legais, pedagógicas e de currículo, a dinâmica metodológica utilizada nos Centros de Educação de Jovens e Adultos

deverá atender às características, disponibilidade de tempo, ritmo de aprendizagem e interesses dos estudantes, articulando os saberes já construídos na convivência social com os saberes da cultura acadêmica.

Para realizar esta proposição poderão ser utilizadas diferentes estratégias metodológicas como: a orientação personalizada através dos módulos de ensino, estudos dirigidos, orientação em grupos, oficinas, estudos em laboratórios, estudos em bibliotecas, debates e outras técnicas pedagógicas, visando preparar o aluno para assumir a responsabilidade de sua educação.

Lembrando que o mapa curricular do CEJA é desenvolvido por unidades curriculares e pode ser cursado em qualquer época do ano, já que a matrícula pode ser realizada no período de interesse do aluno. A organização dos estudos não é baseada em bimestres, mas sim em disciplinas e para avançar nos estudos, o aluno deve cumprir um circuito de aprendizagens, que englobam leituras, atividades, esclarecimentos com os professores para em seguida realizar as provas exigidas e vai se qualificando para a próxima fase e assim por diante.

Nesta perspectiva, a estrutura física do CEJA dispõe de diferentes ambientes articulados à ação docente em prol da aprendizagem do estudante, como: biblioteca, sala de estudos, laboratório educativo de informática, entre outros.

Pensar e dialogar sobre evasão na EJA é uma tarefa que requer muitos cuidados, afinal, historicamente os alunos dessa modalidade estão mergulhados em muitas variantes. Logo, é interessante compreender que a EJA já nasceu com algumas particularidades e dessa forma não se pode colocá-la no mesmo bojo das análises, com os mesmos parâmetros das demais.

Gadotti, nesse sentido, revela:

A evasão do aluno trabalhador e da aluna trabalhadora pouco tem a ver com a evasão de alunos que frequentam escolas, com a mesma faixa etária, com o mesmo nível de aprendizagem e preocupações. A evasão na EJA tem características próprias, que devem ser respeitadas pelos educadores e pela sociedade. (GADOTTI, 2014, p.22)

Considerando a citação acima é de fundamental importância repensar inclusive o conceito de evasão para a EJA. Não se pode olhar friamente para os números, sem propor toda uma contextualização para um processo histórico. Ora, os princípios da educação já orientam aos professores e gestores que tenham uma postura de ressignificação para todo o processo educativo, em todos os momentos, ainda mais quando se trata da EJA.

É muito interessante compreender o significado da evasão, que diz respeito ao ato de desviar-se de alguma coisa ou algo, a ação de afastar-se. No contexto escolar significa que o aluno está se afastando da escola.

A evasão escolar é um problema endêmico e antigo do Brasil. Todos os anos milhares de crianças e adolescentes passam por essa experiência danosa ao seu futuro e ao do país. O problema é que a evasão é quase tida como comum entre os profissionais da educação, tanto é que no início do ano letivo não se preocupam em lotar as salas de aulas já que sabem que muitos dos alunos desaparecerão da escola. Já o reflexo desse descaso é sentido nas cadeias públicas, penitenciárias e centros de internação de adolescentes como salienta Digiácomo:

As consequências da evasão escolar podem ser sentidas com mais intensidade nas cadeias públicas, penitenciárias e centros de internação de adolescentes em conflito com a lei, onde os percentuais de presos e internos analfabetos, semialfabetizados e/ou fora do sistema de ensino quando da prática da infração que os levou ao encarceramento margeia, e em alguns casos supera, os 90% (noventa por cento). (DIGIÁCOMO, 2000, p. 10)

A frequência desse jovem e adulto, em sua grande maioria, já trabalhadores, é um grande desafio para todos: governo, instituições, sociedade e também para o próprio aluno, que muitas vezes não vê sentido em estar na escola.

A Revista Nova Escola, em sua edição nº 292 de maio de 2016, num texto escrito por Marcelo Mazzoli, diretor de Educação do UNICEF, à época, reconhecia que recuperar jovens em condição de evasão, é uma ação importante e inovadora e apresenta três grandes desafios que o Ministério da Educação (MEC) tem de enfrentar nesse processo: o problema da evasão sempre considerado do aluno, afinal a sala de aula está lá, frequenta quem quer; o segundo é conseguir que ela esteja apta a recebê-los; por fim, viabilizar uma articulação intersetorial e acordos entre diferentes níveis de governo.

Analisando toda essa conjuntura, vê-se que tal perfil tem uma relação muito estreita com a EJA, já que se trata de alunos que estão fora da escola e que em algum momento vão ter a necessidade da educação formal. Por isso o estudo sobre a abordagem semipresencial de ensino objetiva a compreensão de que esta pode ser uma ferramenta para confrontar a evasão na EJA. representa que há de ser fazer o aprofundamento de todo um contexto, um olhar direcionado ao passaporte para o mundo, traçando vínculos com toda uma condição de vida, de trabalho, de toda uma teia social.

Em vista disso, a EJA ocupa um papel fundamental na sociedade, uma vez que procura reinsserir os jovens e adultos não só no mercado de trabalho, mas também tem como objetivo principal formar um ser crítico, cidadão e consciente de seu lugar no mundo, como observa-se nas palavras de Freire (1996):

A educação popular, de corte progressista, democrático, superando o que chamei, na *Pedagogia do Oprimido*, “educação bancária”, tenta o esforço necessário de ter no educando um sujeito cognoscente, que, por isso mesmo, se assume como um sujeito em busca de, e não como pura incidência da ação do educador. (FREIRE, 1996, p.14)

A EJA, então, ocupa um espaço bem maior, buscando a superação do saber de senso comum pelo conhecimento mais crítico. Busca recolocar as pessoas que, por questões econômicas, por falta de oportunidade, ficaram à margem da sociedade. Frequentar a escola, portanto, precisa ter um significado. Os jovens e adultos que abandonam a escola, quando retornam a ela, precisam reconhecer sua importância, se identificar com ela de alguma forma. Em face disso, Freire (1996) define:

Não é possível a educadoras e educadores pensar apenas os procedimentos didáticos e os conteúdos a serem ensinados aos grupos populares. Os próprios conteúdos a serem ensinados não podem ser totalmente estranhos àquela cotidianidade. O que acontece, no meio popular, nas periferias das cidades, nos campos – trabalhadores urbanos e rurais reunindo-se para rezar ou para discutir seus direitos – nada pode escapar à curiosidade arguta dos educadores envolvidos na prática da Educação Popular. (FREIRE, 1996, p.13)

Educadores que ensinam o conteúdo sem relacioná-lo à vida, tendem a estimular o desinteresse do aluno pela escola e esse desinteresse resulta normalmente na evasão escolar, que, finalmente, atinge o aluno em potencial da EJA. Se esse educando já passou por um fracasso escolar e, por um motivo ou outro, resolver tentar mais uma vez retornar à escola, o mínimo que o professor pode fazer é tornar esse retorno agradável. O estudante precisa ver que a escola pertence ao seu mundo e não é um universo à parte.

Na verdade, isso não pode funcionar só no papel, já que a realidade é outra, a clientela é outra, é aquela trabalhadora, que entrou na escola apenas com a vivência do dia-a-dia, e que o ensino da EJA funciona de acordo com a sua clientela, adequando-se às possibilidades de tempo de cada um pois em sua maioria são trabalhadores, levando em conta também a defasagem no que diz respeito à capacidade de rendimento de cada um.

No que se refere as possibilidades do público alvo da EJA, é interessante marcar as diferenças do ensino supletivo e do ensino semipresencial. O supletivo e a semipresencialidade foram idealizados para resgatar os que não tiveram atendimento no tempo oportuno, bem como os que se distanciaram da escola sem conclusão efetiva; então, entende-se que não há competição com o ensino presencial, o que existe é uma circulação de estudos na busca de proporcionar a correção no tempo perdido.

De acordo com o art. 24 da Lei 5692/71, “suprir a escolarização regular” e proporcionar “estudos de aperfeiçoamento ou atualização”, a forma supletiva de estudos compreende “cursos e exames” referentes ao núcleo comum que habilitam a continuidade no sistema regular. Os cursos seriam ministrados em classes ou através dos meios de comunicação disponíveis, quer sejam rádio, televisão, correspondência ou outros, de forma a atender as peculiaridades do aluno especial e, principalmente, respeitando-lhe o ritmo particular.

Mais uma vez Gadotti, colabora quando diz que tal ajustamento só se torna legítimo e exequível quando:

Os alunos são respeitados como autores da definição de suas conveniências (direitos e necessidades); não se considera os educandos como receptores passivos, mas principais protagonistas de sua própria educação. O reconhecimento das aprendizagens adquiridas, informal e sistematicamente, não tem como parâmetro o inútil ensino da escola para a escola, mas a organização da reflexão crítica sobre as vivências e experiências do cotidiano, transformando em alvo de novas intervenções dos educandos, instrumentalizados pela nova formação. (GADOTTI, 2001, p. 52)

Na EJA com abordagem semipresencial, é interessante compreender o conceito de evasão não como um fator determinante e de ruptura definitiva; um ponto interessante é que quando o aluno deseja retornar à escola ele pode fazê-lo em qualquer época do ano e considerar todas as conquistas efetivadas até o momento da pausa.

4 OS CAMINHOS DA METODOLOGIA

4.1 TIPO DE ESTUDO

Para efetivação deste trabalho de investigação, optou-se pela abordagem explicativa e qualitativa. Para Gerhardt e Silveira (2009), este tipo de pesquisa “preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 32).

Fica caracterizada também nesse trabalho a pesquisa tipo etnográfica, onde a marca especial desta forma de pesquisa é a aproximação ao significado ou à compreensão dos participantes. Para André (1995), se tratam de investigações que fazem coleta de dados qualitativos a partir da pesquisa de campo, um relato etnográfico do processo educativo a partir de uma “descrição cultural”. A referida autora afirma que em Educação se usam técnicas em geral associadas à etnografia, como a observação participante, a entrevista e a análise de documentos.

Elencamos então a utilização de vários procedimentos técnicos, a saber: pesquisa bibliográfica, documental, observância de campo e o estudo de caso, no intuito de analisar cientificamente o objeto de estudo e compreendê-lo à luz da legislação, da história e do ponto de vista dos participantes.

Segundo Ludke e André:

O fenômeno educacional foi estudado por muito tempo como se pudesse ser isolado, como se faz com um fenômeno físico, para uma análise acurada, se possível feita em um laboratório, onde as variáveis que o compõem pudessem também ser isoladas, a fim de se constatar a influência que cada uma delas exercia sobre o fenômeno em questão. (LUDKE e ANDRÉ, 2010, p. 3)

Para Mascarenhas (2014), o método é fenomenológico, pois “busca descrever o fenômeno do jeito que ele é. [...] com a ajuda da interpretação [do] mundo a nossa volta, refletindo sobre ele. Essa reflexão é um processo bastante subjetivo, que varia de pessoa para pessoa”. (MASCARENHAS, 2014, p. 44-45).

A técnica de pesquisa é descritiva e utilizamos como instrumento de coleta de dados, os depoimentos descrevendo a visão dos diversos atores envolvidos sobre o tema proposto. Torna-se relevante ressaltar que este tipo de pesquisa foi essencial

para descrever a estrutura organizacional e pedagógica da escola e desta forma responder à pergunta central da pesquisa.

Uma mudança significativa, portanto, refere-se à relação entre pesquisador e pesquisado. Isso porque a pesquisa qualitativa reconhece que o pesquisador participada cena pesquisada, “tomando partido na trama da peça” (LUDKE e ANDRÉ, 2010, p. 07). Ao mesmo tempo, também o grupo pesquisado deve imprimir marcas na investigação. O pesquisador vai a campo, conforme explicita Bogdan e Biklen:

não como alguém que faz uma pequena paragem ao passar, mas como quem vai fazer uma visita; não como uma pessoa que sabe tudo, mas como alguém que quer aprender; não como uma pessoa que quer ser como o sujeito, mas como alguém que procura saber o que é ser como ele. (BOGDAN e BIKLEN 2004, p. 113):

Os autores supracitados (2004) discutem o conceito de pesquisa qualitativa apresentando cinco características básicas que configurariam esse tipo de estudo: a) ambiente natural como fonte de dados e pesquisador como principal instrumento; b) dados descritivos detalhados; c) preocupação com o processo; d) tentativa de capturar a perspectiva dos participantes; e) análise de dados através de um processo indutivo. Tais características permearam este estudo.

Em relação à área educacional, pode-se dizer que a pesquisa etnográfica passou a ganhar força especialmente a partir do final da década de 1970, em função da profundidade e riqueza de suas análises (ANDRÉ, 2010). Isso porque o estudo etnográfico possibilita um contato face a face com a realidade escolar, permitindo uma compreensão mais densa e profunda dos processos que nela acontecem, tornando visíveis aqueles até então considerados invisíveis.

André (2010) ainda aponta razões para a utilização da etnografia no estudo da vida escolar, dentre as quais destaca a possibilidade de maior aproximação da escola, considerada como espaço social. Segundo a autora, a etnografia coloca, pois,

Uma lente de aumento na dinâmica das relações e interações que constituem seu dia a dia, apreendendo as forças que a impulsionam ou que a retêm, identificando estruturas de poder e os modos de organização do trabalho escolar e compreendendo o papel e a atuação de cada sujeito nesse complexo interacional onde ações, relações, conteúdos são construídos, negados, reconstruídos ou modificados (ANDRÉ, 2010, p. 41).

A partir disso, tendo esta pesquisa o objetivo de descrever e analisar as práticas pedagógicas de um professor atuante na Educação de Jovens e Adultos e verificar

seus impactos nas práticas de letramento desses alunos, entende-se que tal metodologia de pesquisa é adequada, uma vez que tem, no ambiente onde se dão as relações a serem estudadas, a sua fonte de dados.

4.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Entendemos ser necessária uma investigação que permita compreender a metodologia da semipresencialidade no CEJA, enfatizando a possibilidade de ininterruptibilidade dos estudos na EJA. Surge então a problemática geradora desta pesquisa: como a estrutura pedagógica e organizacional da EJA no âmbito da semipresencialidade desenvolvida no CEJA Adelino Alcântara Filho em Fortaleza- Ceará, pode contribuir para o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes? Para tanto, faz-se necessário atingir os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

- I Desenvolver um e-book apresentando a estrutura pedagógica e organizacional do CEJA, no âmbito da semipresencialidade, capaz de orientar o aluno matriculado e/ou motivado em frequentar a escola pesquisada, bem como toda a comunidade interessada.

Objetivos específicos:

- II Descrever um panorama histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil no Ceará;
- III Discutir a EJA no contexto atual;
- IV Apresentar o CEJA como equipamento importante para a oferta e consolidação de aprendizagens que possam garantir a continuidade e conclusão dos cursos ofertados.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA

O CEJA Adelino Alcântara Filho está situado à rua 612, s/n, no bairro Conjunto Ceará- 1ª etapa, em Fortaleza. É uma escola diferenciada que visa atender a jovens e adultos que, por motivos diversos, não tiveram acesso ou não permaneceram na escola no período adequado para sua formação. O CEJA, portanto, é um espaço

permanente de educação que se organiza na forma semipresencial, atendendo aos alunos a partir de 15 anos para o Ensino Fundamental e a partir de 18 anos para o Ensino Médio.

A escola apresenta um bom espaço físico com quatro salas de atendimento (conforme as áreas de conhecimento), sala de planejamento, sala de apoio, auditório, biblioteca, sala de estudo, laboratório educativo de informática, secretaria, sala de convivência (professores e funcionários), sala administrativa e financeira, sala gestão escolar, banheiros masculinos para estudantes, com seis bacias sanitárias, banheiros femininos para estudantes com seis bacias sanitárias, dois banheiros adaptados para pessoas portadoras de deficiência física, cozinha, dispensa, três almoxarifados, secretaria, arquivo estático, centro de convivência (para alunos), três galerias, dois jardins internos. Há ainda uma enorme área não construída e estacionamento

Localizado em um bairro de periferia, o Conjunto Ceará, onde a principal característica econômica é a prestação de serviços, a escola abrange o público de toda a Fortaleza, até mesmo da Região Metropolitana, mas principalmente das áreas adjacentes, que engloba os seguintes bairros: Genibaú, Autran Nunes, Granja Portugal, Bom Jardim, Canindezinho, Bom Sucesso, Demócrito Rocha; além dos bairros mais próximos do município de Caucaia, como Parque Potira, Conjunto Marechal Rondon, Parque Boa Vista, Parque Albano e Parque Guadalajara.

Desde 2005 o CEJA Adelino Alcântara Filho se propõe a ser uma escola diferenciada que visa atender aos jovens e adultos, e que por motivos diversos não tiveram acesso ou não permaneceram na escola.

Tem como missão ser um espaço de formação permanente capaz de fortalecer nos alunos a confiança e o desejo de aprender sempre, reconhecendo e valorizando a educação como meio de desenvolvimento pessoal e social. Prima pelos valores: Participação, organização, competência, compromisso e ética. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).

No formato semipresencial, o sistema de ensino é modular com orientação personalizada de maneira individual ou em pequenos grupos. Solicita-se ao aluno a frequência mínima de duas vezes por semana. O semipresencial é ofertado nos níveis fundamental (6º ao 9º ano) e médio (1º ao 3º ano) completo ou aproveitamento. Também progressão parcial (dependência) e nivelamento ou sondagem.

É relevante esclarecer que a progressão parcial permite ao aluno avançar para o próximo ano ou série, mesmo não tendo obtido aprovação em todas as disciplinas

do componente curricular da série anterior. Nesse caso o aluno é aprovado apenas nas disciplinas em que obteve a nota mínima para aprovação e é reprovado nas demais.

Dessa forma, ele cursa novamente as disciplinas nas quais foi reprovado, ao mesmo tempo em que cursa as disciplinas do ano seguinte na escola origem, vai avançando sem precisar repetir todas as disciplinas da série anterior. A progressão parcial é uma alternativa à reprovação completa, que pode trazer prejuízos à aprendizagem e à autoestima do aluno. Porém, é importante destacar que a progressão parcial não deve ser vista como uma solução definitiva para problemas de aprendizagem; é preciso identificar e corrigir as dificuldades do aluno para que ele possa acompanhar o ritmo da escola e obter aprendizado satisfatório.

Sobre nivelamento ou sondagem é importante dizer que é uma ferramenta utilizada por professores para avaliar o nível de conhecimento dos alunos em determinada disciplina, no caso do CEJA, o nivelamento considera as disciplinas de matemática e português. Através da sondagem educacional é possível diagnosticar as competências e habilidades dos alunos, bem como as lacunas em seu aprendizado, permitindo que o professor possa ajustar o ensino de acordo com as necessidades características de cada aluno. Nos CEJA essa ferramenta é utilizada para ajustar o nível ao qual o aluno que não tem escolarização ou o aluno que expresse a necessidade de reclassificação.

O nivelamento é uma oportunidade de colocar o aluno no nível correspondente às suas competências e habilidades, por isso deve ser encarado com muita seriedade e responsabilidade e ser desenvolvido na escola por profissionais competentes, dispensando sempre aos alunos atenção pedagógica, juntamente com um conjunto de atividades, leituras e provas.

Tendo em vista a natureza individual, personalizada de cada atendimento e a atividade desenvolvida pelo educando, o tempo médio empregado para o atendimento é no mínimo 30 (trinta) minutos. O registro do atendimento é efetivado em vários espaços: na ficha individual virtual de registro diário do professor, contendo a matrícula, horário e tipo do atendimento realizado (estudo, atividade e/ou prova); no livro de frequência de avaliação, em que consta a assinatura do aluno e se ele foi atendido na biblioteca, também o registro fica marcado.

As escolas públicas estaduais têm a frequência do estudante registrada em sistema virtual, online em tempo real, mas os CEJA ainda não estão inseridos nesse

sistema. No CEJA Adelino Alcântara Filho, dois professores desenvolveram um sistema denominado Sistema de Acompanhamento Pedagógico do Aluno (SISACOMPA), que funciona como administrador da frequência do aluno, das disciplinas em curso, disciplinas concluídas, relatórios de frequências e todo um conjunto de informações pessoais que constituem a pasta virtual do aluno.

Ao chegar na escola, o estudante inicialmente registra a frequência na secretaria da escola, informando número interno de matrícula e a disciplina para o atendimento; em seguida, o estudante se dirige a sala de atendimento específico, onde a frequência é validada e o atendimento efetivado pelo professor da disciplina.

No entanto, quando da ausência do professor catedrático, seja por alguma situação extraordinária, seja pela efetiva falta de lotação por parte da Secretaria de Educação Básica do estado do Ceará, o aluno é atendido por um professor da área do conhecimento. Contudo, nesse caso, ao aluno é feita a correção das atividades e a verificação de que ele realizou as leituras, para depois ser aplicada a avaliação. O horário de funcionamento da escola é ininterrupto das 7h às 22h.

Torna-se relevante registrar que a escola trabalha com um documento denominado carteira CEJA que é o passaporte de entrada do aluno na escola e traz informações como: número de matrícula interna, data da matrícula inicial e nível de ensino; as carteiras são confeccionadas por cores e para cada nível é atribuída uma cor diferente, a saber: ensino fundamental (azul), ensino médio (rosa), progressão parcial (verde), nivelamento (amarela).

Atualmente, o CEJA tem 1.700 alunos frequentando a escola nas suas diversas modalidades. O aluno que permanece por um período superior a sessenta dias sem frequentar a escola já entra no status: em abandono, sendo que a sua matrícula é desativada do Sistema de Gerenciamento Escolar (SIGE), mas a qualquer momento ele poderá retornar, fazer o reingresso e então é devolvido ao SIGE.

O Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico existem e anualmente são revisitados pela comunidade escolar. Em termos de organismos colegiados, atualmente estão ativos o Conselho Escolar e a Unidade Executora e, embora tenha-se procurado desenvolver o grêmio escolar, a intensa rotatividade de alunos ainda não permitiu contar também com a participação deles para sistematizar a atuação desse organismo. Mas a escola conta com um grupo de alunos mais frequentes e presentes e então formam o Clube dos Alunos.

Com um público bastante heterogêneo, o CEJA atende às demandas educacionais de jovens e adultos que não tiveram a possibilidade de concluir sua educação básica em tempo regular. Para isso conta com uma equipe de quarenta e dois professores, quatro funcionários de serviços burocráticos, três funcionários de serviços gerais, uma manipuladora de alimentos, quatro vigilantes e um porteiro. Quatro membros compõem o núcleo gestor da escola, dentre eles um diretor e três coordenadores, também para assessorar a gestão uma secretária e um assessor financeiro. Dos quarenta professores, 100% são graduados nas suas respectivas disciplinas de atuação, 80% dos professores tem especialização, 7,5% tem título de Mestre e 7,5% tem título de Doutor.

O corpo docente tem uma consciência latente da necessidade de sua formação, tanto para a lida pedagógica com o aluno, como também para a ascensão funcional, que é uma forma de progredir na carreira e no salário.

O grande desafio assim é possibilitar ao educando uma educação de qualidade, possibilitando-lhe uma certificação que lhe assegure não só o certificado em papel timbrado e registrado, mas a aquisição e/ou consolidação, ao longo do tempo em que esteve frequentando a escola, dos meios necessários para o desenvolvimento das competências e habilidades que lhe permitirão seguir adiante em quaisquer que sejam suas escolhas pessoais e profissionais.

Silva diz assim:

Não basta estar na escola, é preciso ter garantidos os direitos de acesso e permanência, condições dignas de estudo e ensino, práticas docentes que incentivem a reflexão e a formação cidadã, através de conteúdos significativos para este público. É preciso que os sujeitos tenham plena consciência sobre que papel desempenha a escola em suas vidas. (SILVA *et al.*, 2008, p. 3)

Dar essas condições aos educandos nem sempre é uma tarefa fácil e é interessante ressaltar os empecilhos no que se refere à formação continuada para os educadores, já que a remuneração a eles concedida não os permite desfrutar do seu tempo livre para estudar ou aprimorar suas habilidades. Ao contrário, quando não estão em sala de aula, ou planejando suas atividades, acabam por assumir outras funções em outras instituições para complementar a renda necessária à sua subsistência.

Assim, a implementação de novas práticas docentes voltadas para inovações pedagógicas, com ressignificação de conteúdos, fica prejudicada tendo apenas os

espaços de planejamento coletivo e convergente para que sejam feitas atividades que favoreçam tal metodologia. Mas, a perspectiva é de sempre utilizá-los para investir na formação continuada de nossos educadores.

A dificuldade de conciliação do material didático é outro problema, já que os editores consideram o material destinado à educação de jovens e adultos como sendo uma versão medíocre do que deve ser considerado para o ensino fundamental e médio convencional, tratando educadores e educandos como párias ao simplificar em demasia o conteúdo disposto nos livros, assim como em não se preocupar com a veracidade das informações descritas em suas páginas.

Entretanto, constata-se que o alto índice de abandono da modalidade vem a ser, talvez o maior dos desafios na consecução de bons resultados escolares dentro dos Centros de Educação de Jovens e Adultos como um todo, e o CEJA Adelino Alcântara Filho, por sua vez, não foge à regra. Tem-se um elevado índice de ausência escolar.

Do mesmo modo, o CEJA apresenta dificuldades relacionadas também à ausência dos alunos da progressão parcial, que não são incluídos em nosso censo escolar, visto que estão regularmente matriculados em outra escola, mas cursam no CEJA a (s) disciplina (s) nas quais foram reprovados em anos anteriores. Nesse caso, o percentual de evasão atinge absurdos 70%, não tendo a escola nenhuma forma de controle, pois é a escola de origem que deve fazer o acompanhamento destes educandos e regulamentar o prazo de conclusão da série especificada.

É importante a ressalva aqui direcionada a frequência do aluno, que é computada considerando sua participação nos diferentes ambientes de aprendizagem, contanto que haja a intervenção do professor nesse processo.

A matrícula é efetuada por nível de ensino, em qualquer período do ano e a rotina dos CEJA permite um trânsito, no mínimo interessante, de idas e vindas, sem desconsiderar os avanços já conquistados pelo aluno. Como trabalha com uma proposta modular, por disciplina, com atendimento individualizado, o aluno consegue frequentar o curso sem perder de vista o mapa curricular e as etapas já vencidas.

Os cursos de ensino fundamental e médio, no formato semipresencial, ofertados nos CEJA têm duração e carga horária regulamentadas pelas Resoluções do CNE/CEB nº 03/2010 e CEE/CEB nº 438/12. A carga horária obrigatória de cada nível de ensino deve ser estruturada de forma que, no mínimo 20% seja presencial e 80%, no máximo, a distância.

A carga horária presencial (20%) é destinada a atividades ministradas pelos professores, para complementação dos estudos dos educandos sobre temas específicos, realização das avaliações, seminários interdisciplinares, oficinas e outras estratégias pedagógicas previstas no planejamento do professor para atender as necessidades de aprendizagem dos alunos. Já a carga horária a distância (80%), é aferida mediante avaliações em cada etapa/módulo estudado.

No ensino fundamental as disciplinas que compõem o mapa curricular são: Língua Portuguesa, Artes, Educação Física, Língua Estrangeira, Matemática, Ciências, História e Geografia. No ensino médio são: Língua Portuguesa, Artes, Educação Física, Língua Estrangeira, Matemática, Biologia, Física, Química, História, Geografia, Filosofia e Sociologia. Conforme legislação, o ensino fundamental semipresencial completo tem duração de vinte e quatro meses e o ensino médio semipresencial, por sua vez, tem duração de 18 meses. É válido ressaltar que a língua estrangeira oficial no CEJA é inglês; espanhol é ofertado, mas é acessado por adesão.

Quadro 1- Mapa de provas do CEJA

	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
DISCIPLINAS	Avaliações	Avaliações
Língua Portuguesa	16	12
Inglês	08	06
Educação Física	06	06
Artes	08	04
Matemática	16	14
Ciências	10	-
Química	-	07
Física	-	10
Biologia	-	09
História	10	09
Geografia	08	09
Filosofia	-	04
Sociologia	-	05
TOTAL	82	95

Fonte: Ceará, 2022.

Para a dinâmica do ensino semipresencial os CEJA utilizam estratégias didático-pedagógicas diversificadas, utiliza-se diferentes situações de ensino e

aprendizagem, como: orientação individual, estudos em pequenos grupos, oficinas pedagógicas, rodas de leituras, ciclo de debates, estudos a partir de vídeos, filmes, projetos socioculturais, atividades desenvolvidas no laboratório de informática, entre outras. A avaliação da aprendizagem ocorre no processo, sendo realizada ao final do estudo de cada unidade/módulo por disciplina.

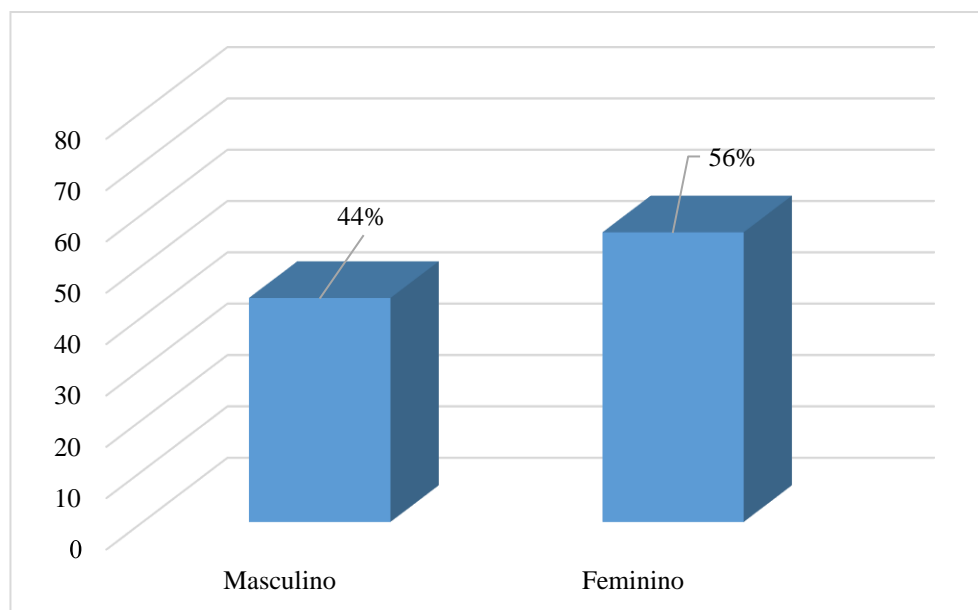
Agora, nessa ocasião, é muito importante entender a lógica do reingresso: a cada sessenta dias, a escola faz um apanhado de todos os alunos matriculados e quem estão frequentando pelo menos uma vez a cada trinta dias. Os alunos que não estão frequentando passam a compor a estatística de evasão; só que esse termo evasão não é estático, ele é dinâmico, visto que a qualquer momento do ano letivo, o aluno pode retornar, se justificar, realizar o reingresso e ser reativado na escola, dando continuidade à sua caminhada; então o termo evasão é ressignificado. Compreender e aceitar tal mobilidade é muito importante, tanto para o aluno como para a escola, pois traz uma nova abordagem para a presença escolar do aluno na EJA e no CEJA e considera toda uma conjuntura. “Temos o direito de ser iguais quando a diferença inferioriza, temos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 1996, p.3)

Nesse sentido, o trabalho da gestão escolar e da congregação de professores é de suma importância para a vida da escola, já que é muito importante considerar a EJA com todas as suas particularidades e especificidades, de condições e variáveis de ausência e presença, mas não se pode cair no comodismo, na mesmice, deixar pra lá, de não se incomodar com a baixa presença, ou de se sentir confortável com afluente ausência, afirmando que é isso mesmo. Após toda essa explanação, apresentamos a caracterização dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

4.4 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

Quando na matrícula inicial, o aluno preenche o formulário de matrícula e ele contém questionário social e aqui trazemos uma análise amostral das respostas a essas perguntas objetivas e fechadas, pois de alguma forma colabora para a caracterização do corpo discente; consideramos um universo de cem alunos com a maior incidência de frequência, entre os meses de agosto a dezembro de 2022.

Gráfico 1 – Quanto ao gênero



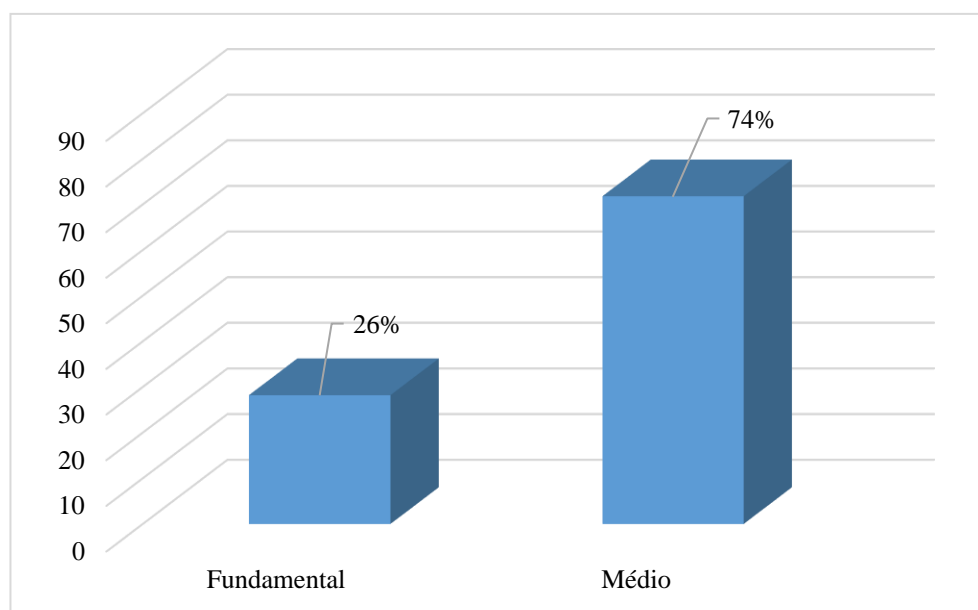
Fonte: Autoria Própria (2022)

Vê-se que o maior público para a matrícula inicial é o público feminino; nesse momento é importante ressaltar que nem sempre as mulheres tiveram acesso a escolarização, isso é possível hoje por conta da consolidação dos direitos humanos. Piovesan afirma:

Em face da crescente consolidação deste positivismo universal concernente aos direitos humanos, pode-se afirmar que os tratados internacionais de proteção aos direitos humanos refletem, sobretudo, a consciência ética contemporânea compartilhada pelos Estados, na medida em que invocam o consenso internacional acerca de temas como os direitos civis e políticos, os direitos econômicos, sociais e culturais, a proibição da tortura, o combate à discriminação racial, a eliminação da discriminação contra a mulher e a proteção aos direitos da criança, dentre outros temas. (PIOVESAN, 2002, p.22)

Outro ponto relevante destacar nesse movimento de matrícula inicial no CEJA, apontando o público feminino com o maior percentual é que a distorção série/idade pode estar associada a gravidez na adolescência ou ainda por questões de violência domésticas, que atingem diretamente a vida da mulher.

Gráfico 2 – Níveis de ensino



Fonte: Autoria Própria (2022)

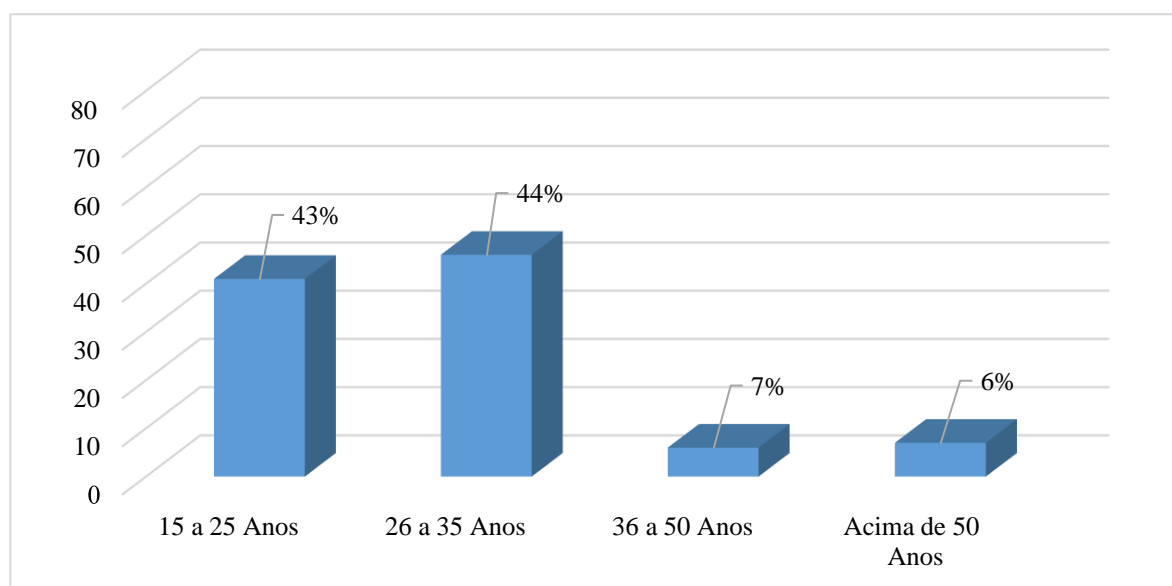
No CEJA Adelino Alcântara Filho, registra-se que o maior percentual dos alunos em matrícula inicial é para cursar o Ensino Médio, como aponta o gráfico, assim é interessante a gestão do CEJA, bem como toda a equipe pedagógica, atentarem para esse nível fazendo articulação com as diversas oportunidades para essa clientela como: ENEM, PRONATEC, SISUTEC, vestibulares, etc.; afinal as políticas educacionais são medidas para sanar ou minimizar situações que apresentam problemas sociais significativos. Por isso os projetos e programas que oportunizem maximizar a escolarização dos indivíduos devem ser amplamente divulgados.

Nesse contexto, Paiva declara:

a educação influi também, de forma decisiva, sobre a evolução das sociedades: como instrumento de formação de mão-de-obra, como fonte de multiplicação de cientistas, pesquisadores e tecnólogos que poderão contribuir de forma decisiva para o crescimento econômico e até mesmo como fator que contribui para a transformação das estruturas vigentes na sociedade (PAIVA, 2015, p. 31)

Não se sabe mensurar o tamanho e a profundidade dos prejuízos para aqueles que não tiveram oportunidade de frequentar a escola no tempo devido, por isso pensar numa rede de apoio para o público da EJA é muito importante e significa não só avanços individuais, mas sim, avanços para a sociedade.

Gráfico 3 – Faixa etária



Fonte: Autoria Própria (2022)

Agora é notório que há um certo equilíbrio entre a faixa etária de 15 a 25 anos e de 26 a 35 anos, como também se vê que há uma parcela de alunos entre 36 a 50 anos e outra, em menor escala, acima de 50 anos. Agora há uma conexão com Gadotti(2014, p. 20) quando diz que “a heterogeneidade é uma marca da EJA”.

E essa heterogeneidade não pode paralisar o poder público e nem as escolas; cada indivíduo tem de ser considerado e a sua escolarização tratada como instrumento de evolução para a sociedade.

A educação escolar tem a finalidade de promover o indivíduo, instrumentalizá-lo para superar o senso comum, de forma que este se torne “capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela transformando-a no sentido da ampliação da liberdade, da comunicação e colaboração entre os homens” (SAVIANI, 2002, p.38).

Assim, a EJA tem a função de contribuir para que os trabalhadores, independentes da idade tenham em contato com o que a humanidade já construiu, como saberes, cultura e ciência, e assim melhorar suas práticas sociais.

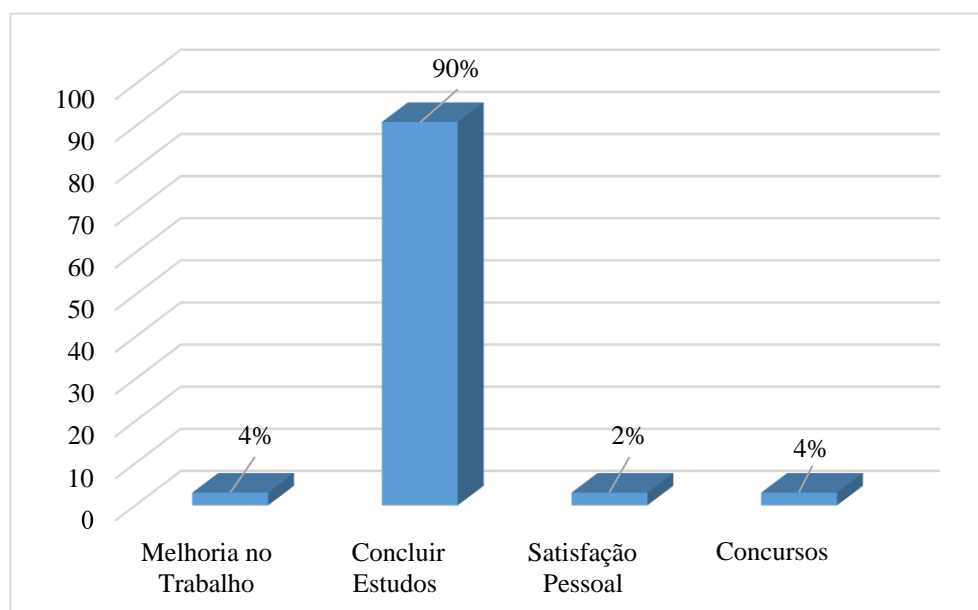
A UNESCO (2010) reconhece e sustenta que a aprendizagem é um processo que se dá “ao longo da vida” e essa estatística de faixa etária para alunos do CEJA prova a força do movimento do aluno de querer voltar e se manter na escola.

Saviani declara que:

A educação escolar tem a finalidade de promover o indivíduo, instrumentalizá-lo para superar o senso comum, de forma que este se torne “capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela transformando-a no sentido da ampliação da liberdade, da comunicação e colaboração entre os homens” (SAVIANI, 2002, p.38).

Identificamos também o interesse principal dos estudantes em procurar o CEJA para estudar, onde obtivemos os dados a seguir:

Gráfico 4 – Interesse principal no CEJA



Fonte: Autoria Própria (2022)

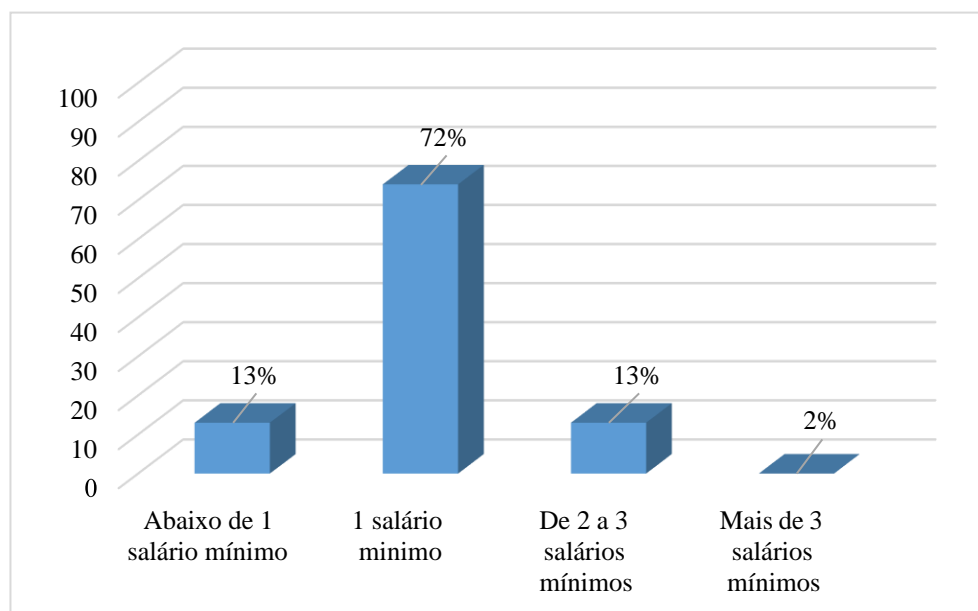
Nesse momento vê-se que o principal interesse dos alunos no CEJA é a conclusão dos estudos, então é interessante a escola se apropriar dessa informação para fazer valer um processo que desmistifique a ideia da “mera certificação” para que o aluno possa adquirir e/ou consolidar saberes que possam ser úteis para a sua vida.

A escola deve estar atenta para atender, da melhor forma, às necessidades educacionais de seus alunos. Para tanto, deve realizar um diagnóstico da realidade a ser trabalhada, aproveitando as alternativas existentes bem-sucedidas, investigando novas formas de atuação e aprimoramento do processo, e utilizando-se, quando necessário, do auxílio de equipes multi-profissionais. (CANEN e SANTOS, 2009 p.34)

Sendo indagados sobre o interesse em continuar os estudos no CEJA os alunos perceberam ou melhor, identificaram suas reais expectativas enquanto educandos da EJA. O desemprego, a pressão do mercado de trabalho, juntamente

com a não solidez das políticas públicas de EJA, colaboram, no contexto atual, para desvirtuar as possibilidades formativas dessa modalidade de educação.

Gráfico 5 – quanto a renda familiar



Fonte: Autoria Própria (2022)

Nesse gráfico, tem-se a conclusão de que o público da EJA é uma clientela extremamente castigada por questões financeiras, nenhum dos alunos pesquisados afirmam ter uma renda superior a 3 salários-mínimos. A maior fatia está na renda familiar de 1 salário mínimo. Na visão de Gadotti:

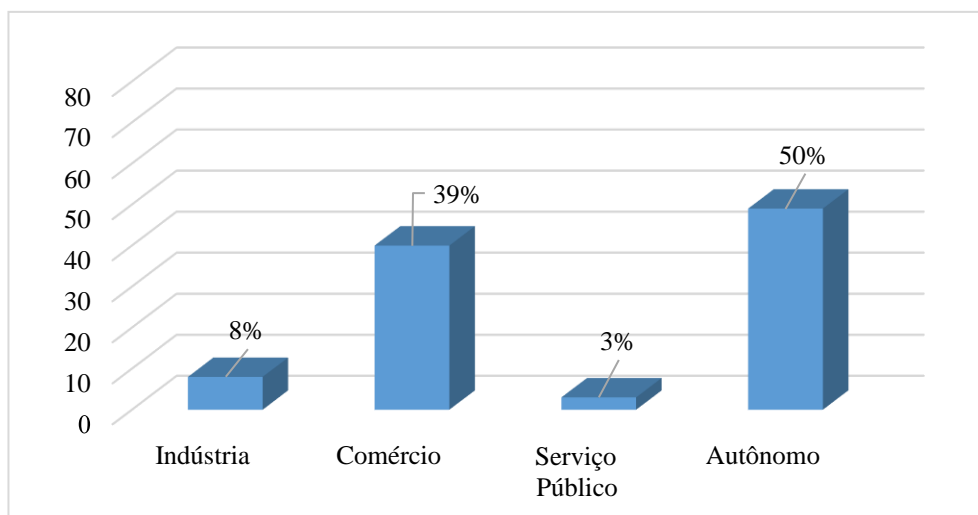
Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. Para definir a especificidade de EJA, a escola não pode esquecer que o jovem e adulto analfabeto é fundamentalmente um trabalhador – às vezes em condição de subemprego ou mesmo desemprego. (GADOTTI, 2001, p.31)

A coluna indicando a renda familiar acima de 3 salários-mínimos, foi assinalada por apenas 2% dos estudantes pesquisados. Reforça-se assim que a população da EJA é uma população de condições precárias. Schwartz, argumenta:

De fato, e, precisamente devido às precárias condições econômicas, sociais e educativas vivenciadas por amplos setores da população, os sistemas educacionais precisam assumir a aprendizagem ao longo de toda a vida como atendimento de uma necessidade de uma realidade existente. (SCHWARTZ, 2012, p. 25)

Tal estatística reforça a realidade de desigualdade de distribuição de renda no Brasil que segundo pesquisas da ONU, 10% da população mais rica no Brasil, detém uma renda aproximadamente trinta vezes maior que os 40% mais pobres.

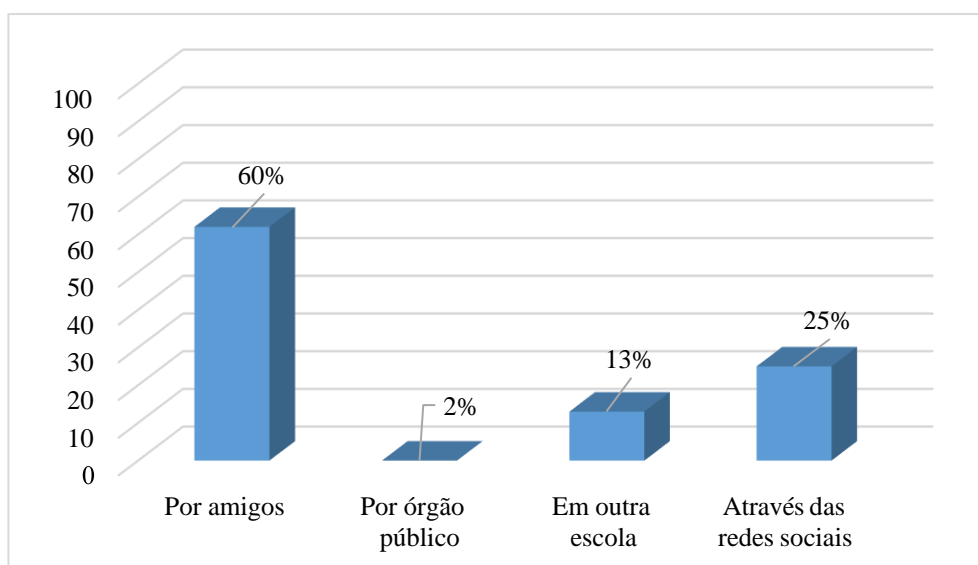
Gráfico 6 – quanto a área de trabalho



Fonte: Autoria Própria (2022)

A maior concentração encontra-se na coluna de trabalhador autônomo. O público do CEJA retrata uma realidade presente no Brasil; que ultimamente com as altas taxas de desemprego, a população tem enveredado para o trabalho informal.

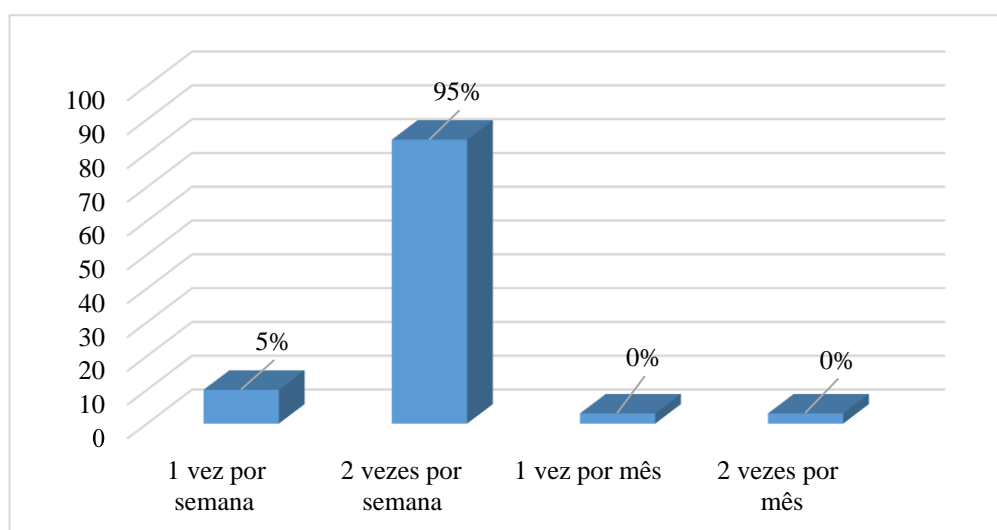
Gráfico 7 – Como soube do CEJA



Fonte: Autoria Própria (2022)

Mesmo com a existência das redes sociais, o que mais funciona para o conhecimento do trabalho do CEJA ainda é a divulgação pessoa a pessoa. Mas é importante destacar que as redes sociais exercem um papel importante na comunicação e na vida das pessoas. O CEJA Adelino Alcântara Filho, mantém conexão com as redes sociais, entendendo que as tecnologias de comunicação têm o seu valor.

Gráfico 8 – frequência pretendida

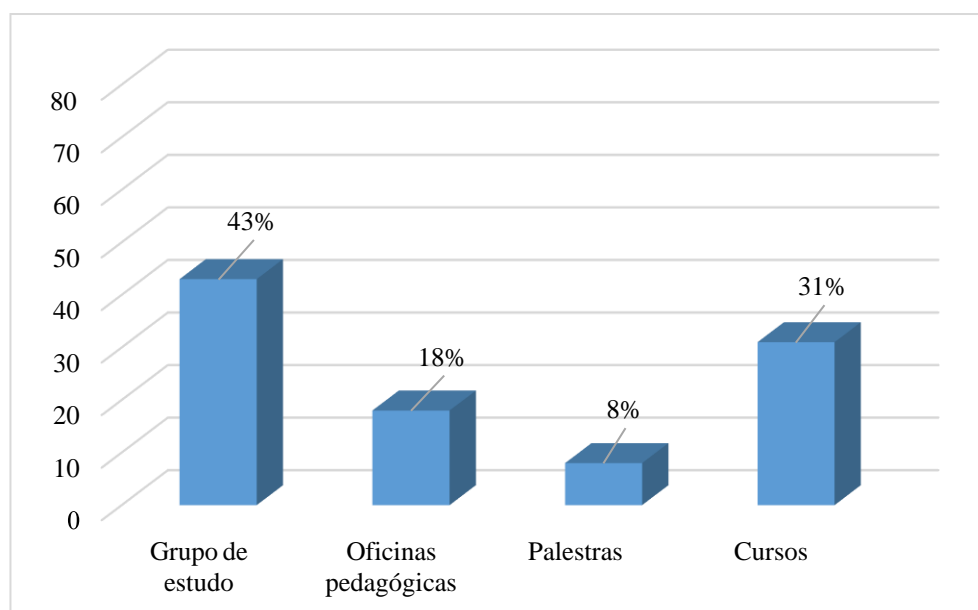


Fonte: Autoria Própria (2022)

A frequência mais assinalada nesse item é a mesma orientada pela escola, a qual está contida nos documentos que norteiam o fazer pedagógico do CEJA; apesar de que o aluno também é respeitado e considerado como aluno matriculado se frequentar até uma 1 vez por mês. Mas é bom que se comente que se o aluno tivesse assinalado as colunas 3 e 4 teríamos uma situação preocupante: a morosidade no avanço, na evolução que subverte a ordem de que o CEJA é um espaço de aprendizagem e estudo e até desconsidera o tempo legal previsto para a conclusão do curso fundamental, que é de 24 meses e do curso médio, que é de 18 meses.

Ora, na lógica de frequentar a escola uma vez mês, mesmo que o aluno se submeta a prova e seja exitoso ela levaria 82 meses para concluir o ensino fundamental, quase sete anos, numa relação que indica um tempo maior que o triplo do tempo regulamentado; e 95 meses para concluir o ensino médio seria quase oito anos, numa relação que indica um tempo maior que o quádruplo do tempo proposto pela legislação.

Gráfico 9 - Quanto a participação em grupos sociais



Fonte: Autoria Própria (2022)

Mesmo a escola tendo formato semipresencial é interessante oferecer atividades em que os alunos maximizem a frequência dos estudantes como: aulas expositivas, intercâmbios culturais, estudos em pequenos grupos e outras atividades sociais em que os alunos possam interagir na convivência de um com o outro e exercitem a socialização de saberes e até de afetividades. Acredita-se que a partir daí nascem também os vínculos, que apontam para as soluções de muitas situações pois enriquecem a participação.

É bem provável que o aluno ao conhecer seu ritmo e estilo de aprendizagem possa ser capaz então de manter o controle sobre sua aprendizagem, apresentando um ganho importante de autonomia e a capacidade de se desenvolver com mais equilíbrio, optando por aqueles estilos preferenciais, uma vez que tomou consciência de suas capacidades. Sendo assim, há a possibilidade de existir segurança e motivação na ação de aprender.

Conforme essa perspectiva, o sucesso do trabalho na escola depende muito do saber fazer pedagógico e da avaliação permanente que se faz sobre esse saber fazer que circula na escola. Para educar uma comunidade e ter a intenção de atingir todos os objetivos é preciso acionar conhecimentos e habilidades, além de boas doses de persistência e esperança para despertar o interesse e alimentar a vontade de aprender.

O parágrafo construído acima nos faz lembrar da importância da equipedocente e do valor imensurável de trabalho compartilhado pela equipe escolar. Oportunamente, fazemos menção à figura do Gestor, da presença de liderança e da visão global que este deve ter sobre as situações que circulam a escola e a comunidade.

No CEJA Adelino Alcântara Filho 80% dos professores lotados trabalham 40 horas semanais na escola, esse é um dado que dialoga com as grandes questões que permeiam a vida e a carreira dos professores que trabalham dois turnos para elevar o valor dos salários. Mas para a escola representa um baixo nível de rotatividade docente e pode ser um dado curioso que eleva o tratamento dado à informação e à organização da escola, visto que os professores estão bem presentes na escola.

Estreitamente ligadas à essa realidade, apresentamos que 57,5% dos professores que trabalham na escola estão por lá por um período maior que cinco anos e 35% trabalham na escola a mais de uma década, o que nos faz crer que tenham conhecimento de conteúdos e métodos que devem visar a aprendizagem significativa.

O professor da EJA deve lembrar que, embora esteja lidando com jovens e adultos, estes muitas vezes têm dificuldades de desempenhar vários procedimentos. No CEJA Adelino o público de professores veteranos da escola dá um suporte aos professores novatos. Na escola 27,5% são professores com vínculo temporário, sendo que desse percentual 36,36 são veteranos e colaboram com a difusão da proposta da escola. Mesmo tendo abordado no tópico anterior vamos lembrar que dos quarenta professores, 100% são graduados nas suas respectivas disciplinas de atuação, 80% dos professores tem especialização, 7,5% tem título de Mestre e 7,5% tem título de Doutor.

Na gestão do processo ensino e aprendizagem, é interessante que todos os atores tenham a compreensão das questões importantes para as definições da escola e sua identidade. Agora chamaremos atenção para o grupo de funcionários que estão lotados na escola; 92,3% têm ensino médio, sendo que dos que já concluíram o ensino médio 25% usaram o equipamento para prosseguir os seus estudos, pois a gestão da escola em um de seus diagnósticos, fez a descoberta que alguns funcionários ainda não haviam concluído o ensino médio, então foram inseridos no projeto da escola.

Essa iniciativa foi louvável e mostra a importância de a gestão escolar estar sensível as questões dos recursos humanos, incentivando a formação continuada,

bem como o prosseguimento dos seus estudos. Bom, essa ação reflete a verdade da proposta da escola, que compreende a necessidade que se impõe a todos aqueles que pretendem uma escola que democratize o acesso.

4.5 RECOLHA E PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS

Para fundamentar toda a nossa pesquisa utilizamos o acervo documental da escola, bem como momentos de observância do contexto escolar e também ouvimos depoimentos dos atores que fazem o cotidiano da escola pesquisada.

Para o depoimento dos professores buscamos um horizonte de 25% destes profissionais, representantes das quatro áreas do conhecimento e dos três turnos de trabalho da escola: manhã, tarde e noite.

Para o universo dos alunos, acionamos o Sistema de Acompanhamento do Aluno (SISACOMPA), sistema de uso exclusivo do CEJA Adelino Alcântara Filho e buscamos um universo dos alunos com maior incidência de frequência entre 01 de agosto de 2022 e 22 de dezembro de 2022, que já estivesse com pelo menos 50% do curso concluído e chegamos num total de 100 alunos e destes 20% registraram depoimentos, entre alunos do ensino fundamental e médio. Vale enfatizar que fizemos observância do público de 100 alunos para a construção dos gráficos que apresentamos no início desse tópico.

Para os funcionários, buscamos 20% do universo dos serviços burocráticos, pois eles também têm um contato próximo ao corpo discente visto que trabalham diretamente com o SISACOMPA efetivando matrícula, reingresso, confeccionando certificado, histórico, transferência, certidão, bem como o acolhimento do aluno na escola. Também registramos o depoimento de uma coordenadora escolar.

A seguir, trataremos da análise e discussão dos dados, momento importante para todo o trabalho, pois é a partir daqui que poderemos evidenciar todas as concepções acerca da escola e do seu projeto, diante da realidade a qual está inserida e da sua produção para a comunidade e sociedade de um modo geral.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Oliveira (2003) afirma que até finais da década de setenta, houve um crescimento no número de matrículas no sistema educacional brasileiro, mas não significou uma mudança qualitativa no quadro geral da educação. Oliveira (2003) continua registrando que a década de oitenta se caracteriza pela busca de saídas educacionais como resposta à transição pela qual passava o país, momento em que se evidenciava experiências pontuais, mas sem grandes alterações. No dizer de Vieirae Albuquerque (2001) trata-se de um momento importante para a educação brasileira, pois começam a ser geradas condições que proporcionam o conjunto de mudanças legais e institucionais explicitadas e deflagradas a partir de 1996.

Ainda fundamentado nos estudos de Oliveira (2003), o momento que se sucede, início da década de noventa, foi caracterizado como reabertura política, fase de mudança para um modelo democrático, presidencialista, eleito por voto direto. O movimento de criação da nova LDB durou oito anos – de 1988, com a proposta apresentada por um movimento social denominado Fórum em Defesa da Escola Pública, através do anteprojeto nº 1.258 – C/88, até sua aprovação em 1996. Esse percurso foi marcado pela presença de embates que permitiram a composição atual do texto da lei.

Nesse momento histórico então acontece a compreensão de que a Educação de Jovens e Adultos tem suas peculiaridades e requer uma ótica diferenciada, sob o ponto de vista de possibilitar condições mais favoráveis ao aprendizado do aluno.

A Declaração de Hamburgo (1997) defende então que a educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade, além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça.

A fundamentação teórica e legal indica os marcos sobre a EJA, mas no cotidiano da escola é importante ouvir os atores que a compõem para então configurara escola como um espaço de superação de desafios e que aponte para um horizonte de excelências, principalmente na abordagem semipresencial.

No ano de 2005, o CEJA Adelino Alcântara Filho surge no Conjunto Ceará, um bairro periférico situado em Fortaleza-Ceará com uma proposta de Educação de Jovens e Adultos numa abordagem semipresencial, para atender a grande demandada Regional V e adjacências. A escola passou a existir através de decreto, mas a sua identidade seria afirmada conforme a cara da sua comunidade escolar, em consonância com a sua proposta de escola e o seu Projeto Político Pedagógico (PPP).

5.1 ANÁLISE DOS DEPOIMENTOS

Face ao exposto, é feito o registro de depoimentos de professores, funcionários e alunos do CEJA na tentativa de evidenciar a abordagem semipresencial e a estrutura organizacional e pedagógica da escola, possibilitando relação dialógica com o Projeto Político Pedagógico (PPP) e com os demais marcos e instrumentos que a compõe.

Aos professores, funcionários e estudantes circulamos a seguinte proposição: com base em sua experiência na Educação de Jovens e Adultos semipresencial, escreva um depoimento no qual descreva sua opinião acerca da referida modalidade. A seguir apresentamos quadro com as respostas de cada pesquisado.

Quadro 02 – depoimentos dos pesquisados

PESQUISADO	DEPOIMENTO
Professor A	Vejo a Educação de Jovens e Adultos semipresencial como uma importante ferramenta de resgate social pois temos verificado no decorrer dos tempos experiências exitosas dentro desta modalidade.
Professor B	A EJA semipresencial é um lugar de reaproveitamento do tempo dos estudos que não foi bem aproveitado pelo jovem, onde ele é bem recebido, motivado, engajado para seguir o seu projeto de vida.
Professor C	A minha experiência com a semipresencialidade me fez ver o quão é importante para nossos alunos que estão querendo concluir seus estudos.
Professor D	Vejo a EJA semipresencial como uma modalidade de ensino extremamente importante, pois ela se encaixa com um público que não teve a chance de estudar em uma modalidade regular, por diversos motivos, seja ele por doença, falta de incentivo da família, por conta da criminalidade, gravidez na adolescência, falta de interesse na infância, enfim, os mais diversos motivos que afastaram esses alunos da escola. , [...] acredito que a EJA semipresencial seja a melhor opção para quem precisa conciliar trabalho, estudos e outras responsabilidades.

Professor E	O CEJA é um espaço de aprendizagem em que é oportunizado aos alunos que não puderam concluir os estudos na idade indicada, finalizarem os seus estudos.
Professor F	Espaço de extrema importância social, espaço de inclusão.
Professor G	Uma boa escola que atende satisfatoriamente às necessidades de cada aluno.
Professor H	Espaço de aprendizagem para a vida.
Professor I	Escola de possibilidades e realização de sonhos.
Professor J	A abordagem semipresencial permite atendimento personalizado.
Funcionário A	No estudo semipresencial os alunos podem vir no horário de eles.
Funcionário B	Essa escola tem um atendimento muito bom, tranquilo, só vem quem quer estudar.
Aluno A	Foi nesta escola que eu aprendi a estudar.
Aluno B	Quero agradecer a essa linda instituição por ter me ajudado a realizar meu sonho de concluir meus estudos.
Aluno C	Agradeço por ter me dado essa oportunidade brilhante.
Aluno D	Sou muito grato.
Aluno E	Agradeço pela atenção de todos os professores e gestores.
Aluno F	Aqui é muito bom e eu consigo aprender.
Aluno G	As oficinas ajudam bastante, as de conteúdos e as de temas.
Aluno H	Obrigado aos professores que me incentivaram a não desistir.
Aluno I	Quero agradecer muito a todos que trabalharam duro para que a escola não parasse e o conhecimento chegasse até nossa casa, mesmo no período da pandemia. Sou muito grato a todos.
Aluno J	Obrigado por tudo é através de vocês que começo uma nova jornada da minha vida, em meio a tempos tão difíceis.
Aluno K	Esse modelo de escola caiu muito bem pra mim, eu não tenho a obrigatoriedade de estar na escola todos e aí posso conciliar com os meus horários de folga.
Aluno L	Amo vir estudar aqui, as salas são todas com ar condicionado.
Aluno M	Estou fazendo aqui só a disciplina de Matemática pois as outras eu já fiz no ENCCEJA.
Aluno N	Quando fiquei sabendo que essa escola existia eu nem acreditei e agora estou aqui para realizar o meu sonho de concluir o ensino médio.
Aluno O	Vim pra esta escola pra terminar e depois rumo à Universidade para cursar Direito.
Aluno P	Estudar no CEJA é muito gratificante, estou muito motivado.
Aluno Q	Se essa escola não fosse assim eu não conseguiria frequentar.
Aluno R	Essa escola me deu nova vida, um sopro de esperança.
Aluno S	Gosto de vir estudar aqui na escola pois se surgir dúvida se pergunto logo.

Aluno T	Que jamais deixe de realizar o sonho das pessoas que aqui frequenta.
Coordenador A	[...] No entanto, é preciso maturidade e disciplina. O aluno percebe que não precisa comparecer a escola todos os dias, mas seu estudo deve ser diário e o estudo domiciliar é imprescindível para o processo de aprendizagem. Esta modalidade permite o hábito do estudo, da leitura consciente e muitos alunos, criando o hábito (e o gosto) pelo estudo, seguem na via acadêmica e isso é muito gratificante.

Fonte: dados da pesquisadora, 2022

No depoimento dos professores vê-se que o CEJA é encarado como uma escola de resgate de tempo e de inclusão social, o que o aproxima dos seus marcos, afinal tanto o CEJA, como a EJA existem primeiramente para estes fins. Há então um nítido compasso entre o registro oficial e o que acontece na escola.

Os depoimentos dos professores também mostram um forte indicativo de respeito a ideia de inclusão e de critérios estimuladores que vão além do espaço escolar, quando os professores B e H mencionam a expressão “vida” denotando a presença de uma atividade organizada, não fragmentada, de exercícios múltiplos de competências e habilidades que desembocam na apropriação de conteúdos e de construção de saberes.

Nesse momento, trazemos à baila os ensinamentos de Morin (2000) que se refere ao conhecimento pertinente, ele parte da ideia de que “o conhecimento das informações ou dados isolados é insuficiente. É preciso situar as informações e os dados em seu contexto para que adquiram sentido” (MORIN, 2000, p. 36)

Assim sendo a EJA se destaca por possuir em seu ideário uma concepção que acentua os saberes num contexto global e complexo, dando sentido à vida e aos sonhos dos jovens e adultos que a procuram para a continuidade dos estudos. É como se fosse a continuidade da própria vida, que por alguns instantes permaneceu em status *off*.

Quando se traz esse caráter de continuidade da vida, é importante frisar o quesito avaliação da aprendizagem e do aspecto multidimensional que ela abrange, considerando a parte e o todo; é o que Morin (2000) conceitua como a união entre a unidade e a multiplicidade. “Em consequência, a educação deve promover a inteligência geral apta a referir-se ao complexo, ao contexto, de modo multidimensional e dentro da concepção global” (MORIN, 2000, p.39).

Analisando os depoimentos dos alunos J, R e T, percebe-se que há uma relação estreita do retorno à escola e continuidade dos estudos com a realização de sonhos e a esperança de uma vida melhor; nessa construção para o futuro, é interessante a constatação de que estamos tratando de um público com situações específicas de escolarização e de aprendizagens, portanto falar de EJA semipresencial não se trata meramente de pensar na certificação, mas sim de organizar os espaços e as estruturas para possibilitar a esse público, o ingresso, a permanência e o sucesso na vida acadêmica.

Quando do depoimento do professor A que relata estar lotado na escola a mais de uma década e ressalta experiências exitosas, ele refere-se ao acesso destes às universidades e cursos profissionalizantes. O professor fala com alegria pois acredita que a EJA semipresencial é esse lugar de oportunidades e de passagem e que no CEJA os saberes da cultura dos alunos e os saberes formais têm conexão e continuidade.

A educação é necessária para a sobrevivência do ser humano. Para que ele não precise inventar tudo de novo, necessita apropriar-se da cultura, do que a humanidade já produziu. Educar é também aproximar o ser humano do que a humanidade produziu. Se isso era importante no passado, hoje é ainda mais decisivo numa sociedade baseada no conhecimento. (GADOTTI, 2011, p. 59)

O relato do professor C traz a importância do resgate que a semipresencialidade representa para o público jovem e adulto, que a escola com o sistema presencial, dita tradicional, com turmas específicas e horários pré-determinados, para muitos, ainda representa um certo engessamento no que diz respeito à frequência. É uma permanente tensão vivenciada pelas escolas, principalmente as que oferecem EJA, que tem de considerar nos seus programas e projetos as necessidades dos seus educandos, envolvidos nas complexidades do mundo moderno, com as questões básicas do processo ensino e aprendizagem, que não podem se perder.

Um desafio a mais para professores e gestores que vivenciam a rotina na EJA. Campos, evidencia que:

O mundo mudou. E mudou numa velocidade nunca vista anteriormente. A mais importante lição para a gestão da escola é a necessidade da mudança permanente, como instituição aprendente, adequando-se de forma crítica às circunstâncias do novo tempo. (CAMPOS, 2010, p.73)

À luz do parâmetro de que o mundo mudou e tentando conciliar as relações devida dos educandos, na semipresencialidade o caminhar do aluno é individualizado e personalizado, o seu trajeto pedagógico não está associado a turma de alunos ou períodos, ele pode gerenciar a sua frequência conforme a sua disponibilidade e disposição, considerando suas alternâncias de horário no trabalho e da vida social.

Ainda mencionando que o mundo mudou e isso se deu com uma certa velocidade, é importante ressaltar que a escola CEJA que trabalha com a abordagem semipresencial também se preocupa com as questões relativas à aquisição e consolidação de valores; afinal o CEJA é uma escola, com metodologia diferenciada, mas com todas as complexidades, conflitos, encontros e desencontros de uma instituição que trabalha com educação escolar.

Essa noção aponta para o professor 06 que retrata justamente o CEJA como um espaço de extrema importância social, espaço de inclusão, o que possibilita navegar por um processo de traços e concepções de apoio à ação educativa, ao mesmo tempo como fixação de valores; o CEJA não está somente para o aluno que procura esclarecimentos sobre o saber sistematizado e formal, das fórmulas e conceitos, mas também para enfatizar a vida na perspectiva coletiva, onde se contempla a subjetividade e particularidades do indivíduo que pode e deve ser atendido na sua singularidade, mas que não pode se alienar das questões da sociedade.

Nessa perspectiva, Gomes & Silva, afirmam:

Alunos, professores e funcionários de estabelecimentos de ensino são, antes de mais nada, sujeitos sociais – homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens e adultos, pertencentes a diferentes grupos étnico-raciais, integrantes de distintos grupos sociais. São sujeitos com histórias de vida, representações, experiências, identidades, crenças, valores e costumes próprios que impregnam os ambientes educacionais por onde transitam com suas peculiaridades e semelhanças, compondo o contexto da diversidade. (GOMES e SILVA, 2002, p.22)

Objetivando estabelecer associação de concordância com a citação acima, versamos agora sobre o aluno G que salienta as oficinas dizendo que ajudam bastante, as de conteúdos e as de temas. Essas oficinas que acontecem no CEJA são as chamadas oficinas pedagógicas e estão como uma ferramenta utilizada para favorecer o desempenho dos estudantes bem como é uma oportunidade de dialogar sobre assuntos transversais e diversos que envolvem a sociedade.

Visitando os documentos da escola como Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar e a Proposta de Trabalho Anual, verificou-se que as chamadas oficinas pedagógicas fazem parte da rotina da escola e durante todo ano letivo são oferecidas e o planejamento é feito conforme a unidade do componente curricular, onde todas as disciplinas montam o seu menu no percurso letivo e o aluno pode se inscrever conforme as suas necessidades e seus interesses, tendo também a possibilidade de bonificação nas provas por sua participação nesses momentos.

Nesse contexto o CEJA novamente assume papel inovador frente a aprendizagem, tendo como bússola não só o uso de provas como testes de rendimento, mas também outros mecanismos. Puentes Ferreras (1998) afirma que é possível organizar as concepções de aprendizagem em três grupos distintos: aprendizagem como aquisição de respostas: trata-se de uma ideia de aprendizagem associacionista, mecânica e determinada, onde o aluno é um sujeito passivo; aprendizagem como aquisição de conhecimentos: centra-se no estudo dos processos mentais, isto é, nos mecanismos internos que estão subjacentes ao comportamento humano, dando pouca importância aos elementos externos ao organismo e aprendizagem como construção de significados: supõe o aprendiz como um sujeito ativo, autônomo, que pouco a pouco pode conhecer os seus próprios processos cognitivos.

No âmbito das concepções supracitadas a proposta das oficinas pedagógicas que acontecem no CEJA se encaixa no bojo da aprendizagem como construção de significados, que é uma concepção perseguida pela gestão da escola e pelo corpo docente. Assim sendo, Pereira defende:

Na concepção de Paulo Freire o educando e educador devem interagir, numa busca pelo diálogo e a formação crítica, levando em consideração a cultura, os acontecimentos, ou seja, trabalhar o processo de ensino e aprendizagem ligado a realidade do aluno para a formação crítica, levando em consideração a cultura, os acontecimentos, ou seja, trabalhar o processo de ensino e aprendizagem ligado a realidade do aluno, para a formação de um cidadão consciente de seu papel na sociedade. (PEREIRA, 2011, p.25)

O diálogo é a expressão que permeia toda a obra de Paulo Freire e para a escola pesquisada o diálogo também é um valor precioso, já que é uma escola que busca a excelência no atendimento ao aluno.

Agora trazemos a frase do professor G: “Uma boa escola que atende satisfatoriamente às necessidades de cada aluno”. Lendo esse depoimento, há uma mensagem implícita que remete diretamente a reflexão de como anda a escola e de

como o trabalho é desenvolvido pela comunidade docente, evidenciando que o professor sabe o que tem de ser feito.

Posto isso é importante evocar como se dá a interação entre a equipe docente e a gestão para que o atendimento por excelência seja uma constante no atendimento ao aluno. Em lócus, a constatação foi que o referencial maior é o Projeto Político Pedagógico (PPP) e lá os encontros ordinários para os planejamentos acontecem semanalmente entre os professores da área e mensalmente, ou extraordinariamente, a gestão da escola se reúne com cada área para (re) alinhamento das ações na escola.

No CEJA a abordagem do PPP traz basicamente o princípio de qualidade, que implica no grande desafio de manter as estruturas administrativas e pedagógicas organizadas, num ciclo harmonioso de produção e de desenvolvimento dos processos.

De qualquer maneira, o clima que prevalece entre os estudantes abordados é de satisfação pela escola e pela metodologia aplicada, tanto é que os depoimentos dos alunos B, C, D, E, H, circulam tendo a gratidão como eixo central, que traz um afago para a equipe escolar, mas também salta a responsabilidade de manter o trabalho num nível elevado.

Novamente nos debruçamos sobre a organização da rotina como a espinha dorsal da estrutura do trabalho da escola e o aluno P diz assim: “Estudar no CEJA é muito gratificante, estou muito motivado”. Tal expressão retrata a faceta dinâmica do currículo da escola. Ora, o estudante está motivado pois as engrenagens estão funcionando e a escola conseguindo manter aquilo que se propõe: oferecer ensino para a EJA na abordagem semipresencial. Entendem-se por engrenagens o conjunto de regras, relações, ambientações, acolhimento, entre outros aspectos.

Destacamos o que diz Santiago:

Cada escola, apesar dos processos normativos e institucionais a que está sujeita (...), está revestida também da influência dos significados específicos da comunidade em que se insere, dos elementos culturais que a fazem singular. (...) seu currículo deve ser gestado na comunidade escolar, em permanente diálogo para que articulem os elementos de organização interna com os aspectos externos da sociedade, da cultura e da própria história, imprimindo sentido às ações desenvolvidas. (SANTIAGO, 2001, p.151)

Concordando com Santiago (2001) o CEJA é essa escola revestida de significados para os educandos, tanto é que “Se essa escola não fosse assim eu não

conseguiria frequentar” (aluno Q). Cabe lembrar que o aluno Q realçou a existência do CEJA, enfatizando o fato de conseguir frequentar; e é isso, o CEJA é essa escoladiferente, que tem potencial de impulsionar os estudos, oportunizando um leque de interações e vivências.

É fato que os funcionários pesquisados (A e B), também elevam a semipresencialidade quando dizem: “No estudo semipresencial os alunos podem virno horário deles” e “Essa escola tem um atendimento muito bom, tranquilo, só vemquem quer estudar”, respectivamente; traz um teor de singularidade, já que o estudantes frequentam a escola com objetivos definidos e não querem perder tempo. E nesse modelo de escola, o aluno aprende? Os relatos são de que a primeira grande aprendizagem é aprender a estudar, já que nesse modelo a caminhada é individual; “Foi nesta escola que eu aprendi a estudar” (Aluno A). Gerenciar o próprio tempo e o próprio ritmo não é uma tarefa fácil, mas coloca o aluno no centro da sua própria vida escolar, daí a necessidade de as ações dos atores da escola estarem alinhadas ao seu projeto.

Na literatura sobre o processo de construção de um PPP lê-se que este é dinâmico e apesar de ser um documento em que se percebe algumas formalidades, inclusive ditas necessárias, ele deve conter toda um conjunto de ações a serem refletidas conforme as situações ocorridas no tempo e no espaço da escola e da comunidade em que está inserida. Sobre isso, defende Araújo:

O Projeto Político Pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e, em seguida, arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova de cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos como processo educativo da escola. (ARAÚJO, 2002, p. 15)

O Projeto Político Pedagógico de uma escola é o planejamento geral e amplo desta, que deve considerar as forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças que circulam toda a comunidade escolar. Nesse contexto são muitas as questões; por isso Araújo discorre:

Um Projeto Político-Pedagógico afirma o instituído da escola, que é a sua história, que é o conjunto dos seus currículos, dos seus métodos, o conjunto dos seus atores internos e externos e o seu modo de vida. Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo, por isso todo o projeto pedagógico da escola é também político. (ARAÚJO, 2002, p. 17)

O Projeto Político Pedagógico do CEJA Adelino Alcântara Filho, traz concepções, filosofias, ideias, ideais e aponta novos caminhos. Sendo assim é importante para o trabalho que agora defendemos, enfatizar a proposta dessa escola, que é uma escola diferente e se denomina como espaço e ambiente de aprendizagem. Considerando que a “EJA é uma categoria organizacional constante da estrutura da educação nacional, com finalidades e funções específicas” (CNE, CEB, Parecer 01/2000), além de considerar os procedimentos teórico-metodológicos a serem implantados na escola, é interessante ter sempre em mente a valorização dos saberes dos educandos, aqueles que foram socialmente construídos na prática comunitária, adaptando a forma de atendimento e práticas escolares para a satisfação das reais necessidades dos mesmos, enquanto personagens ativos do processo de aprendizagem.

Analisando o parágrafo acima tem-se uma noção de consistência entre a literatura e a oferta da semipresencialidade, principalmente quando cita a adaptação da forma de atendimento e práticas escolares para as reais necessidades dos alunos. Ora, se na EJA presencial, a convivência com a evasão e abandono são uma constante, que tal investir num projeto alternativo de escola? A partir desta perspectiva, o Professor D depõe:

Vejo a EJA semipresencial como uma modalidade de ensino extremamente importante, pois ela se encaixa com um público que não teve a chance de estudar em uma modalidade regular, por diversos motivos, seja ele por doença, falta de incentivo da família, por conta da criminalidade, gravidez na adolescência, falta de interesse na infância, enfim, os mais diversos motivos que afastaram esses alunos da escola. , [...] acredito que a EJA semipresencial seja a melhor opção para quem precisa conciliar trabalho, estudos e outras responsabilidades. (PROFESSOR D, 2022)

O Projeto Político Pedagógico (PPP) do CEJA Adelino Alcântara Filho declara que cabe a cada um que faz parte dessa comunidade escolar, zelar pelo bom desenvolvimento do projeto educacional ora defendido, valorizando as práticas pedagógicas relevantes e disseminando o bom tratamento educacional a ser dispensado aos educandos, sempre atentos à realização plena dos objetivos educacionais, baseados na proposta curricular defendida pela escola.

É importante destacar que o professor I, ressalta em seu depoimento a expressão “Escola de possibilidades” dando um caráter de disposição desmontando

a ideia de que o CEJA é meramente uma escola de provas e de não convivência entre os atores; o professor chama a atenção para o reconhecimento maior do papel da escola.

Então faz-se importante e necessária reviver a consciência da função da educação de jovens e adultos, seja ela a função reparadora, a função equalizadora e a função qualificadora, já explicitadas na primeira parte desse trabalho.

Para que o PPP fosse eficiente e efetivamente operacionalizado, a comunidade escolar do CEJA Adelino Alcântara Filho estabeleceu alguns compromissos a serem assumidos por cada um dos participantes de seu desenvolvimento:

- A Gestão Escolar se compromete a buscar de todas as formas possíveis a viabilização dos projetos, ações e atividades escolares pensadas, organizadas e inseridas no Projeto Político-Pedagógico;
- A Coordenação Escolar se compromete a ter sempre os objetivos e planos de ação educacionais em mente ao desenvolver os projetos na escola, sendo diretamente comprometidos com sua avaliação anual;
- A Secretaria Escolar compromete-se em manter os processos de escrituração escolar e organização da vida escolar dos alunos em acordo com o que está descrito no Projeto Político- Pedagógico;
- Os professores do Serviço de Assessoramento Pedagógico comprometem-se a colaborar com a Coordenação Escolar durante o processo de avaliação anual, bem como de auxiliar o professor na execução de atividades e projetos defendidos pelo Projeto Político-Pedagógico;
- Os membros dos Organismos Colegiados Escolares (Conselho Escolar, UEx, Grêmios), terão como compromisso acompanhar e participar ativamente das discussões acerca do Projeto Político-Pedagógico, bem como participar de sua avaliação anual;
- A Congregação de professores, técnicos (as), professor (a) do Laboratório de Informática e professor (a) regente do Centro de Mídias terão como compromisso de conhecer, analisar, executar e avaliar o Projeto Político- Pedagógico, bem como sugerir atividades que venham a contemplar os objetivos nele inseridos e participar de sua reelaboração quando necessário;
- Os funcionários de Apoio (vigia, porteiro, funcionários de limpeza, etc.), deverão ter o compromisso de conhecer o Projeto Político-Pedagógico da escola,

podendo sugerir atividades, de acordo com o interesse dos educandos a eles participados;

- Os alunos terão o compromisso de conhecer, analisar e avaliar o Projeto Político-Pedagógico da Escola onde estudam, participando ativamente de sua construção e reelaboração, quando necessário.

Investigar a situação da escola e o seu desenvolvimento é discutir sobre as forças que se manifestam na comunidade e na sociedade, e ao mesmo tempo, é uma reflexão sobre como é frágil as relações sempre rodeadas de questões plurais.

Atualmente temos ouvido falar bastante em preconceito, cancelamento, terrorismo, massacre e *fake News*, termos que desembocam para a destruição, as vezes de vidas físicas e outras vezes de sonhos, de perspectivas e de esperanças.

Trazemos essas manifestações pois muitos dos pretensos alunos chegam com uma certa dose de preconceito, inclusive dizendo que ouviu falar que no CEJA não se estuda e não se aprende, como se a escola não se constituísse em instituição de educação, não digna de credibilidade e respeito. “É essa a imagem que se forma ao redor de minha paixão pela educação. Não busco discípulos para comunicar-lhes saberes; busco discípulos para neles plantar minhas mais altas esperanças.” (ALVES, 2001, p. 34). Essa frase norteia o trabalho do CEJA Adelino Alcântara Filho, que é a de atentar para não possibilitar apenas a realização de provas, mas sim, construir e compartilhar saberes, plantar novas esperanças, alimentar almas, resgatar histórias de vida, na perspectiva de transformar potencialmente os educandos, possibilitando-lhes o aprimoramento de habilidades, o desenvolvimento de competências e a renovação de suas ambições de vida e de futuro.

O CEJA Adelino Alcântara Filho ressalta a importância da educação de uma sociedade em mudança, com sua identidade questionada e valores morais ameaçados pelo “descentramento” social, o que tem acarretado uma crise mundial que atinge a todos. Reafirmar e valorizar a identidade cultural e social, é primordial para a sobrevivência em uma sociedade ao mesmo tempo injusta e exigente, que demanda a cada dia novas informações e conhecimentos, mas que não garante igual acesso à população que dela necessita. Gadotti (2011) fala em aprender no sentido de, não apenas qualificar o trabalhador manual ou formar para a participação, mas detornar governante a cada membro da sociedade.

Assim é importante situar o CEJA como escola que existe para um fim educativo específico, tentando se estabelecer na comunidade sempre lutando com tantas manifestações contrárias. Em contrapartida os alunos já matriculados falam danova perspectiva de vida que lhe foi apresentada quando chegou ao CEJA, mas também lamentou que esse equipamento não seja divulgado largamente nos meios de comunicação e nas mídias sociais.

Nesse clima de reflexão sobre a comunidade e a sociedade, que a escola compreendeu ser importante e fundamental realizar um diagnóstico com todos os elementos do fazer pedagógico, desde elementos humanos até elementos curriculares e de acompanhamento das ações, a saber: educação, gestão, conteúdo, metodologia, avaliação, educador, educando, clima escolar. Para avançar é necessário sonhar, sem querer mascarar as dificuldades, mas com a intenção de se permitir. Freire enfatiza:

Ai daqueles e daquelas, entre nós, que padecem com a capacidade de sonhar, de inventar a sua coragem de denunciar e anunciar. Ai daqueles e daquelas que em lugar de visitar de vez em quando o amanhã, se atrelam aum passado de exploração e rotina. (FREIRE, 2011, p. 37)

Na realização de um diagnóstico frente à educação da escola, percebe-se que a Unidade Escolar apresenta uma boa estrutura física, contando com laboratório educativo de informática e biblioteca, inclusive o aluno L, em seu depoimento ressaltou um aspecto agradável da estrutura da escola: “Amo vir estudar aqui, as salas são todas com ar condicionado”. Esse depoimento resalta que a escola procura criar um ambiente acolhedor de acesso e permanência do aluno na escola, o situando como espaço de aprendizagem, estimulando a presença e a frequência do aluno, bem como reforçando a compreensão de que a boa organização do espaço físico, bem como a sua manutenção constitui em elemento pedagógico essencial para professores e estudantes.

Ilustrando o que foi exposto acima Melatti (2004), fala que a beleza e a leveza de um projeto sempre serão admiráveis aos olhos humanos, porém, em se tratando de Arquitetura Escolar, existem outras questões que precisam ser consideradas além da estética, pois ela, sozinha, não é suficiente para cumprir o seu papel. De tal forma, “o fator arquitetônico é apenas um dos que influenciam na aprendizagem do aluno”, contudo, pode-se dizer que é um fator que tem sido negligenciado ao longo do tempo por alguns administradores e, até mesmo, educadores.

Entende-se que ainda há falhas na comunicação efetiva entre os diversos segmentos, entre o núcleo gestor e o professorado, assim como entre os professores e alunos, levando a certa insatisfação com os resultados de ações que deveriam ser conjuntas, mas que são executadas apenas por uma minoria. Infelizmente ainda existe a falta de compromisso por parte de alguns profissionais que acreditam estarem isentos da corresponsabilidade pelo crescimento e pela melhoria da escola e a falta de sentimento de pertença de muitos alunos que desmerecem a escola como instituição e querem a resumir simplesmente em uma unidade certificadora.

Portanto, faz-se necessário um aprimoramento no Regimento Escolar, destacando normas disciplinares, diretrizes, deveres e direitos, assim como um estudo e reflexão por parte de cada um sobre as suas funções e os aspectos relevantes da dimensão administrativa e pedagógica da escola como um todo. Prado (2000, p. 13) explicita: “o cidadão, porém é mais do que apenas o habitante. É aquele que está interessado no que acontece em sua comunidade. Para alunos e professores, a cidade é a escola”.

Sobre o conteúdo é necessário que se busque dar importância ao conteúdo apresentado para o aluno, para isso é essencial ter em mãos um material de qualidade e o livro didático adotado é alvo de muitas críticas entre os professores e os alunos, portanto o corpo docente desenvolve projetos específicos nas áreas com a confecção de material de suporte que possa qualificar a oferta de conteúdos e atividades, tais como: elaboração de apostilas, de trabalhos dirigidos, exercícios extras, vídeos explicativos, revisão das provas e ementas.

É necessário que toda a equipe de professores siga a mesma linha de trabalho, observando, principalmente, o contexto social em que a escola está inserida. A maior necessidade e mais urgente, é conscientizar o professor para a responsabilidade que o mesmo deve ter junto à escola e qual o seu papel de educador. Também preparar os alunos para as avaliações externas, para as Olimpíadas de Matemática e de Língua Portuguesa, bem como para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e vestibulares. Para tanto é fundamental atualizar banco de provas, banco de itens, de forma a apresentar ao aluno os modelos de questões utilizados nas avaliações externas, a fim de prepará-los para novos desafios.

“Esse modelo de escola caiu muito bem pra mim, eu não tenho a obrigatoriedade de estar na escola todos os dias e aí posso conciliar com os meus horários de folga” (aluno K); é um depoimento que leva a escola a focar nas ações

que qualifique mais ainda os espaços e atividades para as aprendizagens, pois mesmo com atendimento diferenciado, alguns indicadores são trabalhados no CEJA, tais como: os índices de certificação, os resultados satisfatórios de alunos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), os resultados no Exame Nacional para a Certificação das Competências da Educação de Jovens e Adultos (ENCCEJA), os índices de abandono e as estatísticas de atendimento.

A comunidade escolar do CEJA Adelino Alcântara Filho defende que a avaliação é uma ferramenta importante no processo ensino-aprendizagem, se bem utilizada pode ser o indicador para o aprimoramento do conhecimento do aluno. Nesta perspectiva, segundo Vasconcellos:

A avaliação deve proporcionar ao aluno, ao professor e a outros da educação, uma análise reflexiva dos avanços e dificuldades do processo ensino e aprendizagem. Para o aluno, a avaliação se torna um elemento indispensável no processo de escolarização, visto possibilitar ao mesmo, acompanhar o seu desempenho e compreender seu processo de desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. (VASCONCELLOS, 2002, p. 65)

O professor J exalta que na escola o aluno é atendido de forma personalizada e a escola esclarece que a avaliação pode ser feita em dois momentos: no contato direto com o aluno levando em conta seus exercícios, atividades, participação nas oficinas ou trabalhos e na aplicação de provas. Para isso é necessário conscientizar o aluno da importância de ser avaliado no seu processo ensino e aprendizagem e como ele vai utilizar os seus conhecimentos na sua formação como cidadão.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) defende que as reuniões de planejamento convergentes por área de conhecimento apresentaram grandes avanços em direção aos objetivos expostos e por se tratar de um Centro de Educação de Jovens e Adultos, onde o aluno é autônomo na sua prática de estudo, é necessário melhorar e ampliar as práticas de atendimento dentro das salas de aula, diversificando as ações e atividades. Desenvolver um mecanismo de acompanhamento dos alunos para que os professores ao fazerem o atendimento possam identificar as dificuldades já apresentadas pelos alunos e articular ações nos planejamentos no intuito de superação destas.

Como todos os alunos são jovens e/ou adultos, a partir dos quinze anos, não se identifica muitos problemas com indisciplina, porém a questão da baixa autoestima e das dificuldades de aprendizagem são os maiores desafios. Qualificar as situações de atendimento ao aluno, desde a portaria, até as salas de atendimento e de apoio

pedagógico, é uma questão de manutenção da própria escola. E essa preocupação da escola de qualificar os serviços é expressa na citação do aluno F “Aqui é muito bom e eu consigo aprender”.

Observamos que o clima escolar não se abala por conta de indisciplina de alunos, ou de conflitos entre discentes e docentes ou entre discentes e corpo técnico-administrativo, as maiores questões que convergem em conflitos e que ferem o clima escolar são as que estão diretamente relacionadas com as burocráticas, que não estão expressas na legislação e criam vertentes incompreensíveis sobre a postura do professor e do aluno no CEJA.

Quanto aos seus princípios, o CEJA Adelino Alcântara Filho acredita num modelo educacional inovador e de qualidade, contribuindo para a formação de cidadãos democráticos, sujeitos de sua ação, o que se expressa na fala do aluno S “Gosto de vir estudar aqui na escola pois se surgir dúvidas eu pergunto logo”; demonstrando o poder do aluno de manter um controle sobre a sua caminhada e até indicando uma postura de vida, com autonomia e iniciativa. Também valoriza a formação de educadores, uma medida para respaldar a qualidade de sua atuação, afinal nessa modalidade o professor é acima de tudo um mediador. A partir desta perspectiva Bulgraen:

Sem dúvida, o professor além de ser educador e transmissor de conteúdo, deve atuar, ao mesmo tempo como mediador. Ou seja, o professor deve se colocar como ponte entre o estudante e o conhecimento para que, dessa forma, o aluno aprenda a “pensar” e a questionar por si mesmo e não mais receba passivamente as informações como se fosse um depósito do educador. (BULGRAEN, 2010, p.31)

Para tanto, O CEJA aposta num currículo variado, se nega a existir como um centro meramente certificador e sinaliza para uma teoria e prática do processo como uma ampliação de saberes. “O CEJA é um espaço de aprendizagem em que é oportunizado aos alunos que não puderam concluir os estudos na idade indicada, finalizarem os seus estudos” (Professor E). O depoimento do professor E reflete sobre a própria missão do CEJA Adelino Alcântara Filho que segue compreendendo que acima de tudo deve respeitar os conhecimentos e saberes construídos pelos jovens e adultos e reforça que sua missão é ser um espaço de formação permanente capaz de fortalecer nos alunos a confiança e o desejo de aprender sempre, reconhecendo e valorizando a educação como meio de desenvolvimento pessoal e social, cuja visão de futuro é proporcionar aprendizagens significativas.

Os valores expressam sobre o andamento da rotina e sobre posturas e procedimentos. Nesse caso, conforme o Projeto Político Pedagógico (2022), o CEJA adotou os seguintes valores:

- a) participação: onde todos possam conviver de forma saudável, pautado na democratização das relações;
- b) organização: que haja excelência no serviço oferecido pela escola que possibilite aos alunos a construção de método de estudo a partir da organização individual e/ou de grupo;
- c) competência: que essa escola possibilite a formação de indivíduos capazes, aptos a atuarem como sujeitos na construção de sua autonomia e cidadania;
- d) compromisso: que seja encarado como um valor por todos, a fim de se buscar permanentemente a superação, através do convívio saudável e da aquisição de conhecimentos, de forma crítica e participativa;
- e) ética: que permeie todas as relações desenvolvidas na escola e para além dela.

Percebemos um zelo e uma necessidade em manter a proposta da escola viva e circulante entre todos os atores e setores da escola, segundo a Gestão essa ação faz-se necessária pois cada aluno é um universo e a escola trabalha com muitas particularidades, tem aluno que chega para cursar todas as disciplinas do mapa curricular, outro é oriundo de uma escola regular e vai fazer aproveitamento, outro participou do ENCCEJA e não obteve aprovação em apenas uma área e vai concluí-la no CEJA, como é o caso do aluno M “Estou fazendo aqui só a disciplina de Matemática pois as outras eu já fiz no ENCCEJA”. Aproveitando o cenário do aluno M, que participou do ENCCEJA trazemos alguns esclarecimentos sobre esse exame e os seus objetivos que são descritos na Portaria Ministerial 2270 de 14 de agosto de 2002.

Art. 1.º Fica instituído o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), a ser estruturado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), de acordo com as disposições estabelecidas nesta Portaria.

Art. 2.º O ENCCEJA, como instrumento de avaliação para aferição de competências e habilidades de jovens e adultos em nível do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, tem por objetivos:

I – Construir uma referência nacional de autoavaliação para jovens e adultos por meio de avaliação de competências e habilidades, adquiridas no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais;

II – Estruturar uma avaliação direcionada a jovens e adultos que sirva às Secretarias da Educação para que procedam à aferição ao reconhecimento de conhecimentos e habilidades dos participantes no nível de conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nos termos do artigo 38, §§ 1º e 2º da Lei 9.394/96

– Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);

III – Oferecer uma avaliação para fins de classificação na correção do fluxo escolar, nos termos do art. 24, inciso I alínea “c” da Lei 9394/96;

IV – Consolidar e divulgar um banco de dados com informações técnico pedagógicas, metodológicas, operacionais, socioeconômicas e culturais que possa ser utilizado para a melhoria da qualidade na oferta da educação de jovens e adultos e dos procedimentos relativos ao Encceja.

V – Construir um indicador qualitativo que possa ser incorporado à avaliação de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos.

Se cada um na escola consegue aprender no seu ritmo, continuamente, sem retrocessos é um indicativo que a escola está respeitando a vida de cada um; é esse espírito que move o CEJA independente da sua origem e dizemos isso pois na literatura, existem muitas críticas ao ENCCEJA, mas os alunos oriundos desses exames são bem recebidos na escola e inseridos na rotina da escola.

“Quando fiquei sabendo que essa escola existia eu nem acreditei e agora estou aqui para realizar o meu sonho e concluir o ensino médio” (aluno N). Não é fantástico? Uma escola que pelo simples fato da sua existência eleva o pensamento do aluno jovem e adulto a “pôr a mão na massa” para executar o seu projeto de vida. A Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996, traz uma característica que nenhuma outra lei anterior havia dado, a característica da flexibilidade.

Assim, é possível tornar o ensino mais adequado ao ritmo e desenvolvimento dos alunos, marcando a continuidade da sua trajetória com efetivo sucesso, evitando o sofrimento da reprovação e da estagnação, afinal o que percebemos é que o CEJA é uma escola de passagem, de possibilidades para novos rumos, o que é reforçado

na escrita do aluno O “Vim pra esta escola pra terminar e depois rumo à Universidade para cursar Direito”.

Também analisamos o registro do aluno N pelo ponto de vista do marketing da escola e de como ela se anuncia para a comunidade e sociedade, e conforme a informação do Núcleo Gestor, a escola possui as mídias sociais: Facebook e Instagram, gerenciadas pelo professor do Laboratório Educativo de Informática, mas devido à rotina na lida da escola muitas vezes é negligenciado e não atualizado. Mas para além disso, é necessário que o Governo do Estado alargue a propaganda em relação a esses centros de educação.

O aluno I mencionou em seu registro um período recente da história, a pandemia “Quero agradecer muito a todos que trabalharam duro para que a escola não parasse e o conhecimento chegasse até nossa casa, mesmo no período da pandemia. Sou muito grato a todos”. Tivemos acesso ao acervo documental escolar, de todo o período da pandemia em que a escola ficou atendendo aos estudantes de forma remota, entre março de 2020 e outubro de 2021; foram dezenove meses de trabalho intenso e exaustivo.

Para a escola o isolamento social inicialmente teve um prazo de sete dias, que depois foram prorrogados por mais sete. No dia 31 de março, o governo através de decreto estadual, divulgou a suspensão das aulas por um período de trinta dias e também um conjunto de diretrizes para as escolas públicas presenciais regulares, tempo integral, profissionalizantes bem como diretrizes específicas para os Centros de Educação de Jovens e Adultos do estado.

Estas diretrizes, expressava a necessidade de elaboração de um plano de trabalho pedagógico pelos CEJA, levando em conta a oferta da modalidade semipresencial, respeitando autonomia pedagógica desses centros escolares e a existência de inúmeras possibilidades pedagógicas para estabelecer interação com os estudantes por meio de recursos tecnológicos. E foi nesta direção que após reunião entre os membros do núcleo gestor do CEJA Adelino Alcântara Filho, o Núcleo Gestor e o Conselho Escolar, realizada por vídeo conferência e por área, no dia 02 de abril de 2020, foi construído um Plano de Trabalho, com as seguintes ações: 1. Vídeo aulas, vídeos informativos e motivacionais, lives, compartilhamento de matérias complementares ao estudo; 2. Atendimento virtual diário permanente e síncrono; 3. Busca ativa dos alunos.

Na ação 1, o Plano de Trabalho discorria sobre postagens regular de vídeo aulas (preparadas pelo professor) nas plataformas da escola de forma sistemática, por disciplina, diariamente no mesmo horário de modo a criar uma situação de rotina para o estudante. O vídeo poderia ser gravado ou se o professor preferisse poderia transmitir ao vivo através de live, ficando essa decisão a cargo do professor, sendo que o conteúdo apresentado deveria ter indicação da etapa e dos capítulos correspondentes, bem como associação de uma atividade para o discente por meio de recursos de planilhas do Google.

Na ação 2, o Plano de Trabalho se utilizava dos recursos disponibilizados pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará em parceria estabelecida com a Google, para criação de salas de vídeo conferências por área de conhecimento, onde os professores por meio de escalonamento, ficaram disponíveis para atender aos alunos de forma personalizada e individual, equiparando-se ao que ocorre na rotina dos CEJA, mas com a excepcionalidade da distância. Os atendimentos se deram em quatro salas virtuais na plataforma Google Meet, conforme áreas do conhecimento (Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Códigos e Matemática, em dois blocos de horário, sendo o primeiro das 14h às 17h e o segundo, das 18h às 21h. Visando o atendimento personalizado e a possibilidade de andamento nos estudos do aluno atendido neste ambiente, foi disponibilizado pela gestão, um drive com 5 questões de todas as disciplinas, agrupadas por área, que poderão ser disponibilizadas aos alunos. A proposta de horários dos professores no atendimento virtual levou em consideração o horário praticado presencialmente na escola, mas cabendo ajustes, em caso de necessidade e disponibilizado para os alunos por meios digitais.

Na ação 3, o Plano de Trabalho discorreu sobre a busca ativa. Como fazer para efetivar a participação dos alunos nas plataformas da escola, no cenário pandêmico? Uma das características de excepcionalidade da estrutura pedagógica dos CEJA é a realidade multifacetada dos alunos em sua idade, condição social e perspectiva de futuro.

Como se tratam a rigor de alunos que abandonaram o ensino em sua forma regular e tradicional, compõe um grupo muito mais vulnerável a novamente abandonar os bancos escolares, sobretudo na interrupção dos encontros. Então foram adotadas as seguintes medidas: a) divulgação da estrutura excepcional de funcionamento remoto do CEJA, com toda as ações à disposição dos alunos; b) inclusão dos alunos

nos Grupos de WhatsApp existentes, de modo a ter uma comunicação mais sincrônica com os mesmos, e assim minimizar as sensações de distanciamento e isolamento.

A Gestão esclarece que administrava cinco grupos de WhatsApp, cada grupo com pelo menos duzentos e cinquenta alunos; é interessante ressaltar que os atendimentos não se davam pelo aplicativo, mas sim nas salas virtuais da plataforma Google Meet, no aplicativo era publicado o endereço das plataformas conforme a disciplina e horário.

Comenta o coordenador A:

No entanto, é preciso maturidade e disciplina. O aluno percebe que não precisa comparecer a escola todos os dias, mas seu estudo deve ser diário e o estudo domiciliar é imprescindível para o processo de aprendizagem. Esta modalidade permite o hábito do estudo, da leitura consciente e muitos alunos, criando o hábito (e o gosto) pelo estudo, seguem na via acadêmica e isso é muito gratificante.

Conforme o Coordenador A, o acesso ao universo da semipresencialidade exige maturidade e disciplina, visto que nessa abordagem as peculiaridades colocamos o aluno gestor do seu processo de ensino e aprendizagem, desde a organização dos seus horários, até a construção das suas soluções metodológicas.

Um ponto de destaque nessa nova significação atribuída ao aluno é a ideia de exercitar duas grandes necessidades que o mundo impõe que são: autonomia e criatividade. Essas características devem ser vivenciadas não somente para a prática escolar, mas sobretudo para as situações da vida.

Puentes Ferreras (1998) defende três princípios que fundamentam a aprendizagem e podem potencializar a vida escolar. São eles: a) processamento mental ativo que afirma que o aprendiz deve ter um papel relevante no processo de ensino e aprendizagem e ser um sujeito ativo; b) estabelecimento de relações significativas que é caracterizado pelo estabelecimento de vínculos entre os elementos aprendidos recentemente, pelo estabelecimento de relações entre o material aprendido recentemente e as informações que o aprendiz já conhecia de antemão; c) repetição sistemática em destaque para a revisão de conteúdos, cujos componentes são majoritariamente cognitivos ou de repetição, por ex: exercícios de matemática ou aprendizagem de natação.

Tomando conhecimento desses princípios não basta evidenciar o currículo formal, aquele que contém as disciplinas no mapa curricular, mas também estabelecer associação com o próprio currículo da vida. Então é importante valorizar a

semipresencialidade como uma oportunidade a ser fortalecida e qualificada. Paratanto faz-se necessário reflexões e novas posturas.

Transformar a sala de aula da EJA num espaço de reflexão, de pensamento, nem sempre é uma tarefa fácil. Numa sociedade tão hierarquizada como a brasileira, nossos alunos e alunas, geralmente, desenvolvem as ocupações mais subalternas, nas quais o que mais se tem a fazer é obedecer a uma série de chefes, patrões, gerentes... Treinados a seguir orientações, não é de estranhar que ao chegarem à escola desejem encontrar atividades em que predominem a cópia, a repetição do que disse o(a) professor(a) e outras situações do mesmo tipo. Pensar e tomar decisões é bem diferente e dá muito trabalho, principalmente para quem tem pouco exercício dessa prática. (BRASÍLIA, 2006, p. 13).

Dadas as particularidades de sua natureza, a semipresencialidade na EJA é uma oportunidade dada aos alunos para a continuidade de seus estudos, consolidação de saberes e habilidades e acima de tudo exercício de práticas que permitam refletir sobre a sua própria vida e a vida em sociedade. E como a escola pode executar bem essa tarefa? O primeiro passo é olhar para o potencial da abordagem semipresencial e construir um currículo agregador e diverso que possa superar a ideia de exclusão e se constituir num currículo cidadão, onde o grande desafio é chamar a todos os atores a desempenhar bem as suas devidas funções.

5.2 A CONSTRUÇÃO DO E-BOOK

A consolidação da internet serviu de catalisadora para a possibilidade de conectar várias nações por meio da “rede de redes”, assim surgiu um fenômeno de fluxo informacional em grande escala. Associado a isso, a sociedade contemporânea anseia por informação e conhecimento numa velocidade antes não imaginada.

Frente a essa realidade, atualmente o e-book tem ganhado popularidade e aparece conquistando usuários dos mais diversos gostos e opiniões. Nesse momento citamos Bottentuit Junior e Coutinho (2007) que elencam o potencial dessa ferramenta:

- I Facilidade para baixar os livros através da internet
- II Possibilidade de transportar uma série de livros em um único dispositivo
- III Portabilidade
- IV Utilização de links para sites externos e consultas a materiais na web
- V Facilidade de manipulação das ações de navegação
- VI Não utilização de espaço físico

- VII Fomento do conhecimento livre na rede
- VIII Possibilidades simultâneas de múltiplos utilizadores poderem consultar e manipular a mesma obra
- IX Custo menor do que o praticado em livros impressos (custo da produção e distribuição são, geralmente, menores)
- X Alguns modelos permitem a interatividade e a utilização de multimídia
- XI A edição, divulgação e o acesso aos livros digitais atingem uma esfera muito ampla da população
- XII A busca de termos ou palavras é mais rápida e eficaz por meio dos métodos de busca dos aplicativos de leitura

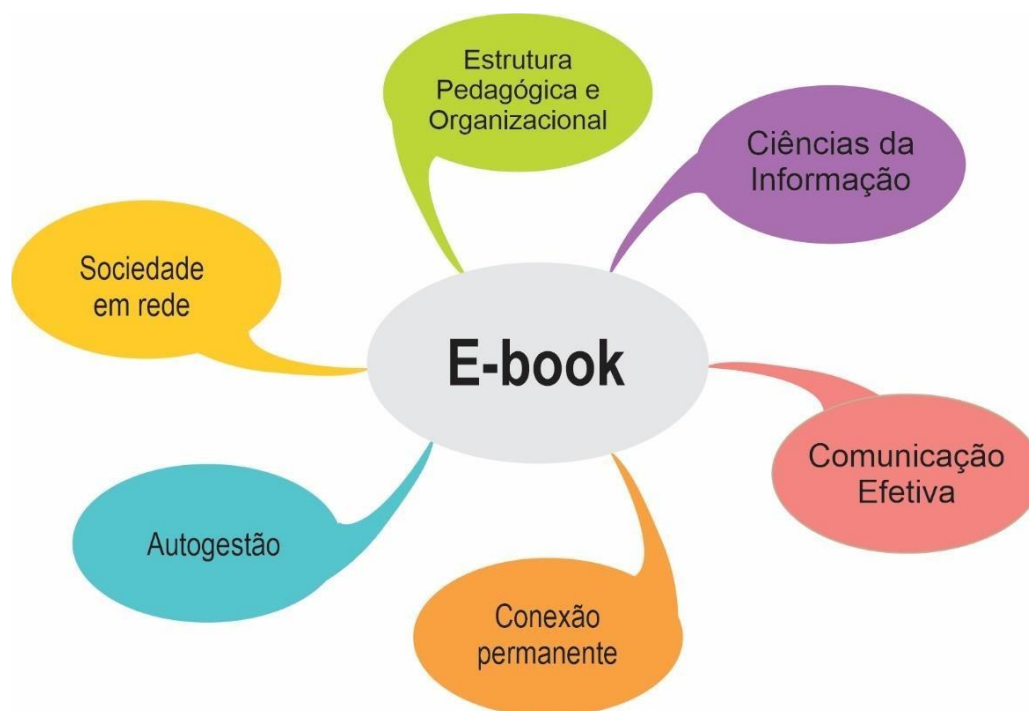
Então, pensando nas potencialidades do e-book que tal utilizar essa tecnologia e apresentar a semipresencialidade desenvolvida no CEJA Adelino Alcântara Filho, evidenciando também o seu potencial enquanto escola, sua estrutura pedagógica e organizacional? Tudo isso numa perspectiva de apoio ao aluno, para que a sua decisão de ingressar na escola faça parte de uma composição maior, se configurando num projeto de estudo e de vida.

O constante avanço da tecnologia e a forma de transmissão das informações, tem pautado as relações entre as pessoas e a comunicação entre os diversos setores da sociedade, e a educação tem sido muito impactada por esses processos. A educação é influenciada e também influencia, numa relação simultânea, de aprendizagem individual, mas sobretudo coletiva.

A construção do e-book sobre a estrutura organizacional e pedagógica da EJA semipresencial, que acontece no Centro de Educação de jovens e Adultos Adelino Alcântara Filho foi pensada no intuito de (re) apresentar esse equipamento como uma instituição que tem sua finalidade pautada num projeto inovador de escola que garanta acesso, a permanência e o sucesso do aluno, respeitando as suas particularidades, bem como compreendendo toda a teia histórica e social, envolvendo o público jovem adulto.

Nesse sentido a figura 1 simboliza os principais elementos considerados para a construção desse material; a intenção é que o e-book traga uma dinâmica na efetividade dos processos da escola e que os estudantes e todas as pessoas interessadas, tenham acesso as principais informações sobre os cursos oferecidos sobre a sua jornada na escola.

Figura 1 - Eixos do e-book “A semipresencialidade no CEJA Adelino Alcântara Filho”



Fonte: dados da pesquisadora, 2023

A natureza dinâmica do e-book é citada por Levy quando diz:

A massa de dados digitais disponíveis se infla o tempo todo. E quanto mais ela cresce, mais é preciso estruturá-las, cartografá-la, criar uma matriz com estradas expressas e avenidas lógicas; [...] os futuros bancos de conhecimentos em grande escala serão capazes de elaborar as informações que lhes serão confiadas, ou seja, serão capazes de fazer automaticamente algumas conexões pertinentes entre as representações, mais ou menos como se compreendessem seu sentido. (LEVY, 1993, p.108)

O e-book “A semipresencialidade no CEJA Adelino Alcântara Filho”, apresenta a estrutura contemporânea, em formato PDF, com uma linguagem simples, clara e objetiva, que tem a intenção de esclarecer para o público-alvo, em linhas gerais, a estrutura pedagógica e organizacional desenvolvida nesse centro.

O e-book trata de questões pertinentes ao funcionamento da EJA na metodologia semipresencial, desenvolvida no CEJA Adelino Alcântara Filho, tais como: perspectiva da semipresencialidade, horários de funcionamento, tempo pedagógico, frequência do aluno, material didático, roteiro de atividades e provas, mapa curricular, planejamento dos professores, atividades diversas, níveis oferecidos, faixa etária e informações gerais pertinentes à rotina na escola.

Imagem 1: capa do e-book¹


Fonte: dados da pesquisadora, 2023

Na semipresencialidade o aluno tem a flexibilidade de frequentar a escola nos dias disponíveis para ele, sem a necessidade de fidelizar dias ou horários, num movimento que privilegia a não interrupção do atendimento, inclusive a escola tem uma organização diferenciada, que funciona durante todo o ano; a jornada para professores e funcionários não contempla férias coletivas, tendo escalonamento para tal, da mesma forma acontece com horários de recesso e intervalo.


Imagem 2: apresentação do e-book

¹ Este e-book será inserido nos sites e redes sociais da instituição, após a defesa e aprovação do material.

1. Seja bem-vindo ao CEJA Adelino Alcântara Filho, que é uma escola diferente com atendimento individualizado. Aqui o aluno é atendido de maneira personalizada, conforme a disciplina em curso; sendo que o tempo de permanência do aluno na escola depende da sua demanda.



2. Os horários de atendimento são de segunda a sexta, das 07h às 22h, de forma ininterrupta.



Fonte: dados da pesquisadora, 2023

É importante frisar que o CEJA Adelino Alcântara Filho existe para um fim específico e a orientação é que o aluno permaneça no mínimo uma hora aula na escola (50 minutos), sendo que é responsabilidade do aluno apresentar-se na secretaria e registrar a sua chegada na escola para que os responsáveis pelo setor burocrático possam registrar a frequência no Sistema de Acompanhamento do Aluno (SISACOMPA) e a partir de então o seu nome ficar disponibilizado para o professor na devida área de conhecimento e disciplina cursada. Assim quando o atendimento for dirigido, o professor fará as anotações virtuais e desta forma a ficha com as atividades e notas vai sendo construída e ao final da disciplina todo o arquivo individual é impresso e armazenado na pasta física.

Imagem 3: sobre a frequência dos estudantes

3. O estudante **não tem turno fixo**, ele vem de acordo com sua disponibilidade.

4. O **mínimo de frequência** para que o aluno seja considerado com status regular é de 2 vezes por semana.





Fonte: dados da pesquisadora, 2023

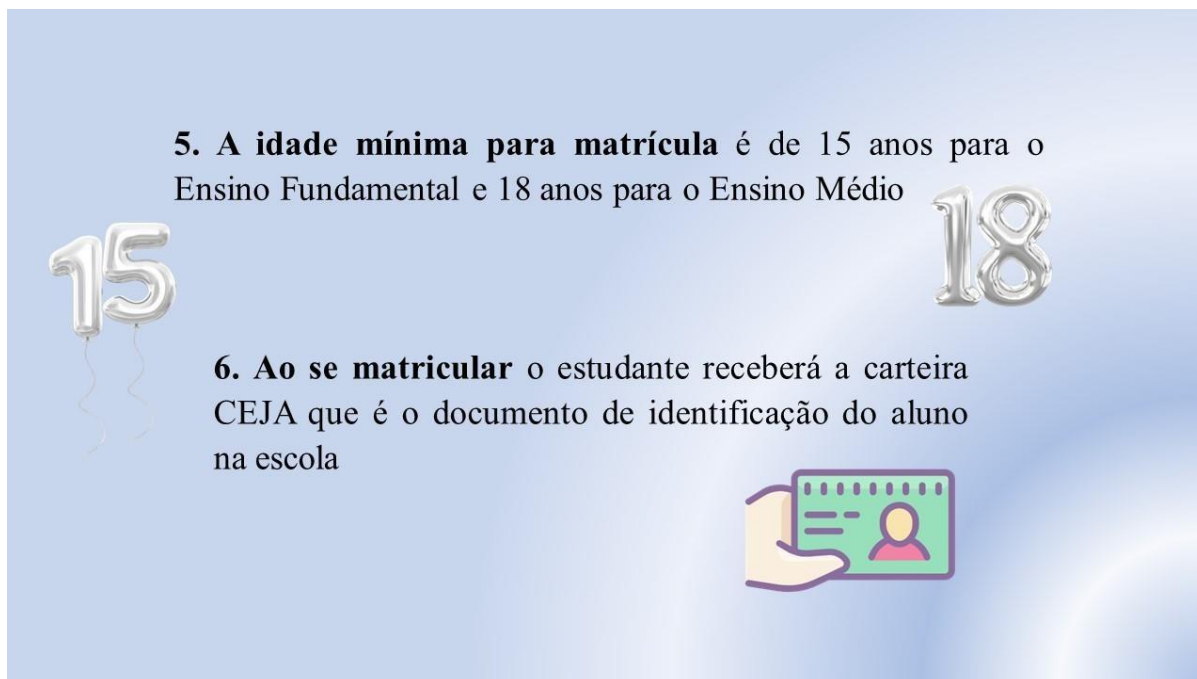
É importante mencionar sobre o slide acima que, todos os professores da escola, conforme a área, estão à disposição dos alunos tanto do ensino fundamental, como do ensino médio, portanto não há uma turma de alunos, com professores específicos para aquela turma, existe uma lotação de professores, com distribuição de horas conforme contrato e o aluno segundo a sua disponibilidade vai se apresentando na escola e na sala e resolvendo as suas demandas, sem a obrigatoriedade de fidelizar turnos.

Outra questão importante e que deve ser mencionada nesse momento, é que o CEJA trabalha com o ideal de frequência mínima, para efeito de carteira de estudante e benefícios sociais, excluindo essas ressalvas ele virá no seu tempo, conforme sua disponibilidade.

Deixar claro que mesmo a escola tendo atendimento semipresencial, há todo um conjunto de critérios a ser seguido: quanto à frequência, quanto à realização das atividades, quanto ao material didático e quanto aos procedimentos. Tanto é que para efeito de declarações, a escola trabalha com as expressões “status regular” (quando o aluno frequenta duas vezes por semana), “status irregular” (quando o aluno não consegue frequentar pelo menos duas vezes por semana) e “status em abandono” (quando o aluno ultrapassa sessenta dias ou mais sem frequentar a escola. No “status

em abandono” a pasta física do aluno é arquivada no arquivo estático e seu retorno fica vinculado ao reingresso.

Imagem 4: sobre a matrícula

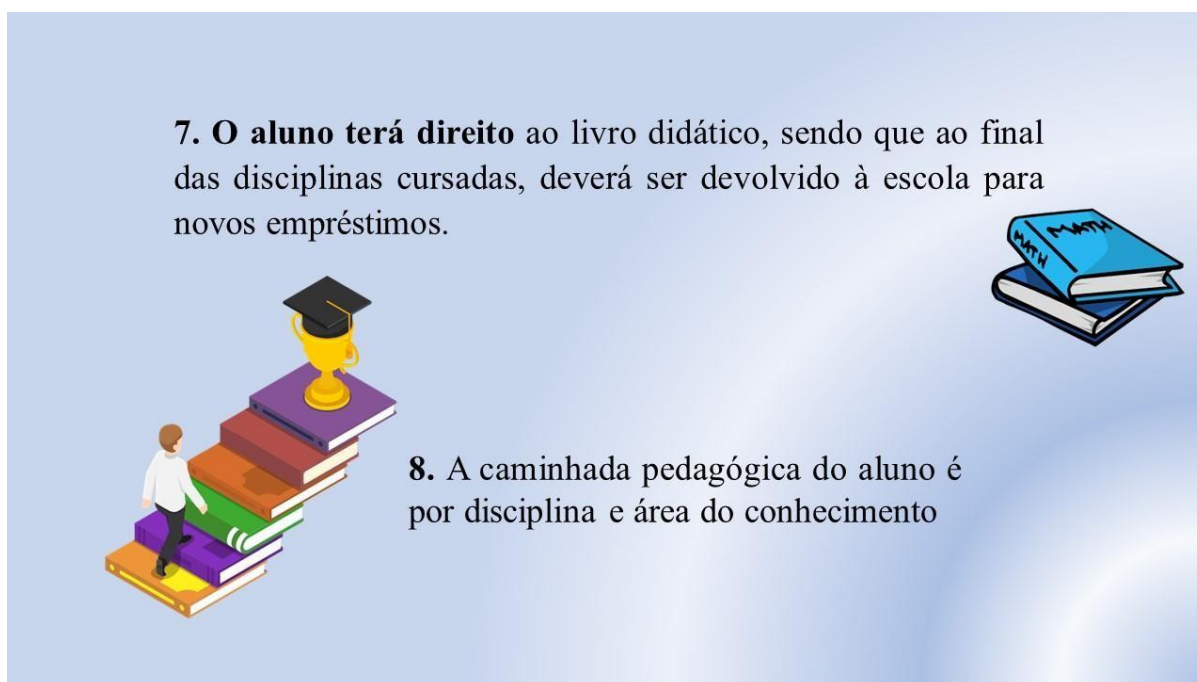


Fonte: dados da pesquisadora, 2023

No slide acima, o tópico 5 apresenta a idade mínima para o ingresso nos cursos da escola, inclusive esse limite é previsto na LDB 9394/96. Outra informação importante é que há fixação para a idade mínima, mas não para idade máxima. Portanto quem se sentir disposto a estudar e tem a necessidade de continuidade dos estudos, pode procurar a escola em qualquer época do ano e efetuar a matrícula.

O item 6 informa que no ato da matrícula será confeccionada a carteira CEJA que é o documento de identificação do aluno na escola.

Imagem 5: sobre o livro didático e a caminhada do estudante do CEJA

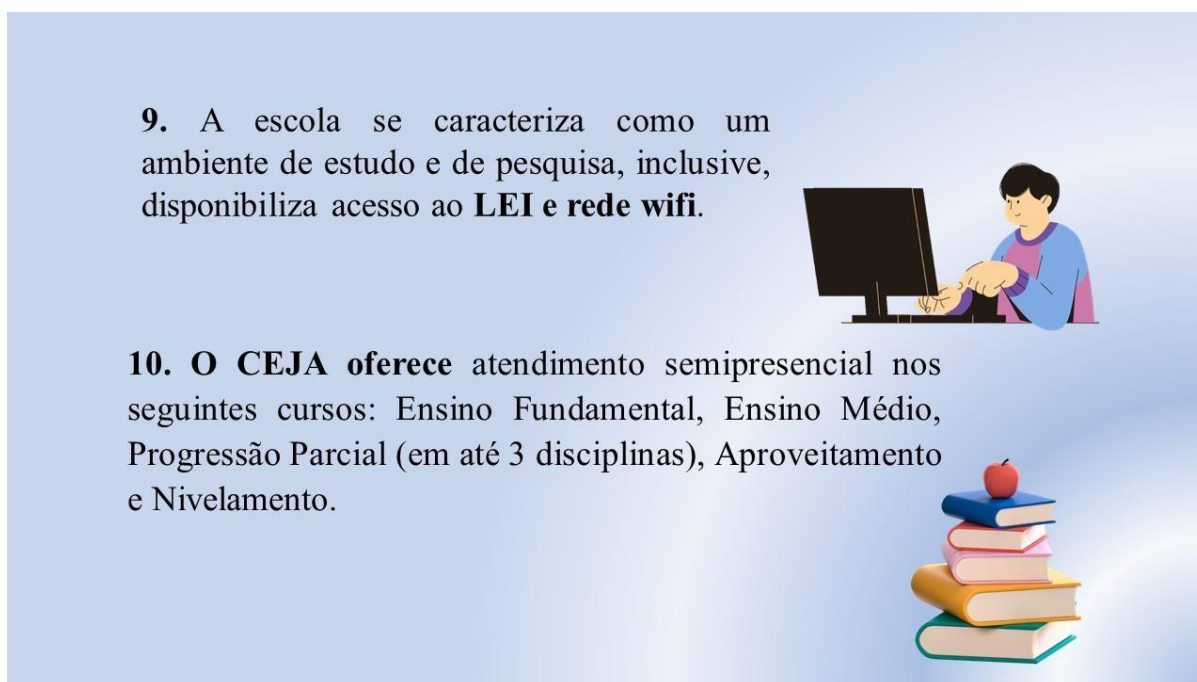


Fonte: dados da pesquisadora, 2023

A escola é pública, mantida com os recursos dos governos estadual e federal e o livro didático é patrimônio público que deve circular entre os estudantes de forma a favorecer a realização das atividades, sem que haja prejuízos para nenhum estudante, daí a necessidade de não riscar o livro, não responder as questões propostas no próprio livro e nem tampouco extraviar o material. A caminhada pedagógica é por disciplina, conforme a área do conhecimento, sendo que todo o material didático é ferramenta importante para a conquista do próximo passo.

A biblioteca do CEJA Adelino Alcântara Filho possui também um acervo de livros paradidáticos que inclui desde clássicos da nossa literatura, até história em quadrinhos, que também são ofertados aos alunos, por empréstimo, com o objetivo de consolidar leitura, escrita e todas as atividades desse entorno.

Imagem 6: modalidades ofertadas no CEJA



Fonte: dados da pesquisadora, 2023

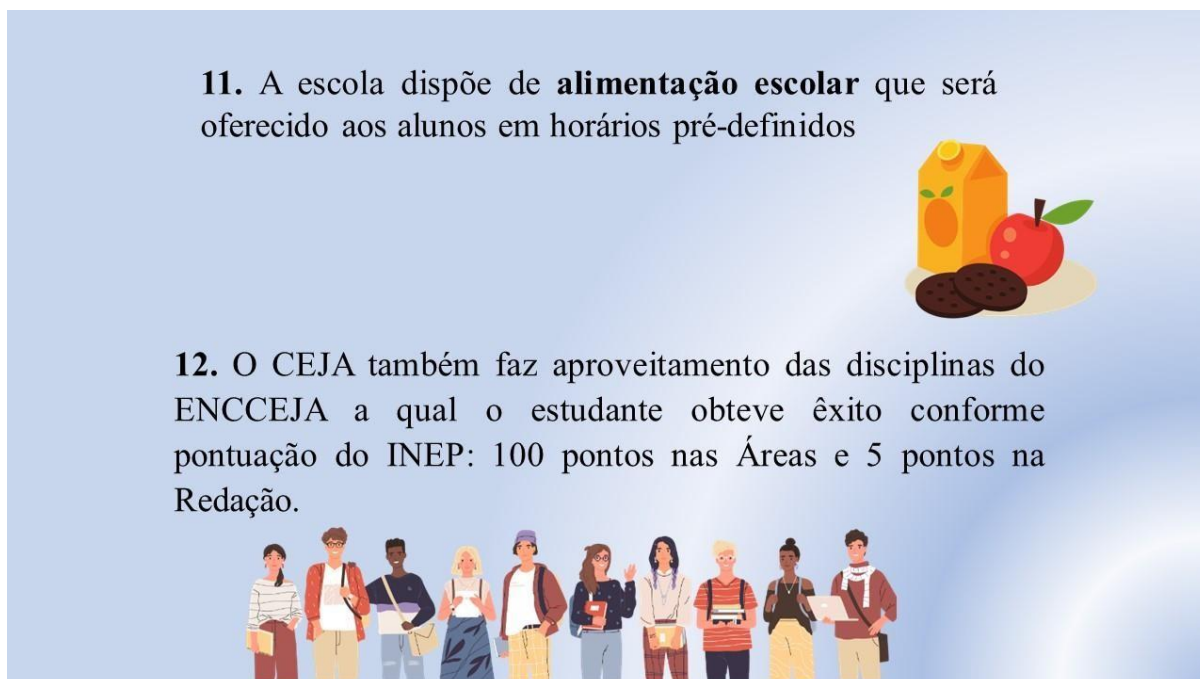
Além de oferecer livros didáticos e paradidáticos, a escola como um ambiente de estudo e pesquisa, disponibiliza o Laboratório Educativo de Informática (LEI), bem como rede *wifi* para otimizar o ato de pesquisar e qualificar a aprendizagem. Tanto é que no circuito de atividades, descrito no roteiro do aluno (slides finais), o LEI aparece como um dos ambientes que tem parada pedagógica obrigatória, sendo que todos os cursos oferecidos pela escola são inseridos nesse processo.

Vejamos agora os cursos ofertados, conforme o tópico 10:

- Ensino Fundamental (do 6º ano ao 9º ano).
- Ensino Médio (do 1º ao 3º ano).
- Progressão Parcial (é o avanço do aluno para a série seguinte, suprimindo, ao mesmo tempo, a série para a qual foi promovido e os componentes curriculares objetos da reprovação. O CEJA atende em até três disciplinas, tanto nos níveis fundamental ou médio).
- Aproveitamento (o aproveitamento diz respeito às partes do curso nos níveis oferecidos, quando o aluno já traz um histórico de notas)
- Nivelamento (o nivelamento é uma ferramenta utilizada pela equipe pedagógica do CEJA para ajustar o nível do aluno que não tem escolarização)

anterior, mas sabe ler e escrever ou o aluno que expresse a necessidade de reclassificação).

Imagem 7: oferta de merenda escolar e aproveitamento de disciplinas



Fonte: dados da pesquisadora, 2023

Todas as ações da escola são consideradas ferramentas pedagógicas, assim a merenda é um grande atrativo para o público-alvo, sendo oferecida nos três turnos de atendimento (9h, 16h, 19h). A conclusão de que a merenda escolar seria distribuída nesses respectivos horários aconteceu após um levantamento sobre o fluxo de alunos na escola, que foi otimizado devido ao relatório do SISACOMPA, sistema interno criado por dois professores que já trabalharam na unidade escolar.



Outro atrativo para o CEJA é a capacidade de fazer aproveitamento das disciplinas aprovadas no ENCCEJA, conforme descrito no tópico 12.

Imagem 8: tempo previsto para conclusão dos cursos e orientações sobre as provas

13. O tempo previsto para conclusão dos cursos é:

Ensino Fundamental	02 anos
Ensino Médio	01 ano e 06 meses
Progressão Parcial (dependência)	Maior brevidade possível
Nivelamento	Maior brevidade possível

14. Para realizar as provas é necessário realizar todas as atividades indicadas no roteiro do aluno. A média é 6,0.





Fonte: dados da pesquisadora, 2023

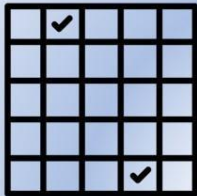
É importante que o aluno siga uma rotina organizada de estudos para que ele não se distancie da orientação sobre o tempo previsto para a conclusão dos cursos, mencionados no tópico 13. Tal organização vai dinamizar o percurso e facilitar o acompanhamento no que diz respeito a aplicação das provas. Aproveitando o momento indicamos que a média praticada na escola é 6,0 por prova e não existe a prática de acumular pontuação para as próximas provas, nem tampouco seguir adiante sem a conquista da média na prova anterior.

Imagem 9: orientações sobre o processo avaliativo e infrequências

15. Caso não obtenha êxito na prova, o aluno poderá refazê-la após 24h



16. Infrequências devem ser justificadas na secretaria da escola.



Fonte: dados da pesquisadora, 2023

O CEJA Adelino Alcântara Filho trabalha com a perspectiva da inclusão e da aprovação, portanto quando o aluno inicialmente não alcança êxito, ele poderá refazer a prova num período superior a vinte e quatro horas, mas antes deverá executar novas atividades e leituras e ser reorientado por profissional da disciplina em curso.

Sobre as infrequências a orientação é que sejam justificadas na secretaria da escola, para isso basta uma comunicação direta do aluno, ou presencial, ou por ligação telefônica.

Imagem 10: orientações sobre o reingresso e certificação




Fonte: dados da pesquisadora, 2023

Quando falamos em reingresso tratamos daquele aluno que já é matriculado e ausentou-se por um período superior a trinta dias; o reingresso é o ato de retornar à escola e assumir novamente o compromisso com a continuidade da vida escolar. Vale ressaltar que nos casos de reingresso, o aluno continua o percurso, tendo todas as atividades e provas realizadas anteriormente como conquista garantida.

Nesse momento é importante salientar que o certificado do CEJA é válido em todo o território nacional, inclusive aqueles que contém aproveitamento do ENCCEJA.

Imagem 11: informações sobre planejamento do professor e documentos necessários para matrícula inicial.


19. Horário de planejamento dos professores conforme a área de conhecimento:



ÁREA	DISCIPLINAS	PLANEJAMENTO
LINGUAGENS E CÓDIGOS	Artes, Inglês, Educ. Física, Espanhol e Português	terça-feira, das 12h às 17h
CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA	Biologia, Ciências, Física, Química e Matemática	quarta-feira, das 12h às 17h
CIÊNCIAS HUMANAS	Filosofia, Geografia, História e Sociologia	quinta-feira, das 12h às 17h

20. DOCUMENTOS PARA MATRÍCULA INICIAL

- 02 FOTOS 3X4;
- XEROX DO COMPROVANTE DE ENDEREÇO COM CEP;
- XEROX E ORIGINAL DO CERTIFICADO E DO HISTÓRICO ESCOLAR
- DECLARAÇÃO ESCOLAR, SE NÃO TIVER O HISTÓRICO ESCOLAR;
- XEROX DO CPF E RG;
- XEROX DO NIS (BOLSA ESCOLA OU FAMÍLIA).



Fonte: dados da pesquisadora, 2023

O tópico 19 traz a organização do planejamento dos professores, que acontece por área de conhecimento e no CEJA Adelino Alcântara Filho é organizado semanalmente no período da tarde, conforme descrito no slide; nas horas planejamento o professor não realiza atendimento em sala. O tópico 20 trata dos documentos necessários para a matrícula inicial, lembrando que para aquele que nunca estudou, mas sabe ler e escrever pode requerer matrícula no curso de nivelamento e assim iniciar a sua vida escolar.

Imagem 12: mapa curricular do CEJA

21. MAPA CURRICULAR DO CEJA

ÁREA	DISCIPLINA	ENSINO FUNDAMENTAL				ENSINO MÉDIO		
		Total de disciplinas = 09				Total de disciplinas = 13		
		Avaliações				Avaliações		
		6º	7º	8º	9º	1º	2º	3º
LINGUAGENS E CÓDIGOS	Português	1 a 4	5 a 8	9 a 12	13 a 16	1 a 4	5 a 8	9 a 12
	Artes	1 a 2	3 a 4	5 a 6	7 a 8	1 a 2	2 a 3	3 a 4
	Educ. Física	1 a 2	3 a 4	4 a 5	5 a 6	1 a 2	3 a 4	5 a 6
	Inglês	1 a 2	3 a 4	5 a 6	7 a 8	1 a 2	3 a 4	5 a 6
	Espanhol	1 a 2	3 a 4	5 a 6	7 a 8	1 a 2	3 a 4	5 a 6
CIÊNCIAS DA NATUREZA	Ciências	1 a 2	3 a 4	5 a 6	7 a 10	-	-	-
	Química	-	-	-	-	1 a 2	3 a 4	5 a 7
	Física	-	-	-	-	1 a 3	4 a 7	8 a 10
	Biologia	-	-	-	-	1 a 3	4 a 6	7 a 9
MATEMÁTICA	Matemática	1 a 4	5 a 8	9 a 12	13 a 16	1 a 6	7 a 10	11 a 14
CIÊNCIAS HUMANAS	História	1 a 3	4 a 5	6 a 8	9 a 10	1 a 3	4 a 6	7 a 9
	Geografia	1 a 2	3 a 4	5 a 6	7 a 8	1 a 3	4 a 6	7 a 9
	Filosofia	-	-	-	-	1 a 2	2 a 3	3 a 4
	Sociologia	-	-	-	-	1 a 2	3 a 4	4 a 5
TOTAL DE AVALIAÇÕES		23	22	23	24	36	33	35

Fonte: dados da pesquisadora, 2023

O slide acima apresenta o mapa curricular do CEJA, onde o estudante conseguirá identificar todas as disciplinas, conforme a área do conhecimento, bem como a quantidade de avaliações que deverá realizar durante o curso. É importante dizer que a disciplina de espanhol é oferecida ao aluno por adesão; a disciplina estrangeira obrigatória é inglês.

A partir de agora, apresentamos o roteiro do aluno, que trata do circuito de atividades conforme a unidade curricular em foco e que compõe a chamada carga horária de presencialidade, pois é o momento em que o aluno tem de estar presente na unidade escolar. Segue então toda a caminhada do aluno, referente ao ensino fundamental (6º ao 9º ano). Como também a escola atende casos de aproveitamento o registro faz referência a seriação no intuito de colaborar com a compreensão dos alunos.

Imagem 13: Roteiros para o Ensino fundamental:

MATEMÁTICA - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
6º	Avaliação 1	CAP. 01	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do LEI Atividade do multimeios Avaliação
	Avaliação 2	CAP. 02 e 03	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do LEI Atividade do multimeios Avaliação
	Avaliação 3	CAP. 04	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do LEI Atividade do multimeios Avaliação
	Avaliação 4	CAP. 05	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do LEI Atividade do multimeios Avaliação

HISTÓRIA - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
6º	Avaliação 1	CAP. 01 e 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 2	CAP. 03 e 04	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 3	CAP. 05 e 06	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação

GEOGRAFIA - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
6º	Avaliação 1	CAP. 01 e 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 2	CAP. 03 e 04	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação

PORTUGUÊS - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
6º	Avaliação 1	CAP. 01	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 2	CAP. 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 3	CAP. 03	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 4	CAP. 04	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Atividade do LEI Avaliação

ARTES - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
6º	Avaliação 1	Cap. 1, 2 e 3	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 2	Cap. 4 e 5	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação

CIÊNCIAS - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
6º	Avaliação 1	CAP. 01 E 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do multimeios Avaliação
	Avaliação 2	CAP. 03 e 04	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do multimeios Avaliação

INGLÊS - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
6º	Avaliação 1	CAP. 01 e 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 2	CAP. 03, 04 e 05	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação

ESPAANHOL - FUNDAMENTAL

ANO	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
6º	Avaliação 1	CAP. 01 e 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 2	CAP. 03, 04 e 05	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação

EDUCAÇÃO FÍSICA - FUNDAMENTAL

ANO	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
6º	Avaliação 1	Módulo 1	Atividade do módulo Atividade do Lei Avaliação
	Avaliação 2	Módulo 1	Atividade do módulo Atividade do Lei Avaliação

MATEMÁTICA - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
7º	Avaliação 5	CAP. 01	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do LEI Atividade do multimeios Avaliação
	Avaliação 6	CAP. 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do LEI Atividade do multimeios Avaliação
	Avaliação 7	CAP. 03	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do LEI Atividade do multimeios Avaliação
	Avaliação 8	CAP. 04	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do LEI Atividade do multimeios Avaliação

HISTÓRIA - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
7º	Avaliação 4	CAP. 01 e 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 5	CAP. 03 e 04	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação

GEOGRAFIA - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
7º	Avaliação 3	CAP. 01, 02 e 03	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 4	CAP. 04 e 05	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação

CIÊNCIAS - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
7º	Avaliação 3	CAP. 01 E 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do multimêdi Avaliação
	Avaliação 4	CAP. 03 e 04	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do multimêdi Avaliação

PORTUGUÊS - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
7º	Avaliação 5	CAP. 01	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimêdi Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 6	CAP. 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimêdi Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 7	CAP. 03	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimêdi Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 8	CAP. 04	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimêdi Atividade do LEI Avaliação

ARTES - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
7º	Avaliação 3	Cap. 1 e 2	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 4	Cap. 3 e 4	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação

INGLÊS - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
7º	Avaliação 3	CAP. 01 e 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 4	CAP. 03, 04 e 05	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação

ESPAÑHOL - FUNDAMENTAL

ANO	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
07	Avaliação 3	CAP. 01 e 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 4	CAP. 03, 04 e 05	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação

EDUCAÇÃO FÍSICA - FUNDAMENTAL

ANO	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
07	Avaliação 3	Módulo I	Atividade do Módulo Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 4	Módulo I	Atividade do Módulo Atividade do LEI Avaliação

MATEMÁTICA - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
8º	Avaliação 9	CAP. 01	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do LEI Atividade do multimeios Avaliação
	Avaliação 10	CAP. 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do LEI Atividade do multimeios Avaliação
	Avaliação 11	CAP. 03	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do LEI Atividade do multimeios Avaliação
	Avaliação 12	CAP. 04	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do LEI Atividade do multimeios Avaliação

HISTÓRIA - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
8º	Avaliação 6	CAP. 01	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 7	CAP. 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 8	CAP. 03 e 04	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação

8º ANO - GEOGRAFIA - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
8º	Avaliação 5	CAP. 01 e 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 6	CAP. 03 e 04	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação

PORTUGUÊS - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
8º	Avaliação 9	CAP. 01	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 10	CAP. 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 11	CAP. 03	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 12	CAP. 04	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Atividade do LEI Avaliação

ARTES - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
8º	Avaliação 5	Cap. 1 e 2	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 6	Cap. 3 e 4	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação

INGLÊS - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
8º	Avaliação 5	CAP. 01 e 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 6	CAP. 03, 04 e 05	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação

CIÊNCIAS - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
8º	Avaliação 5	CAP. 01 E 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do multimeios Avaliação
	Avaliação 6	CAP. 03 e 04	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do multimeios Atividade do LEI Avaliação

ESPAÑHOL - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
8º	Avaliação 5	CAP. 01 e 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 6	CAP. 03, 04 e 05	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação

EDUCAÇÃO FÍSICA - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
8º	Avaliação 4	Módulo II	Atividade do Módulo Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 5	Módulo II	Atividade do Módulo Atividade do LEI Avaliação

MATEMÁTICA - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
9º	Avaliação 13	CAP. 01	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do LEI Atividade do multimeios Avaliação
	Avaliação 14	CAP. 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do LEI Atividade do multimeios Avaliação
	Avaliação 15	CAP. 03	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do LEI Atividade do multimeios Avaliação
	Avaliação 16	CAP. 04	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do LEI Atividade do multimeios Avaliação

CIÊNCIAS - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
9º	Avaliação 7	CAP. 01	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Avaliação
	Avaliação 8	CAP. 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 9	CAP. 03	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 10	CAP. 04	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Atividade do LEI Avaliação

HISTÓRIA - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
9º	Avaliação 9	CAP. 01 e 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 10	CAP. 03 e 04	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação

GEOGRAFIA - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
9º	Avaliação 7	CAP. 01 e 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 8	CAP. 03 e 04	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação

PORTUGUÊS - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
9º	Avaliação 13	CAP. 01	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 14	CAP. 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 15	CAP. 03	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 16	CAP. 04	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Atividade do LEI Avaliação

ARTES - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
9	Avaliação 7	Cap. 1 e 2	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 8	Cap. 3 e 4	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação

INGLÊS - FUNDAMENTAL

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
9	Avaliação 7	CAP. 01 e 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 8	CAP. 03, 04 e 05	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação

ESPAÑHOL - FUNDAMENTAL			
Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
9º	Avaliação 7	CAP. 01 e 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 8	CAP. 03, 04 e 05	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação

EDUCAÇÃO FÍSICA - FUNDAMENTAL			
Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
9º	Avaliação 5	Módulo II	Atividade do Módulo Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 6	Módulo II	Atividade do Módulo Atividade do LEI Avaliação

Fonte: dados da pesquisadora, 2023

No ensino médio, o roteiro do aluno que traz o circuito de atividades é distribuído por área de conhecimento, e propõe aplicativos nos vários espaços pedagógicos da escola. Nesse momento, da mesma forma como no ensino fundamental, há a correspondência com os anos de seriação, para facilitar a compreensão de quem se encaixa nos casos de aproveitamento. No circuito há um conjunto de ações que compõem a chamada carga horária de presencialidade, pois é o momento em que o aluno tem de estar presente na unidade escolar.

Imagem 14: Roteiros para o Ensino Médio

PORTUGUÊS - MÉDIO

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
1º	Avaliação 1	CAP. 02 E 03	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 2	CAP. 04 E 05	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 3	CAP.06 E 07	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 4	CAP.08 E 09	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Atividade do LEI Avaliação

PORTUGUÊS - MÉDIO

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
2º	Avaliação 5	CAP. 01 E 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 6	CAP. 04 E 05	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 7	CAP. 07 E 08	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 8	CAP. 09	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Atividade do LEI Avaliação

PORTUGUÊS - MÉDIO

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
3º	Avaliação 9	CAP. 01, 02 E 03	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 10	CAP. 04 E 05	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 11	CAP. 06 E 07	Atividade do livro didático Atividade de sala (0 A 1 PONTO) Atividade do Multimeios (0,5 PONTO) Atividade do Laboratório (0,5 PONTO) Avaliação
	Avaliação 12	CAP. 09	Atividade do livro didático PRODUÇÃO TEXTUAL PADRÃO ENEM (0 A 2 PONTOS) Avaliação

ARTES - MÉDIO

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
1º	Avaliação 1	Cap. 1 e 10	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Avaliação
2º	Avaliação 2	Cap. 3 e 6	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Avaliação
	Avaliação 3	Cap. 10	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Avaliação
3º	Avaliação 4	Cap. 8 e 10	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do Multimeios Avaliação

INGLÊS - MÉDIO

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
1º	Avaliação 1	CAP. 01	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 2	CAP. 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
2º	Avaliação 3	CAP. 01	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 4	CAP. 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
3º	Avaliação 5	CAP. 01	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 6	CAP. 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação

EDUCAÇÃO FÍSICA - MÉDIO

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
1º	Avaliação 1	MÓDULO 1	Atividade do módulo Atividade de sala Atividade do Lei Avaliação
	Avaliação 2		Atividade do módulo Atividade de sala Atividade do Lei Avaliação
2º	Avaliação 3	MÓDULO 2	Atividade do módulo Atividade de sala Atividade do Lei Avaliação
	Avaliação 4		Atividade do módulo Atividade de sala Atividade do Lei Avaliação
3º	Avaliação 5	MÓDULO 3	Atividade do módulo Atividade de sala Atividade do Lei Avaliação
	Avaliação 6		Atividade do módulo Atividade de sala Atividade do Lei Avaliação

ESPAÑHOL - MÉDIO

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
1º	Avaliação 1	CAP. 03	Atividade do livro didático ANEXO Avaliação
	Avaliação 2	CAP. 04	Atividade do livro didático ANEXO Avaliação
2º	Avaliação 3	CAP. 03	Atividade do livro didático ANEXO Avaliação
	Avaliação 4	CAP. 04	Atividade do livro didático ANEXO Avaliação
3º	Avaliação 5	CAP. 03	Atividade do livro didático ANEXO Avaliação
	Avaliação 6	CAP. 04	Atividade do livro didático ANEXO Avaliação

MATEMÁTICA - MÉDIO

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
1º	Avaliação 1	CAP. 01	Atividade do livro didático Atividade de SALA Atividade do LEI Atividade do MULTIMEIOS Avaliação
	Avaliação 2	CAP. 02	Atividade do livro didático Atividade de SALA Atividade do LEI Atividade do MULTIMEIOS Avaliação
	Avaliação 3	CAP.03	Atividade do livro didático Atividade de SALA Atividade do LEI Atividade do MULTIMEIOS Avaliação
	Avaliação 4	CAP.04	Atividade do livro didático Atividade de SALA Atividade do LEI Atividade do MULTIMEIOS Avaliação
	Avaliação 5	CAP.05	Atividade do livro didático Atividade de SALA Atividade do LEI Atividade do MULTIMEIOS Avaliação
	Avaliação 6	CAP.06	Atividade do livro didático Atividade de SALA Atividade do LEI Atividade do MULTIMEIOS Avaliação

MATEMÁTICA - MÉDIO

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
2º	Avaliação 7	CAP. 01	Atividade do livro didático Atividade de SALA Atividade do LEI Atividade do MULTIMEIOS Avaliação
	Avaliação 8	CAP. 02	Atividade do livro didático Atividade de SALA Atividade do LEI Atividade do MULTIMEIOS Avaliação
	Avaliação 9	CAP. 03	Atividade do livro didático Atividade de SALA Atividade do LEI Atividade do MULTIMEIOS Avaliação
	Avaliação 10	CAP. 04	Atividade do livro didático Atividade de SALA Atividade do LEI Atividade do MULTIMEIOS Avaliação

MATEMÁTICA - MÉDIO

ANO	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
3º	Avaliação 11	CAP. 01, 03 E 04	Atividade do livro didático Atividade de SALA Atividade do LEI Atividade do MULTIMEIOS Avaliação
	Avaliação 12	CAP. 02	Atividade do livro didático Atividade de SALA Atividade do LEI Atividade do MULTIMEIOS Avaliação
	Avaliação 13	CAP. 05	Atividade do livro didático Atividade de SALA Atividade do LEI Atividade do MULTIMEIOS Avaliação
	Avaliação 14	CAP. 06	Atividade do livro didático Atividade de SALA Atividade do LEI Atividade do MULTIMEIOS Avaliação

FÍSICA - MÉDIO

ANO	Avaliações	Capitulos	Atividades de Presencialidade
1º	Avaliação 1	CAP. 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 2	CAP. 07	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 3	CAP. 10	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
2º	Avaliação 4	CAP. 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 5	CAP. 04	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 6	CAP. 07	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 7	CAP. 10	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
3º	Avaliação 8	CAP. 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 9	CAP. 05	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 10	CAP. 08	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação

BIOLOGIA - MÉDIO

ANO	Avaliações	Capitulos	Atividades de Presencialidade
1º	Avaliação 1	CAP. 03 E 05	Atividade do livro didático Atividade de sala e de MULTIMEIOS Avaliação
	Avaliação 2	CAP. 08	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade do LEI Avaliação
	Avaliação 3	CAP. 11	Atividade do livro didático Atividade de sala e de MULTIMEIOS Avaliação
2º	Avaliação 4	CAP. 05	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 5	CAP. 08	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 6	CAP. 11	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
3º	Avaliação 7	CAP. 03	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 8	CAP. 06 e 09	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 9	CAP. 11	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação

QUÍMICA - MÉDIO

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
1º	Avaliação 1	CAP. 01 E 04	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade no multimeios Avaliação
	Avaliação 2	CAP. 06 e 09	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade no LEI Avaliação
2º	Avaliação 3	CAP. 01 e 03	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade no multimeios Avaliação
	Avaliação 4	CAP. 06 e 09	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade no LEI Avaliação
3º	Avaliação 5	CAP. 01	Atividade do livro didático Atividade integrada Avaliação
	Avaliação 6	CAP. 04	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade no multimeios Avaliação
	Avaliação 7	CAP. 07 e 10	Atividade do livro didático Atividade de sala Atividade no LEI Avaliação

HISTÓRIA - MÉDIO

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
1º	Avaliação 1	CAP. 01	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 2	CAP. 03	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 3	CAP. 05	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
2º	Avaliação 4	CAP. 01 e 03	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 5	CAP. 07	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 6	CAP. 08 E 09	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
3º	Avaliação 7	CAP. 01	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 8	CAP. 02 e 03	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 9	CAP. 05 e 07	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação

FILOSOFIA - MÉDIO

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
1º	Avaliação 1	Cap. 4	Atividade do livro didático Atividade de sala c/ pesquisa Avaliação
	Avaliação 2	Cap. 6	Atividade do livro didático Atividade de sala c/ pesquisa Avaliação
2º	Avaliação 3	Cap. 6	Atividade do livro didático Atividade de sala c/ pesquisa Avaliação
3º	Avaliação 4	Cap. 6	Atividade do livro didático Atividade de sala c/ pesquisa Avaliação

GEOGRAFIA - MÉDIO

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
1º	Avaliação 1	CAP. 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 2	CAP. 07 e 08	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 3	CAP. 09 e 10	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
2º	Avaliação 4	CAP. 02	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 5	CAP. 04	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 6	CAP. 05	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
3º	Avaliação 7	CAP. 04	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 8	CAP. 09	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação
	Avaliação 9	CAP. 10	Atividade do livro didático Atividade de sala Avaliação

SOCIOLOGIA - MÉDIO

Ano	Avaliações	Capítulos	Atividades de Presencialidade
1º	Avaliação 1	Cap. 11	Atividade do livro didático Atividade de sala c/ pesquisa Avaliação
	Avaliação 2	Cap. 12	Atividade do livro didático Atividade de sala c/ pesquisa Avaliação
2º	Avaliação 3	Cap. 10	Atividade do livro didático Atividade de sala c/ pesquisa Avaliação
3º	Avaliação 4	Cap. 08	Atividade do livro didático Atividade de sala c/ pesquisa Avaliação
	Avaliação 5	Cap. 11	Atividade do livro didático Atividade de sala c/ pesquisa Avaliação

Fonte: dados da pesquisadora, 2023

Nesse contexto de produção, o e-book “A semipresencialidade no CEJA Adelino Alcântara Filho” coloca a escola em contato com a comunidade escolar e local, bem

como com toda a sociedade, numa dinâmica que associa as principais informações sobre a semipresencialidade na EJA, com o uso das mídias sociais, satisfazendo os eixos de construção do e-book, evidenciados na figura 1, p. 96, a saber: estrutura pedagógica e organizacional, sociedade em rede, ciência da informação, comunicação efetiva, autogestão, conexão permanente. Esses eixos por sua vez, colaboram com a divulgação da proposta e a insere num sonho possível, num projeto de estudo exequível para aqueles que não podem acessá-la nos moldes presenciais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o trabalho de investigação e pesquisa, o que nos deixou marcado é que os estudantes são pessoas reais, concretas, que sofrem com questões relativas a própria dureza da vida e também das condições sociais as quais o povo está exposto. Assim, a educação de jovens e adultos depende de uma prática educativa que tenha como eixo a formação de um cidadão autônomo e participativo em que os estudantes sejam sujeitos do seu processo de aprendizagem e que construam significados para o que aprendem.

Ora, se o público da EJA tem suas particularidades, necessita ser tratado de maneira específica e ressignificada e a evasão é historicamente um problema a ser superado, qual a impossibilidade de alargar a semipresencialidade como um caminho exitoso?

Na semipresencialidade o aluno pode efetuar a matrícula em qualquer época do ano, considerando o movimento de disposição e disponibilidade do mesmo; inclusive se ficar infrequente por um período, isso não o paralisa, pois, a partir do momento em que decida retornar ele pode fazê-lo, também em qualquer época do ano, assegurando as conquistas já efetivadas e essa perspectiva contribui com a possibilidade de continuidade do curso.

Pode-se constatar que a semipresencialidade traz uma abordagem de estudo que está, de fato, contemplando muitas pessoas que acreditavam ser impossível retomar os estudos pelas vias tradicionais. É uma oportunidade, já utilizada no Estado do Ceará, de aprimorar os conhecimentos dos alunos que, por diversas razões, abandonaram a escola.

Acredita-se no potencial da abordagem semipresencial, uma vez que viabiliza o ingresso e a permanência do aluno na escola, com atendimento individualizado, num movimento ininterrupto, respeitando o tempo cronológico e pedagógico do aluno, considerando a construção do conhecimento numa crescente, inclusive colocando o aluno no centro da dinâmica da escola, possibilitando o desenvolvimento de sua autonomia e o gerenciamento da sua vida escolar.

Mas a escola que desenvolve o trabalho com a EJA semipresencial está numa linha tênue entre ser indicada como uma escola de possibilidades ou ser rotulada como um centro meramente certificador. E qual o diferencial? O diferencial está na proposta pedagógica da escola e na forma como essa proposta é executada.

A ação de visitar o Projeto Político-Pedagógico do CEJA Adelino Alcântara Filho, como documento gerador de todas as ações escolares, visto que instrumento pedagógico traz em seu corpo, os princípios, valores, missão e visão de futuro é uma forma de favorecer a participação democrática, numa perspectiva de criação de identidade do CEJA Adelino Alcântara Filho, enquanto espaço que faz, respira e transpira educação.

Sendo assim, foi produzido um material específico, que certamente ajudará os estudantes e professores na orientação e entendimento do funcionamento da EJA, na perspectiva da semipresencialidade, desenvolvida no CEJA. Portanto, os objetivos foram alcançados, já que o ápice era criar um e-book, que apoiasse estes sujeitos, o que certamente qualificará a caminhada pedagógica, conseqüentemente o processo ensino e aprendizagem e todo o seu entorno.

Portanto, a construção de material contextualizado e que atende às expectativas do público-alvo garantiu que as orientações fossem claras e objetivas, oportunizando a tomada de decisões corretas por parte dos estudantes.

É importante salientar que os estudantes buscam a escolarização tentando responder às exigências impostas pelo mundo letrado. Eles acreditam que ao dominar as habilidades de ler e escrever poderão conquistar a independência, facilitando as necessidades ligadas à sobrevivência.

É nesse momento que a escola tem de ofertar um algo a mais, uma arquitetura física, pedagógica, administrativa que façam as ações fruírem na escola e possam qualificar os processos. Então, ofertar atividades extras tais como: oficina de redação, oficina de matemática reforçando soluções de situações problemas, aulas para o ENCCEJA, aulas para o ENEM, rodas de leituras, rodas de conversa, pesquisas no laboratório educativo de informática; tudo isso são ações atrativas e podem fazer a diferença entre manter ou não o estudante na escola e qualificar a sua aprendizagem. Em suma, compreendemos que o CEJA Adelino Alcântara Filho tem uma proposta organizada que o caracteriza como uma escola voltada para a modalidade EJA semipresencial, que impulsiona a aprendizagem e se torna necessária não só para a comunidade do entorno, mas também para a sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. **Entre a Ciência e a sapiência: o dilema da educação**. 5. ed. São Paulo:Edições Loyola, 2001.
- ANDRÉ, Marli E. D. A. **Etnografia da Prática Escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- ARAUJO, Luiz Antônio de Oliveira. **Projeto político pedagógico: um novo paradigma da gestão democrática escolar?** UDESC/CEAD: Florianópolis, 2002.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. 8ª ed. Portugal: Porto Editora, 2004.
- BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista; COUTINHO, Clara Pereira. **A Problemática dos E-books: um contributo para o estado da arte**. Memórias da 6ª Conferência Ibero- americana em Sistemas, Cibernética e Informática (CISCI). P. 106-111, vol 2. 2007.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A escola popular na escola cidadã**. Petrópolis (RJ) Vozes, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Aprovada em 10.05.2000. Relator Conselheiro: Carlos Roberto Jamil Cury.
- BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República.1996.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria 2.270, de 14 de agosto de 2002**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), disponível em https://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/legistacao/2002/portaria2270.pdf, acesso em 26/03/2023 às 12h24
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos**, Documento Base. Brasília: MEC, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório educação para todos no Brasil 2000-2015**. Brasília: MEC, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5a a 8a série : introdução / Secretaria de Educação Fundamental**, 2002.
- BRASÍLIA. Ministério da Educação. SECADI. **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos a sala de aula como espaço de vivência e aprendizagem**. Vol. II. 2006.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**; terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BULGRAEN, V. C. **O papel do professor e sua mediação nos processos de elaboração do conhecimento**. Revista Conteúdo, Capivari, v.1, n.4, p. 30-38, ago./dez. 2010. Disponível em: <http://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/viewFile/46/39>. Acesso em: 24abr. 2022.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Gestão escolar e docência** – São Paulo: Paulinas, 2010.

CANEN, Ana; SANTOS, Angela Rocha dos. **Educação Multicultural: Teoria e Prática para Professores e Gestores em Educação**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2009.

CARVALHO, Roseli Vaz. **A Juventude na Educação de Jovens e Adultos**: Uma categoria provisória ou permanente?. p. 7803 – 7815, Out. 2009.

CARVALHO, Roseli Vaz. **A juvenalização da EJA**: quais práticas pedagógicas? São Paulo: Vozes, 2012.

CEARÁ. **Estatísticas da Educação Básica Ceará 2008-2012**.Ceará: SEDUC, 2013.

CEJA Adelino Alcântara Filho. **Regimento Escolar**. Versão atualizada. 2022.

CEJA Adelino Alcântara Filho. **Projeto Político Pedagógico**; versão atualizada. 2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Educação Básica como direito**. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2006.

DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 14, p. 108-130, maio/jun./jul./ago. 2005.

DI ROCCO, Gaetana Maria Jovino. **Educação de Adultos: Uma contribuição para seu estudo no Brasil**. Realidade Educacional 5. Edições Loyola. 1979.

DIGIÁCOMO, Murillo José . **Tendências Atuais da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. In.: MEC/INEP/SEF, 2000.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 14ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Disponível em: Acesso em 03jan. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 55. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. 2. ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Educar para um outro mundo possível**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo, Peirópolis, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos**. 1. ed. São Paulo: Moderna: Fundação Santillana, 2014.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GOMES, N. L. & SILVA, P. B. Gonçalves. O Desafio da Diversidade. In: Kerbauy, R. et al. (orgs.) **Experiências Étnico-Culturais para a Formação de Professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

LEAL, Guaraciara Barros; Porto, Viliberto Cavalcante; Freire, Aurila Maia (Orgs.). **O Conselho Estadual de Educação e o Sistema de Ensino: Legislação Estadual**; volume 2/Guaraciara Barros Leal; Viliberto Cavalcante Porto; e Aurila Maia Freire (Orgs.) – Fortaleza: Importec, 2007

LEAL, Guaraciara Barros; Porto, Viliberto Cavalcante; Freire, Aurila Maia (Orgs.). **O Conselho Estadual de Educação e o Sistema de Ensino: Legislação Federal**; volume 3/Guaraciara Barros Leal; Viliberto Cavalcante Porto; e Aurila Maia Freire (Orgs.) – Fortaleza: Importec, 2007.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LIBÂNEO, José Carlos: **ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA ESCOLA**: teoria e prática. 5 ed. São Paulo: Editora Alternativa, 2004.

LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação**: abordagem qualitativa. 8. ed. São Paulo: EPU, 2010.

MAMED, Jr., Walner. Educação de jovens e adultos: discutindo uma identidade. Guanacuns. **Revista da FECHA/FEA** - Goiás, 01: 159-170, nov. 2004.

MAZZOLI, Marcelo. **Revista Nova Escola**. Ano 31, nº 292. Maio, 2016.

MASCARENHAS, Sidnei A. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

MELATTI, Sheila Pérsia do P. Cardoso. **A arquitetura escolar e a prática pedagógica**. Florianópolis, 2004. 112 p. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) - Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MOURA, Dante. Henrique. **Ensino médio integrado na modalidade EJA: financiamento e formação de professores**. In: Anais do 18º Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste (EPENN), 2007.

OLIVEIRA, Edite Colares. **Gestão de Recursos Humanos na Escola**/Edite Colares Oliveira, Manoel Messias de Sousa, Maria Dias Cavalcante Vieira. Fortaleza: Ed. UECE 2003. 96 p. (Cadernos pedagógicos, 4). ISBN: 8587203-18-5.

OLIVEIRA, William Bastos de. **Contribuição da Geografia no CEJA Adelino Alcântara Filho no bairro Conjunto Ceará**. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (Unesco), **Marco de ação de Belém**. Brasília: [s.n], 2010. (Conferência Internacional de Educação de Adultos, 6.,2010, Belém, Brasil).

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**. Educação Popular e Educação de Adultos. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

PEREIRA, Luciana Rodrigues. **Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil: relatos de experiência. 2011**. Monografia (licenciatura em Pedagogia) – Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

PIOVESAN, Flavia. **Os direitos reprodutivos como direitos humanos**. In: BUGLIONE S. (org). Reprodução e Sexualidade: Uma questão de justiça. Porto Alegre: Safe 2002.

PORCARO, Rosa Cristina. **Caminhos e desafios da formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte Faculdade de Educação da UFMG 2011. 186 p.

PRADO, R. Lições para o resto da vida. In: **Revista Nova Escola**, ano XV. nº 131,p.13, 2000.

PUCCI, B. (Org.). **Teoria Crítica e Educação: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt** (1ª Edição). 2ª ed. Petrópolis, RJ: VOZES/EDUFSCar, 1994. 197 p.

PUENTES, Ferreras A. **Cognición y aprendizaje. Fundamentos psicológicos**. Madrid: Ediciones Psicología Pirámide, 1998.

REVISTA NOVA ESCOLA. Ano 31, nº 292. Maio, 2016.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 20. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

ROCKWELL, E. Etnografia e teoria na pesquisa educacional. In: EZPELETA, J. e ROCKWELL, E. **Pesquisa participante**, São Paulo: Cortez, 1986.

ROMÃO, José E. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTIAGO, Anna Rosa Fontella. **Projeto Político-pedagógico e Organização Curricular: Desafios de um novo paradigma.** In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro e FONSECA, Marília (Org.) **As dimensões do projeto político-pedagógico.** Campinas – SP: Papyrus, 2001. (Col. Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). 245 p. ISBN 85-308-0656-5.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Para uma Pedagogia do Conflito;** In: SILVA, Luis Heron da (Org.) **Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais** Porto Alegre: Sulina, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** 14 ed. São Paulo: Autores Associados, 2002. (Coleção educação contemporânea).

SCHWARTZ, Suzana. **Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática.** 2.ed.-Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SESC. Departamento Nacional. **A Educação de Adultos.** São Paulo: Cortez, 1973.

SILVA, FM. BARBOSA, MA. UYTDENBROEK, X. **A função social da escola na educação de jovens e adultos. Escola: pra quê te querem.** 2008.

SILVA, Eduardo Jorge Lopes da. **Prática discursiva de formação de professores alfabetizadores de jovens e adultos em uma experiência de educação popular.** 2011. 431 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

TORRES, Rosa María. **Una década de educación para todos: la tarea pendiente.** IPE UNESCO: Buenos Aires, 2000.

VASCONCELLOS. Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização.** 10ª ed. São Paulo: Libertad, 2002 – (Cadernos pedagógicos do Libertad: v.1)

VIEIRA, S.L.: ALBUQUERQUE, M.G.M. **Política e planejamento educacional.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2001.

VIEIRA, Sofia Lerche. **A Educação nas Constituições: Brasil e Ceará, volume 1/** Sofia Lerche Vieira. – Fortaleza: Importec, 2007

ANEXOS

CARTA DE ANUÊNCIA

Esta é uma solicitação para realização da pesquisa intitulada A Educação de Jovens e Adultos no contexto da semipresencialidade: um estudo de caso no CEJA Adelino Alcântara Filho, na cidade de Fortaleza-Ceará a ser realizada pela pesquisadora Rosângela do Nascimento Scarcella que utilizará a seguinte metodologia: revisão bibliográfica e pesquisa de campo.

Tal estudo tem como objetivo principal a confecção de material instrucional, e-book formato PDF, necessitando, portanto da concordância e autorização institucional para a realização da(s) etapa(s).

- Etapa 1: Observação da Rotina
- Etapa 2: acesso aos documentos oficiais da escola
- Etapa 3: Audição dos atores da escola e recolha dos depoimentos

Consentimento

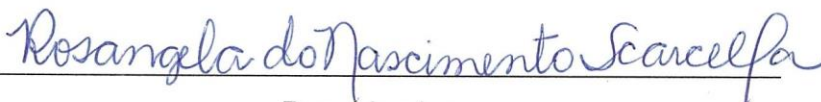
Por ter sido informado verbalmente e por escrito sobre os objetivos e metodologia desta pesquisa, concordo em autorizar a realização da mesma nesta Instituição que represento.

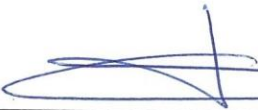
Esta Instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, dispondo de infraestrutura necessária para realização das etapas supracitadas.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento das determinações éticas.

O descumprimento desses condicionamentos assegura-me o direito de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa.

Fortaleza, 01 de julho de 2022.


Pesquisadora


Christian Moreira de Souza
Diretor
Mat. 160336-1-2

Assinatura do responsável pela instituição